

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 25/03/2027.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO ESCOLAR

LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES
LÉSBICAS E SÁFICAS**

ARARAQUARA
2025



LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES
LÉSBICAS E SÁFICAS**

Tese apresentada como requisito para o título de Doutora, junto a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós Graduação em Educação Escolar.

Área de Concentração: Sexualidade, cultura e educação sexual.

Orientadora: Prof^ª Assoc. Ana Cláudia Bortolozzi.

ARARAQUARA
2025

D291s

Carvalho, Leilane Raquel Spadotto de
Sexualidade e Educação Sexual de mulheres Lésbicas e Sáficas /
Leilane Raquel Spadotto de Carvalho. -- Araraquara, 2025
183 p. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Ana Cláudia Bortolozzi

1. Sexualidade. 2. Educação Sexual. 3. Lésbicas. 4. Sáficas. 5.
Mídias. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL

Esta pesquisa trata de um tema recente e defasado na literatura, abordando especificamente as percepções e vivências de sexualidade e Educação Sexual (ES) de mulheres que se identificam enquanto lésbicas e/ou sáficas, abarcando essas temáticas em instituições formadoras como a família, a escola e as mídias. Espera-se que, tanto com a revisão cuidadosa da literatura que estrutura a introdução do trabalho, quanto com os dados coletados e analisados em si, seja possível refletir sobre as práticas sociais que são realizadas atualmente em ES nos vários âmbitos, possibilitando uma reestruturação crítica das mesmas, visando elaborar mais pesquisas, materiais e até mesmo políticas públicas voltadas à diminuição de vulnerabilidades e atenção à saúde sexual dessas populações.

POTENTIAL IMPACT

This research addresses a recent yet underexplored topic in the literature, specifically focusing on the perceptions and experiences of sexuality and Sexual Education (SE) among women who identify as lesbian and/or sapphic. It encompasses these themes within formative institutions such as family, school, and the media. It is expected that, both through the careful review of the literature that structures the introduction of this work and through the data collected and analyzed, it will be possible to reflect on current social practices related to SE across various contexts. This reflection may contribute to a critical restructuring of such practices, aiming to develop further research, materials, and even public policies targeted at reducing vulnerabilities and promoting sexual health among these populations.

LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES LÉSBICAS E
SÁFICAS**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Doutor(a) em Educação Escolar.

Área de Concentração: Sexualidade, cultura e educação sexual.

Orientadora: Prof^a Assoc. Ana Cláudia Bortolozzi.

Data da defesa: 25/03/2025

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Bortolozzi
UNESP – Faculdade de Ciências - Campus de Bauru

Prof.^a Dr.^a Marcela Pastana
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

Prof.^a Dr.^a Ana Carla Vieira Ottoni
Colégio Chaminade

Prof.^a Dr.^a Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Tatiana de Cássia Ramos Netto
Centro Universitário Sagrado Coração – Centro de Ciências Humanas - Bauru

AGRADECIMENTOS

Uma tese se faz com muitas mãos e muitas cabeças, e essa não seria diferente. Nesses quatro anos de percurso, muitos momentos, leituras, estudos, conversas e vivências tiveram impacto direto na construção desse material, mas em meu entendimento, o contato com o outro foi o que mais contribuiu na construção disso tudo, tanto na ideia do que seria a pesquisa, quanto no aprofundamento e esmiuçamento cada vez maior de cada uma das temáticas aqui presentes. O pensamento de muitas mentes mora aqui, e exatamente por isso, essa pesquisa será iniciada agradecendo à essas mentes e presenças que me acompanharam e auxiliaram até aqui.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha família, e mais especificamente às mulheres dela – minha avó (que não está mais aqui fisicamente, mas sempre presente nas lembranças mais bonitas), minha mãe Nice e minha irmã Aline, que formam e são os pilares de quem eu sou hoje, além de me acompanhar e apoiar, mesmo que de longe, em todos os caminhos de vida que decido trilhar.

Agradeço imensamente à minha orientadora Cau, que tem grande papel na minha trajetória acadêmica, desde o engatinhar dela, até os maiores passos que já tentei (e consegui) dar. Obrigada por sempre acreditar no meu potencial enquanto pesquisadora – e sempre reforçar isso -, me proporcionando trabalhar com aquilo que gosto muito e sempre trocando e construindo junto comigo.

Agradeço ao “Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura”- GEPSESEC e à família LASEX – e todos que por eles passaram, seja na participação ou na coordenação das reuniões de estudo. Daí saíram pensamentos que viraram imensas reflexões e contribuições, sem as quais o trabalho não seria nem metade do que é.

O processo foi menos solitário e mais gostoso nessas trocas.

Gostaria também de dar um agradecimento especial a pessoas muito queridas, que mesclaram trocas riquíssimas na vida pessoal e profissional. As discussões com vocês sempre abriram portas e janelas na minha mente, tanto nos temas dessa pesquisa, quanto em relação ao tipo de pesquisadora e pessoa que eu almejo ser, acompanhando as alegrias e desafios desse processo todo. Obrigada Brenda, Bianca, Tamires, Dre, Lari, Bruno, Pupa e Jade.

Agradeço às integrantes das bancas de qualificação e defesa, Paula Ribeiro, Patrícia Mendes, Marcela Pastana e principalmente à Ana Carla Vieira Ottoni e Tatiana

Netto – que me acompanham desde a graduação, moldando e enriquecendo minha visão sobre o universo da pesquisa e da docência. Vocês são mulheres e profissionais incríveis e sem as contribuições de vocês, tanto na banca, quanto com seus trabalhos cuidadosos, essa pesquisa teria perdido um escopo riquíssimo..

Um agradecimento especial ao Programa de pós graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr UNESP), onde desenvolvi essa pesquisa e pude aprender muito com profissionais excelentes.

Agradeço a todos, todas e todes que colaboraram – direta e/ou indiretamente - para que esta pesquisa ganhasse vida (grupos de estudo e pesquisa, professores das disciplinas, meus ex-alunes queridos), e às mulheres participantes, que tão lindamente aceitaram compartilhar um pouquinho de suas vivências comigo.

Muito obrigada. Sem vocês essa pesquisa não existiria.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Às pessoas heterossexuais, cuja heterossexualidade é contínua ao regime político de homogeneização sexual, extermínio dos desejos subnormais e genocídio das corporalidades desviantes, eu gostaria de dizer: nós vamos penetrar suas famílias, bagunçar suas genealogias e dar cabo de suas ficções de linhagem.

(MOMBAÇA, 2018, p. 10-11)

Na política do esquecimento reside a destruição ou o silêncio sobre a multiplicidade das relações humanas, sejam elas sociais ou sexuais (p. 37).

(SWAIN, 2000, p. 37)

RESUMO

A sexualidade é parte integrante e fundamental da vida de todos os seres humanos e seu desenvolvimento satisfatório implica em aspectos para a integralidade e qualidade em vários âmbitos da vida na idade adulta. A falta de representatividade social faz com que as relações afetivo-sexuais entre mulheres, muitas vezes, reproduzam modelos heterossexuais, trazendo um grande apagamento das identidades lésbicas e sáficas, ideias muitas vezes reforçadas na Educação Sexual (ES) formal que é feita nas escolas, e informalmente, pela sociedade e suas instituições (família, mídia e comunidade). É necessário compreender como é realizada a Educação Sexual informal e formal (se houver) de mulheres lésbicas e sáficas e como elas impactam nas práticas sexuais das mesmas em prol da prevenção de vulnerabilidades. Esta pesquisa quantitativa-qualitativa, tipo descritiva e exploratória, teve por objetivo geral investigar como a Educação Sexual – realizadas pela escola, família e mídias - influenciaram e influenciam as práticas sexuais de mulheres que se identificam enquanto lésbicas ou sáficas. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário *online* divulgado nacionalmente, tendo a participação de 112 mulheres jovens e adultas (de 15 a 49 anos) em sua maioria entre 19 e 29 anos, que se autodeclararam lésbicas ou sáficas. Os dados das questões fechadas dos questionários foram tabulados e organizados em tabelas de *Excel*, analisados com estatística descritiva simples e análise de conteúdo quando se tratava de respostas em questões abertas. Os resultados demonstraram uma variedade de vivências e experiências no que tange à sexualidade das mulheres lésbicas e sáficas participantes, mas que convergem para a falta de informações, aprendizagem e recursos no que tange à ES das populações estudadas, seja essa ES proveniente do contexto familiar, educacional/escolar e/ou mais amplo, como midiático. Os dados corroboram com a literatura discutida, que versa sobre a escassez de estudos, pesquisas e desenvolvimento de métodos de prevenção específicos para a relação sexual vulva/vulva, assim como a exposição às vulnerabilidades que disso decorrem. A falta de representação também foi um ponto chave encontrado, já que há a falta de referências positivas de diversidade sexual, demonstrando a invisibilização dessas identidades, cerceadas por estigmas, preconceitos e desconsiderado na elaboração de políticas de atenção. Consideramos, mediante análise da literatura e dos relatos das participantes, que a heteronormatividade e a inviabilização das populações fora da norma – incluindo aí mulheres lésbicas e sáficas-, contribui para que os processos em ES (que em si já são escassos), acabem sendo muitas vezes recursos usados para manter uma norma social vigente ao invés de problematizá-la e ter um viés crítico e pautado na diversidade e na inclusão. Consequentemente, a ES que já é escassa nos contextos em que consegue adentar, acaba por ser usada como recurso de controle e padronização de corpos e vivências. Espera-se que este estudo possa colaborar para a elaboração de estratégias preventivas que diminuam a vulnerabilidade na vivência da sexualidade de mulheres lésbicas e sáficas, consequência do apagamento de suas identidades e do preconceito social voltado a essa população.

Palavras-chaves: Sexualidade; Educação Sexual; Lésbicas; Família; Escola; Mídia.

ABSTRACT

Sexuality is an integral and fundamental part of the lives of all human beings, and its satisfactory development is essential for the wholeness and quality of life in various aspects of adulthood. The lack of social representation often leads affective-sexual relationships between women to reproduce heterosexual models, resulting in the erasure of lesbian and sapphic identities. These ideas are often reinforced through formal Sexual Education (SE) in schools and informally by society and its institutions (family, media, and community). It is necessary to understand how formal (if present) and informal Sexual Education is carried out for lesbian and sapphic women and how it impacts their sexual practices in favor of preventing vulnerabilities. This quantitative-qualitative research, of a descriptive and exploratory nature, had the general objective of investigating how Sexual Education - provided by schools, families, and the media - has influenced and continues to influence the sexual practices of women who identify as lesbian or sapphic. Data collection was conducted through an online questionnaire distributed nationally, with the participation of 112 young and adult women (ages 15 to 49), the majority being between 19 and 29 years old, who self-identified as lesbian or sapphic. Data from the closed-ended questions were tabulated and organized into Excel tables, analyzed using simple descriptive statistics and content analysis for open-ended responses. The results revealed a variety of experiences regarding the sexuality of the participating lesbian and sapphic women, which converge on a common point: a lack of information, learning, and resources concerning SE for the studied populations. This gap exists across familial, educational/school, and broader media contexts. The findings support the existing literature, which discusses the scarcity of studies, research, and the development of specific prevention methods for vulva-to-vulva sexual relations, as well as the resulting vulnerabilities. The lack of representation was also a key issue identified, as there is an absence of positive references to sexual diversity, revealing the invisibility of these identities - constrained by stigma, prejudice, and often ignored in the formulation of care policies. Based on the literature review and the participants reports, we consider that heteronormativity and the invalidation of populations outside the norm - including lesbian and sapphic women - contribute to the fact that SE processes (which are already scarce) are often used as tools to maintain existing social norms rather than to challenge them through a critical, diversity-focused, and inclusive lens. Consequently, SE, already limited in the contexts where it manages to be implemented, ends up being used as a resource for control and standardization of bodies and experiences. It is hoped that this study will contribute to the development of preventive strategies that reduce vulnerability in the sexual experiences of lesbian and sapphic women - a vulnerability that stems from the erasure of their identities and the social prejudice directed at this population.

Keywords: Sexuality; Sexual Education; Lesbians; Family; School; Midia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Gráfico comparativo do número de mortes de mulheres lésbicas entre o ano de 2014 a 2017, por bimestre (p.57).

Figura 2. Tabela de dados de Silveira, Schnor e Rocha (2022) sobre as estratégias preventivas apontadas pelas participantes (p.65).

Figura 3. Idade das participantes por agrupamento de faixa etárias (p.119).

Figura 4. Raça/Etnia autodeclarada das participantes da pesquisa (p. 120).

Figura 5. Escala de expressão de gênero assinalada pelas participantes (p. 121).

Figura 6. Membros da família apontados como mais significativos na transmissão de informações sobre sexualidade (p. 125).

Figura 7. Avaliação de como foram transmitidas por membros da família as informações sobre sexualidade (p. 126).

Figura 8. Temas relacionados à sexualidade já mencionado no contexto familiar das participantes (p. 129).

Figura 9. Primeiros contatos das participantes com temas da sexualidade (p. 130).

Figura 10. Pessoas com quem as participantes mais conversam atualmente sobre sexualidade (p. 131).

Figura 11. Contato com materiais midiáticos não-heterossexuais na infância e adolescência (p. 133).

Figura 12. Avaliação dos modelos de relações afetivas e sexuais durante a vida, observados em contextos diversos (família, escola, mídias) (p. 138).

Figura 13. Existência ou não de casais não heterossexuais no contexto escolar (no passado ou atualmente) (p. 141).

Figura 14. Temas das ações realizadas nas escolas das participantes (p 142).

Figura 15. Uso de métodos de prevenção contra IST na primeira relação sexual com mulher(es) (p. 144).

Figura 16. Uso cotidiano de métodos de prevenção contra IST nas relações sexuais entre mulheres (p. 145).

Figura 17. ES recebida e o preparo para realizar sexo seguro com mulheres (p. 147).

Figura 18. Experiência sexual com homem e uso de métodos de prevenção (p. 149).

Figura 19. Uso de prevenção na relação sexual com homem e auxílio na reflexão sobre adaptações no uso de métodos de prevenção na relação sexual com mulher (p. 150).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Nível mais elevado de formação informados pelas participantes (p.121)

Tabela 2. Proposta de uso de métodos preventivos nas relações sexuais (p.146)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ES: Educação Sexual

IST's: Infecções Sexualmente Transmissíveis

SRE: *Sexuality and Relationship Education* ou Educação em Sexualidade e Relacionamento

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Reflexões sobre o conceito de Sexualidade e apontamentos sobre a sexualidade feminina.	20
1.2 Orientação sexual e Lesbianidades	28
1.2.1 Trajeto Histórico das lésbicas no Brasil	28
1.2.2 A Heterossexualidade Compulsória	42
1.2.3 Vulnerabilidades sociais e sexuais da população lésbica e sáfica	50
1.3 Educação Sexual e as grandes instituições sociais	69
1.3.1 Educação Sexual e Família	70
1.3.2 Educação Sexual e Escola	78
1.3.3 Educação Sexual e Mídia	91
1.4 Saúde sexual, riscos no sexo entre vulvas e possibilidades de prevenção	101
1.4.1 Métodos de prevenção para sexo entre vulvas	113
2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	116
3 MÉTODO	119
3.1 Natureza do estudo	119
3.2 Participantes	119
3.3 Instrumentos	122
3.4 Procedimentos	122
3.4.1 Procedimentos Éticos	122
3.4.2 Procedimento de coleta de dados	123
3.4.3 Procedimento de análise de dados	124
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	125
4.1 Família e Educação sexual sendo uma pessoa lésbica/sáfica	125
4.2. Educação Sexual: fontes de saberes e informações sobre sexualidade	130
4.3 Modelos diversidade sexual e relações afetivas e sexuais não heterossexuais	132

4.4 Modelos de diversidade sexual e Educação Sexual no contexto escolar	141
4.5 Educação Sexual, relações sexuais entre mulheres e prevenção	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICES	171
ANEXOS	179

APRESENTAÇÃO

A sexualidade, tema que me interessei e comecei a estudar há quase 10 anos, foi um encontro repentino já na graduação em psicologia, que iniciei em 2013. Antes disso, porém, já era - mesmo que de forma não tão consciente e respaldada por literaturas e muitas vivências - atravessada pelas questões que concernem a ela, ao me entender enquanto uma pessoa LGBTIAP+¹ que vive em uma sociedade na maioria das vezes extremamente conservadora e preconceituosa. Entrei na graduação já me relacionando afetivo-sexualmente com uma mulher e já era uma questão a falta de métodos de barreira para prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) - tema que não me era tão conhecido na época em grande parte por uma Educação Sexual (ES) deficitária que tive no ensino médio, na qual apenas foi ensinado a utilização de preservativo externo para a relação sexual pênis/vagina. As poucas informações que tentei buscar entre pessoas conhecidas que também viviam suas orientações sexuais não-normativas e até mesmo em atendimentos médicos ginecológicos mostrou-se muito limitada e desatualizada (já que até médicos disseram não ser necessário realizar testagem de IST já que só me relacionava sexualmente com mulheres). Esse tema foi sendo então “cozinhado em banho maria” na minha mente, se tornando mais forte à medida que comecei a estudar na prática temáticas outras da sexualidade (masculinidade, gênero, aborto, inclusão etc.).

Para contextualizar minha trajetória acadêmica até chegar no tema de pesquisa da tese, no meu segundo ano no curso fui chamada por um professor juntamente com algumas colegas a participar na análise de dados de uma pesquisa que tinha objetivo de analisar e discutir as concepções de sexualidade nos relatos de universitários². A partir daí passei a me engajar nas temáticas da sexualidade, levando o tema para diversas disciplinas do curso que possibilitam uma maior discussão (em seminários e trabalhos escritos). Finalmente em meu último ano (2017), realizei uma pesquisa de iniciação

¹ A sigla LGBTQIAP+ (que se altera com o tempo, adicionando mais letras) é uma abreviação que se refere as identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (que também abarca Travestis e pessoas não binárias - NB), *Queers*, Intersexos, Assexuais e Arromânticos, Panssexuais e o + que inclui demais identidades.

² SENEM, C. J.; DA SILVA, A. T.; DA SILVA, J. L.; DE CARVALHO, L. R. S.; BOSCO, M. Concepções de Sexualidade a partir do relato de estudantes de Psicologia. In: Anais [...] V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LINGUAGENS EDUCATIVAS: PRÁTICAS, TECNOLOGIAS E INOVAÇÃO. Universidade do Sagrado Coração, Bauru-SP, 2015.

científica, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Ivone Marchi Costa, intitulada “*A Construção Da Identidade Masculina Na Universidade: Construcionismo Social e Gênero*”, concluída no mesmo ano. Aí já sabia que queria continuar estudando as temáticas gênero e sexualidade, principalmente no que tange à diversidade sexual.

Ainda na graduação, participei do projeto de Extensão: Psicologia e Deficiências³, no qual realizava atendimento clínico, o que me possibilitou perceber que uma grande demanda dos(as) pacientes era em torno da vida relacional e da sexualidade. Posteriormente esses conhecimentos adquiridos me foram muito ricos quando entrei na pós-graduação (em 2018), na qual realizei Mestrado Acadêmico em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (UNESP, Bauru) sob orientação da Prof.^a Assoc. Ana Cláudia Bortolozzi, que é referência na área da sexualidade e desenvolvimento humano – especificamente no campo da sexualidade e deficiência; e após muito trabalho resultou na Dissertação “Sexualidade e Educação Sexual de Alunos/as com Deficiência: Concepção de Professores/as”, defendida em 2020. O mestrado foi uma experiência riquíssima, já que permaneci estudando assuntos por mim muito estimados e aprendendo ainda mais sobre temas específicos dentro do guarda-chuva da sexualidade, como os estigmas e preconceitos que ainda existem acerca da sexualidade de pessoas com deficiência e pessoas consideradas fora da “norma”.

Dando continuidade na trajetória acadêmica, logo após defender a dissertação, prestei o processo seletivo para o programa de doutorado em Educação Escolar (UNESP/FCLAr, Araraquara) e entrei na turma de 2021, me tornando bolsista Capes do programa no ano de 2022.

No mestrado já estava engajada em atividades acadêmicas diversas, como publicações da Coleção Sexualidade & Mídias - que atualmente conta com 20 volumes disponíveis em forma de E-book e livros físicos -, que analisa e discute mídias diversas (séries, filmes, músicas e livros dentro de temas da sexualidade), participando tanto como organizadora, quanto colaborando com outros organizadores convidados em volumes temáticos.

No doutorado ainda pude participar novamente de atividades enriquecedoras para a pesquisa, que me colocaram em contato com colegas e alunos também interessados em temas da sexualidade e contribuíram imensamente com reflexões importantes que ajudaram a construir esse trabalho. Essas atividades foram desde a coordenação e

³ Supervisionado pela Prof.^a Ms.^a Salete Regiane Monteiro Afonso.

participação no Grupo de Estudo em Sexualidade, Educação e Cultura (GEPESSEC), os estágios em docência realizados nas disciplinas de Educação Sexual e Desenvolvimento Humano e no Estágio Supervisionado em Educação Sexual, ambas no curso de psicologia da UNESP Bauru, e organização e/ou editoração de e-books voltados para Educação Sexual.

Importante também citar que paralelamente ao doutorado, passei em um processo seletivo em uma instituição de ensino superior particular, iniciando minha trajetória como docente, dando aula para um curso novo de psicologia. No tempo em que lecionei, pude notar que cada vez mais as questões de sexualidade e gênero aparecem com força (e devem ser trazidas à tona quando não) na formação. Alguns alunos e alunas verbalizaram interesse nessas temáticas, suscitando discussões e reflexões em aula e até mesmo dizendo que achavam importante desenvolver pesquisas sobre o tema, visando uma formação mais completa enquanto psicólogos/as/es. Cito essa experiência pois ao mesmo tempo em que me alegro de ver que novas gerações de psicólogos/as/es percebem a importância de um olhar abrangente e aberto para as questões humanas, me preocupo por perceber que ainda existe uma imensa defasagem de profissionais que consideram a sexualidade um tema importante de se estudar e olhar visando o cuidado humano e a qualidade de vida das pessoas (sejam elas LGBTQIAP+ ou não).

No que tange à pesquisa, finalmente então decidi dar mais atenção à temática que estudava por curiosidade pessoal, que diz respeito à saúde sexual de mulheres que se relacionam com mulheres. Penso ser um tema muito importante para verificação de perguntas muito básicas, que já foram olhadas quase à exaustão quando falamos de vivência de sexualidade dentro das normas: existe uma preocupação sobre a saúde sexual de mulheres que se relacionam com mulheres? Existem métodos de prevenção às IST? Os profissionais da saúde (sejam médicos clínicos gerais, atendentes de postos de saúde, ginecologistas, psicólogos e afins) estão preparados para atender esse público e sanar as suas dúvidas em relação a temas da saúde sexual (prevenção, cuidado, vacinas, testagem, uso de Prep e PeP, sofrimento psíquico, etc.)? Estão sendo desenvolvidas políticas e/ou métodos que visem a saúde sexual dessas populações? Entre várias outras questões. Sendo assim, decidi me debruçar sobre esse tema e construir esta tese de doutorado, que não busca esgotar o tema, mas sanar algumas de minhas dúvidas sobre e contribuir com um olhar sobre o que foi e está sendo produzido visando o cuidado e saúde das mulheres lésbicas e sáficas.

A tese foi construída arduamente, principalmente pensando no cenário pandêmico que vivemos entre 2020 e 2022. Aqui ela se encontra dividida em seções, que abarcam as leituras realizadas para a introdução, que versa sobre a história das lésbicas no Brasil, a heterossexualidade compulsória e como essa afeta as mulheres num sentido social, as vulnerabilidades e a saúde sexual dessa população, assim como a Educação Sexual nas “grandes instituições” sociais - que são a família, a escola e as mídias -, todas com imenso impacto no desenvolvimento das sexualidades das pessoas, inclusive (se não mais) daquelas que fogem à norma cishetero.

Em um segundo momento, apresentaremos uma justificativa com os objetivos do estudo, seguido da seção na qual consta o método e toda a estruturação do estudo, abarcando aspectos éticos, caracterização das participantes e a trajetória de coleta e análise de dados. Na quarta seção apresentamos os resultados embasados nos dados coletados no estudo. Lembrando que as discussões referentes aos dados, pautadas na literatura específica, será realizada posteriormente. Ao final, constam as referências, anexos e os apêndices.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Reflexões sobre o conceito de Sexualidade e apontamentos sobre a sexualidade feminina

A sexualidade é um conceito complexo, que abarca os desejos, afetos, emoções, valores e crenças, relações interpessoais e afetivas, etc., sendo um fenômeno não estático, ou seja, que se altera ao longo do desenvolvimento, cultura e tempo histórico. É influenciada pela cultura e pelas experiências individuais ao longo da vida (Maia, 2010; Maia *et al.*, 2015; Maia; Ribeiro, 2011). Essa é parte fundamental do desenvolvimento satisfatório e completo de todas as pessoas (Brasil, 1997; Costa *et al.*, 2001; Bastos; Deslandes, 2005), se manifestando do nascimento até a morte. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2003), temos que

A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experienciada e expressa por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas [...]. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem sempre elas são todas experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (World Health Organization, 2003, p. 5).

A sexualidade então faz parte da vida de todos os seres humanos, manifestando-se de maneira diversa, sendo marcadamente influenciada pela história, cultura e ciência (Brasil, 1997). Na vida adulta, a expressão da sexualidade depende das experiências favoráveis ou não vividas na infância e na adolescência, do erotismo, dos sentimentos e das experiências nos relacionamentos interpessoais (Costa *et al.*, 2001, Papalia; Feldman, 2013).

De acordo com Foucault (1988), a sexualidade foi e ainda é um tema rodeado de tabus, tendo sofrido diversas repressões ao longo da história. A partir do século XIX, ela passa a sofrer marcadamente interdições sociais com justificativas religiosas e médicas –

estabelecendo-se o que era permitido ou proibido - ficando confinada ao ambiente familiar, limitada ao ato sexual puramente para fins reprodutivos.

Sua limitação, que vai desde o falar sobre até o seu experienciar, é perpassada pela cultura e contexto social dos sujeitos, pois é culturalmente que se constroem “normas sociais” - do que é belo, desejável, correto, aceito, podendo ainda ser notada atualmente o cerceamento das expressões da sexualidade (Foucault, 1988; Ribeiro, 2005) – sendo essas interdições percebidas desde ações veladas, até mesmo censuras, estigmas e violências diárias que muitos sujeitos vivem cotidianamente relacionados às vivências afetivas e sexuais.

As repressões sociais que recaem sobre os sujeitos e suas sexualidades dentro da sociedade já são limitantes, porém, vemos um quadro agravado nesse sentido quando consideramos a sexualidade de sujeitos que fogem da “norma” social, em que os mecanismos de repressão vêm também rodeados por estigmas e pré-conceitos que tornam ainda mais difíceis para esses a livre expressão e vivência da mesma. De acordo com Souza, Denari e Costa (2017, p. 2181) “os padrões de normalidade são vistos como corretos quando se trata da temática de sexualidade, de modo que são construídas normas e regras idealizadas e tidas como corretas para serem seguidas, e tudo que foge da regra é visto como não-normal”, ou seja, aqueles que fogem do que é considerado “normal” ou “padrão” seriam reféns da imagem que lhes é socialmente atribuída, sendo também marginalizados por ela.

Falando especificamente da sexualidade feminina, a literatura nos apresenta um histórico declarado de interdições e repressões. De acordo com De Oliveira, Rezende e Gonçalves (2018), até o século XIX, as mulheres eram divididas em dois grupos gerais, sendo as mulheres “para casar” tidas como reprodutoras, ou seja, aquelas que seriam tomadas em matrimônio e formariam uma família, sendo vedadas do desejo sexual e prazer. O segundo grande grupo era das mulheres mais erotizadas, que eram tomadas como amantes. As mulheres eram consideradas propriedades dos homens, estando primeiramente sob a tutela do pai e em seguida do marido (quando tomada em matrimônio).

[...] a vida sexual das mulheres, no decorrer da história, esteve embasada em padrões morais, éticos, comportamentais, entre outros, que ensinavam as mulheres para viver em família, a zelar pelo lar, sendo encarregadas de cuidar da casa e dos filhos (De Oliveira; Rezende; Gonçalves, 2018, p. 305).

A igreja tinha papel de grande influência na sexualidade feminina, pregando que essa deveria resistir às tentações do desejo (remetendo a Eva), para que, quando esse desejo estivesse domado, ela estivesse apta a se casar e constituir uma família nos padrões cristãos. Assim, pautada nos ideais da igreja, a mulher deveria “[...] ser submissa e não ter poder sobre seu próprio corpo [...] este discurso influenciou no desenvolvimento da sexualidade feminina, pois as mulheres que não se encaixavam nas normas da igreja não eram tidas como honestas e, assim, não eram para casar” (p.305). De toda forma, a única manifestação da sexualidade feminina era reservada ao ato sexual para fins reprodutivos, reprimindo qualquer desejo e prazer que pudesse ser manifestado. Esse cenário começa a sofrer grandes alterações após a 1ª e 2ª Guerras Mundiais, que trouxeram em seu escopo a entrada das mulheres no mercado de trabalho (De Oliveira; Rezende; Gonçalves, 2018).

Não podemos perder de vista a importância de fazer um recorte quando falamos do tema sexualidade, pois uma perspectiva racial se faz presente desde os primórdios da dominação colonial do Brasil, prevalecendo ainda uma cultura extremamente racista que vai impactar em vários âmbitos sociais, inclusive na sexualidade. Não devemos também desconsiderar que “a produção de conhecimento na academia brasileira se configura a partir de uma perspectiva hegemônica e branco-centrada, colocando os grupos socialmente marginalizados apenas como objetos de estudo e de subalternidade” (s/p.), como aponta Bartholomeu (2020), pautada nos estudos e escritos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Uma vez que tais autoras apresentam uma crítica à forma como a construção do pensamento científico se dá no ambiente acadêmico ocidental, estão denunciando, sobretudo, o modo como a produção intelectual atual corrobora na perpetuação da subordinação de grupos marginalizados. Desta perspectiva, levando-se em consideração que condições históricas mantêm os privilégios sociais do grupo dominante, se entende, como uma das consequências, a geração de um discurso hegemônico na produção de teorias sociais (Bartholomeu, 2020, s/p.).

Em nosso país, já logo em seu descobrimento, as relações de poder entre colonizador e colonizado eram bastante permeadas pela violência, pelo genocídio e escravização dos povos originários, assim como ainda prevalece um grande apagamento da cultura desses povos, inclusive havendo uma homogeneização deles, generalizando suas culturas e hábitos. Além disso, observa-se um amplo desinteresse histórico em estudar as mulheres indígenas, que sofreram diversos tipos de violências no processo de colonização e cristianização do país. Após começar a se estabelecer em terras nacionais

em 1532, tendo em vista que havia uma escassez de mulheres brancas (assim como um grande número de indígenas), os homens indígenas foram utilizados como força de trabalho e as mulheres como formadoras das famílias da “nova nação”⁴. Mesmo após a vinda de mulheres brancas para o Brasil Colônia, mulheres indígenas ainda eram “roubadas a laço” de suas comunidades para servir de parideiras e/ou até mesmo de escravas sexuais (Barbosa; Vieira, 2018).

As mulheres indígenas eram vistas apenas como “paridoras” dos filhos dos senhores, o que viria a se manter durante os séculos de escravização negra, onde não havia ascensão das mulheres indígenas ou negras ao status de esposa, e seus filhos seriam utilizados nas entradas e bandeiras pelos “pais europeus”. Os mamelucos desempenham um papel de importância para os europeus, e infelizmente auxiliaram no extermínio de seu povo. Sem poder contar com os escravos negros, os índios foram os primeiros escravos da terra brasileira, sendo assim com auxílio por parte da Coroa portuguesa e por iniciativa particular teve início a caça e captura dos povos indígenas (Barbosa; Vieira, 2018, p.340).

É notável que a colonização e catequização foram processos que andaram juntos para o estabelecimento de concepções binárias na fundação de nosso país, onde os indígenas deveriam passar de selvagem à civilizado ao converter-se às crenças e ideias do colonizadores. Nesse cenário, incluíam-se não só um monoteísmo (ou ideia de um único deus verdadeiro, o cristão, ciumento, vigiador e punitivo), mas também a monogamia e o monossexismo, ao passo que os costumes e crenças desses povos eram repudiados, invalidados e invisibilizados para banir a multiplicidade indígena (de cultura, costumes, línguas, etc), já que essa “multiplicidade ameaça[va] a soberania nacional pautada na ideia de um único povo brasileiro regido pelos valores dos invasores” (Núñez; Oliveira; Lago, 2021).

Desde as cartas jesuíticas podemos observar que uma agenda cristã vai se impondo como única narrativa do que é ser homem e mulher de “verdade”, de quais seriam os trabalhos possíveis a cada gênero, qual o lugar do prazer, da sexualidade e qual família seria a (pretensamente) natural. Esta conjuntura histórica tornou possível o cenário político contemporâneo e nos ajuda a compreender o porquê do reconhecimento de outras famílias, para além daquela referenciada no modelo cristão hétero cis monogâmico, ter tardado tanto a ser acolhido pelo sistema legal de nosso país (Núñez; Oliveira; Lago, 2021, p.80).

⁴ Os autores citam a prática do “cunhadismo”, que envolvia em indígenas oferecerem as mulheres aos colonizadores, como parte de uma estratégia de aliança, assim como outras práticas como o “resgate”, que salvava homens (capturados em guerras entre tribos) e mulheres indígenas da morte - sendo o primeiro colocado para trabalhar de forma escrava e a segunda tomada em matrimônio de forma a ser serva da instituição familiar (BARBOSA; VIEIRA, 2018).

Nota-se que esse cenário de imposição e apagamento cultural se fez presente de forma similar nas populações negras escravizadas, com a recorrência também do chamado estupro colonial, nas palavras de Sueli Carneiro (1995), no qual objetivava-se além da doutrinação pela violência, a miscigenação para branqueamento da população após a suposta abolição da escravidão (Mizael; Barrozo; Hunziker, 2021). Inclusive, vale destacar que as relações com o próprio corpo, assim como as relações sexuais, afetivas e comunitárias, além dos “papéis sexuais” entre os povos originários tinham configurações muito diferentes do que se encaixava na moral cristã monogâmica (Mott, 1987; Barbosa; Vieira, 2018), sendo esses povos forçados a se adequar quando foram colonizados, sendo muito deles mortos.

Tratando da sexualidade das mulheres negras, podemos ver em Lélia Gonzales (1984) que racismo e sexismo andam de mãos dadas e tem consequências violentas sobretudo sobre essa população.

Embora atinja toda a população negra - além de outras populações não-brancas, como a população indígena -, as pessoas negras afetadas pelo racismo não são “apenas” pessoas negras, ou seja, não são sujeitos que possuem apenas uma raça, mas trazem outros marcadores sociais, como uma classe social, uma religião, uma nacionalidade, um gênero etc., que, em articulação com a raça, podem levar a experiências distintas e bastante particulares (Mizael; Barrozo Hunziker, 2021, p. 214).

Essas têm sua sexualidade cerceadas por serem “enquadradas” nas noções de mulata, doméstica e mãe-preta (sendo essa última menos vista nos dias atuais, em partes). A autora aponta que o mito da democracia racial perpetua essas imagens que envolvem as vivências negras e tentam apagar toda uma história de terror e violências praticados pela branquitude. A sexualidade dessas mulheres era (e ainda é) subjulgada desde os tempos da escravidão, nos quais além de serem parte do sistema produtivo de bens e serviços (quando acolhidas ou não dentro das casas grandes e pequenas), eram também prestadoras de “serviços sexuais” (leia-se aqui vítimas de abusos físicos e sexuais) por parte dos senhores. Mulheres negras tiveram papel fundamental ao forjar nosso país, já que trabalhavam nos campos (tanto quanto os homens), mas para além disso eram tomadas como força de trabalho doméstico, cuidando dos senhores brancos, seus filhos e esposa, assim como de suas próprias famílias (Gonzalez, 1984).

Não podemos perder de vista que todo esse histórico no qual se desvela a vida das mulheres negras desemboca em uma sexualidade marcada por várias questões culturais e sociais que influenciam até os dias de hoje as vivências (ou não) dessa, como por exemplo a extrema sexualização de mulheres enquadradas como “mulatas” (objetificadas e tidas como “ideal” de beleza dentro da negritude em contraponto a mulheres negras retintas), a solidão da mulher negra (que vai além da questão afetivo sexual⁵).

Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) falam sobre o fenótipo das mulheres negras ser utilizado como motivação para os crimes de estupro desde a época da escravidão, o que fez permanecer no ideário social uma extrema sexualização de corpos negros, além de concepções que ainda se mantêm, como ideias do tipo “branca para casar, mulata para transar, e preta para trabalhar” (p. 216). E ainda que existam essas diferenças em vivências e “acessos” à sexualidade, o gênero se mostra um marcador que vai influenciar na perpetração de opressões, onde por exemplo, segundo Sueli Carneiro (1995, p.550), existe um “espaço de cumplicidade” entre homens brancos e negros “no direito que ambos se dão de oprimir discriminar e desumanizar as mulheres brancas ou negras”⁶

É possível notar que falar de sexualidade de mulheres ao longo da história terá diferenças enormes quando olhamos para mulheres brancas e negras, pois a articulação gênero e raça traz vivências e acessos muito distintos (não deixando de lado também outros fatores que atravessam as vivências, como poder socioeconômico, escolaridade, acesso à saúde, lazer, cultura, entre outros). Para além disso, é necessário desconstruir esse olhar universalizante que recai sobre certos “conceitos”, por exemplo, quando falamos de mulheres, pois não há uma vivência universal baseada no gênero, mas sim aspectos comuns a algumas e muito diferentes a outras.

De acordo com Carneiro (2003), o movimento feminista no Brasil, muito respeitado e que possibilitou o ganho de espaço em pautas importantes a partir da constituição de 1988, contemplou cerca de 80% das propostas do movimento de mulheres, entre eles a destituição do pátrio poder, a criação dos Conselhos da Condição Feminina voltados para a elaboração de políticas públicas de promoção de igualdade de gênero e ganho de espaço no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

⁵ Mizael, Barrozo e Hunziker (2021, p. 217) levantam um ponto importante sobre esse fenômeno, que “aponta para o fato de que a experiência de solidão das mulheres negras é diferente da solidão que pode existir entre mulheres brancas, pois, embora ambas sofram os efeitos do machismo, as mulheres brancas não sofrem racismo”. Devemos levar em conta que para além da questão das vivências afetivo sexuais, também pode-se falar em outros tipos de solidão, como a falta de representação racial na mídia, ser a única mulher negra em uma sala de aula ou empresa etc.

⁶ Em concordância com o poeta Arnaldo Xavier.

Porém, o mesmo movimento também estava permeado por uma visão eurocêntrica e universalizante de mulher, carecendo de olhares sobre as desigualdades transversais que atravessam o ser mulher, ou seja, uma “insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (p. 118).

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2003).

Lessa (2007) afirma que os movimentos feministas vem pra questionar modelos totalitários no que concerne aos seres humanos, já que mesmo na diversidade há o risco de tentativas de universalizar ou padronizar - pautando-se na crença equivocada de identidade verdadeira - o que seria considerado “o verdadeiro homossexual, verdadeira lésbica, verdadeira transgeneridade, etc.”. A autora afirma haver um espaço de atuação e visibilidade para lésbicas dentro dos movimentos feministas, para além dos embates e resistências.

Para fins de conceituação, entende-se por lésbica a pessoa que se identifica mulher e se relacionam de forma afetiva e/ou sexual com mulheres. O termo deriva do latim “*lesbius*”, que se referia aos habitantes da Ilha de Lesbos, na Grécia, local onde viveu a célebre poetisa Safo, que escrevia sobre amor e beleza voltado à mulheres. A relação entre mulheres passou então a ser chamada “lesbianismo”⁷ ou “safismo” (Ministério da Saúde, 2013).

Tania Navarro-Swain (2000), traz uma reflexão sobre a “existência feminina” na sociedade patriarcal, na qual essa sempre está associada ao masculino, como se essa não existisse quando não há a validação do olhar dos homens. A autora ainda discute que mulheres lésbicas eram representadas na mídia majoritariamente de maneira negativa, ao passar a ideia de que essas mulheres eram lésbicas por serem “mal-amadas” e que as relações vividas por elas careciam de algo (no caso, um pênis, que seria fator de legitimidade nas relações). Nota-se aí que existem diversos estigmas no imaginário social

⁷ Atualmente substituído por lésbico ou sáfico para retirada do sufixo “ismo”.

no que tange às existências lésbicas (e de mulheres que se relacionam com mulheres em geral). Questiona-se o quanto foi alterado socialmente com o passar dos anos em relação a essas ideias e imagens em relação às lesbianidades.

Esse questionamento é corroborado em Darc (2019), que discute a ideia da legitimidade que se dá às relações entre homens - que dificilmente são questionadas e desacreditadas - e da ilegitimidade imposta na relação entre mulheres, pautada numa suposta “inexistência da presença” de um falo - inclusive citando a existência da camisinha como método disponível de prevenção no sexo pênis/pênis, por exemplo.

1.2 Orientação sexual e Lesbianidades

Nos estudos da sexualidade, o termo Orientação Sexual conceitua a questão de para quem a atração afetivo-sexual do indivíduo se direciona (Suplicy; Egypto; Vonk; Barbirato; Da Silva; Simonetti; Schwarzstein, 1994⁸; Brasil, 2022; IEG, 2021). Nessa categoria temos heterossexuais, que são pessoas que sentem atração afetiva/sexual por pessoas do gênero “oposto” ao seu (por exemplo, mulheres que relacionam-se exclusivamente com homens); pessoas bissexuais, cujo interesse afetivo/sexual direciona-se a pessoas de todo e qualquer gênero, Pansexuais, cuja atração afetiva/sexual se direciona a pessoas independente do gênero⁹ e homossexuais, que incluem sujeitos que relacionam-se ou sentem atração afetiva/sexual por pessoas do mesmo gênero que o seu¹⁰ (Brasil, 2022; IEG, 2021). Entender as orientações sexuais se faz importante por vários motivos: essas fazem parte da sexualidade de todos os sujeitos e, portanto, como esses a vivenciam e se colocam na sociedade; as identidades que fogem de um padrão normativo cishetero¹¹ ainda sofrem violências e cerceamentos.

1.2.1 Trajeto histórico das lésbicas no Brasil

Os registros da história não são, tanto, marcas do passado, quanto são discursos produzidos e produtores de verdades.

(LESSA, 2003)

Quando vamos falar sobre identidade, é importante que entendamos o que essa é e os processos de transformação que sofreu com os avanços da sociedade. Mocellim (2008) discute a questão da identidade como uma pauta que passou a fazer parte das ciências sociais (envolvendo grandes nomes como Giddens e Bauman, inclusive borrando as fronteiras entre essa ciência e a psicologia) quando essa deixa de se referir a grupos

⁸ Integrantes do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), Associação Brasileira Interdisciplinar e AIDS (ABIA) e do Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS).

⁹ Há literaturas que consideram as identidades Bissexual e Pansexual como equivalentes.

¹⁰ Para fim de não alongar os dados aqui, deixaremos de fora algumas identidades nesse momento, como os Assexuais.

¹¹ Cishétero diz respeito a sujeitos que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento e que sentem atração sexual por pessoas do gênero oposto ao seu, estando dentro de um padrão normativo que é imposto socialmente.

locais para passar para o campo individual na modernidade¹² globalizada considerada “instável”. As identidades, nesse cenário, “tornam-se híbridas e deslocadas de um vínculo local. [...] são transformadas em uma tarefa individual, em um processo de construção incessante, e não mais de atribuição coletiva que implicava apenas certa conformação às normas sociais” (p. 2). No sujeito pós-moderno, a mercê da intensa globalização e avanço desenfreado da tecnologia, o acesso à informação propicia um repensar a própria identidade e as práticas sociais, com grande pluralidade de escolhas no que tange ao estilo de vida. Se na modernidade o rechaço às ambivalências era real até no que tange à identidade, agora a realidade é outra, sendo a ambivalência um valor por si só, algo almejado no mundo transitório, a durabilidade não é mais tão bem quista, ao contrário do consumo, pois esse também está na construção das identidades, tornando-as “líquidas”.

Tudo deve ser consumido, e tudo deve ser descartável para ser consumido. Num mundo que, diferente da modernidade sólida, não se organiza mais em torno do trabalho, e sim em torno do consumo, as identidades se tornam também algo a ser consumido. E o consumo passa a ser o meio pelo qual são construídas as identidades (Mocellin, 2008, p. 24).

Ainda, a identidade, enquanto tarefa individual, “surge como substituta da comunidade. Ela substitui a comunidade das normas, regras, padrões de conduta, e conforto, pela falta de conforto de um mundo sem padrões sólidos, onde a identificação se torna fugidia e frágil” (Bauman, 2003 *apud* Mocellin, 2008, p. 26), passando então a se criarem “comunidades estéticas” em detrimento das “comunidades éticas”, que pressupunham objetivos, normas e interesses coletivos em comum (Mocellin, 2008).

O processo de identificar-se (ou não) com algo é extremamente complicado, pois com a identificação – principalmente se pensarmos na identidade enquanto ser social e conseqüentemente político, em prol de pautas e objetivos comunitários – traz muitas vezes batalhas que deverão ser assumidas e travadas. Minorias sexuais, que podem ser definidas como os grupos que estão fora da cisheteronorma que é socialmente aceita e incentivada, são muitas vezes “acusadas” de definir suas identificações e prática de maneira que tudo ficaria separado em “caixinhas”. Cada identidade para além da norma

¹² Mocellin (2008), baseando-se em Giddens (1991), discute que “a modernidade pode ser entendida dentro de quatro dimensões, como a expansão de quatro formas institucionais, são elas: o capitalismo, o industrialismo, a vigilância e o poder militar” (p.3), sendo a modernidade um projeto pensado e executado para controlar a natureza e subordiná-la aos interesses humanos (com o uso da ciência), ordenar o mundo, dividindo a sociedade em categorias e as pessoas em grupos. Porém, essa modernidade já avançou e se transformou, em grande parte por conta da intensa globalização e avanço das tecnologias e recursos da informação, que estão mudando e se aprimorando o tempo todo, “configurando” o sujeito pós-moderno.

é nomeada e combinada (em gênero, orientação sexual, expressão, afeto, etc.), de maneira que a comunidade acaba por ser uma enorme categoria abarcada pela sigla LGBTQIAP+ (e nem todas essas categorias aparecem nas letras ditas, por isso o “+” ao final).

Mulheres lésbicas, por sua vez, constituem uma categoria peculiar em sua definição, e que nem sempre vai abarcar todas as mulheres que se relacionam com outras mulheres. Durante a pesquisa, o termo “sáfica” chamou bastante atenção – seja em perfis nas redes sociais voltadas para o público LGBTQIA+, seja em conversas nos espaços da universidade¹³ - porém houve certa dificuldade para encontrar uma definição científica/acadêmica do termo. Marques, Oliveira e Nogueira (2013) discutem que

Aproveitando a história de Safo, a poetisa de Lesbos, os Séculos XIX e XX produzem toda uma categoria assente no safismo. Tido como equivalente ao chamado lesbianismo¹⁴ (que deriva da ilha grega de Lesbos), o safismo (de Safo) é usado como categoria identitária para descrever uma mulher cujo alvo dos seus comportamentos sexuais são outras mulheres (2013, p. 2039).

Em outras fontes de pesquisa mais recentes, porém informais, essa definição é corroborada, sendo o termo “sáfica” proveniente do nome da célebre poetisa grega, da ilha de Lesbos – Safo – e pode ser definido como “um termo guarda-chuva para falar de todas as mulheres/pessoas transfemininas que se relacionam com mulheres/pessoas transfemininas, independentemente da orientação sexual delas” (s/p), não tendo como intenção invisibilizar as identidades lésbicas, mas abarcar pessoas dentro do espectro das orientações sexuais que também sofrem opressões ligadas a sua afetividade (Medium, 2019). O conceito e uso do termo sáfica/sáfico é “recente” e “não oficial”, sendo cunhado para especificar mulheres que sentem atração por e/ou se relacionam com outras mulheres (mesmo que não exclusivamente) – o relacionamento entre duas (ou mais) mulheres pode ser chamado de sáfico (Redação, 2022).

A homossexualidade por si só é um tema que causa alvoroço, tendo sido (e sendo) sempre cerceado pela moralidade cristã e por tabus sociais (que já reprimem a sexualidade de modo geral), a qual sua discussão acadêmica é mais presente nas últimas décadas. Taquette (2015) nos relembra que, historicamente, dentro de uma visão cristã, Adão e

¹³ O termo apareceu diversas vezes no decorrer da pesquisa, tanto em algumas páginas de redes sociais, como Instagram, nas quais discutem-se pautas de diversidade e identidades LGBTQIAPN+ quanto nos espaços universitários em discussões diversas, sendo usado para se referir às mulheres que se relacionam com mulheres com orientações sexuais diversas.

¹⁴ Atualmente não se utiliza mais o termo lesbianismo, que tem teor pejorativo pelo sufixo “ismo”, atrelado a condições patológicas, sendo substituído pelo termo lesbianidades.

Eva foram expulsos do paraíso pelo pecado de se relacionarem sexualmente, e que isso apenas mudou quando Santo Agostinho, no século IV, fazendo uma “nova” interpretação sobre o Antigo Testamento, coloca que o pecado original seria o fato do prazer na relação carnal, ou seja, o pecado original não seria fazer sexo, mas qualquer tipo de relação que não visasse apenas a reprodução (perpetuação da espécie). Nesse interim, incluem-se a relação sexual por prazer e a homossexualidade, por exemplo.

Ao falar de mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com outras mulheres, é importante realizar um resgate do percurso histórico que essa categoria percorreu até a atualidade, o qual, mesmo com o permanente e intencional apagamento, esteve presente nos mais diversos tempos e culturas, e como nos traz Swain (2000), “falar de lesbianismo não é apenas descrever práticas ou elaborar definições; é sobretudo tentar observar como uma certa prática sexual se insere nas relações sociais, como é avaliada, julgada, denegrida, louvada ou silenciada no desenrolar da História” (p.11). Mesmo que literatura aponte uma escassez dessas histórias (na forma de publicações e produções acadêmicas), faremos um resgate da mesma – mesmo que de forma parcial e incompleta, pois como aponta Swain (2000, p. 11)

Quem diz História, diz construção. A partir de indícios, de traços mais ou menos precisos, de restos mal ou bem conservados [...]. Os fragmentos atestam um real vivido que é, entretanto, transformado em história segundo as interpretações possíveis em cada época, segundo as representações que constroem o mundo e a experiência vivida. As fontes e o material são diversos, traços apenas de uma realidade efetiva, porém perdida para sempre em sua integridade. Restituir a realidade histórica tal como se passou é apenas uma ilusão perseguida ainda por alguns, herdeiros das “certezas” indiscutíveis do século XIX. A História-ciência, a História-exatidão de fatos e datas cede hoje lugar a um fazer constante, a uma tarefa de problematizar, de questionar, de tentar apreender os significados e os valores que orientam os atos e gestos, sentimentos e paixões que atravessam o viver humano.

Podemos então partir de um ponto histórico – antes de adentrar o tema da lesbianidade em contexto nacional – que se inicia na antiguidade, nos povos Atenienses. Ao pesquisar sobre a história da homossexualidade, fica claro um excesso de narrativas focadas nas relações entre homens, pois não é segredo que os homens escreveram a história das civilizações de suas perspectivas. Diversos autores nos contam sobre as relações mantidas entre homens nessas civilizações – a chamada pederastia (Andrade, 2017; Corino, 2006; Moreira-Filho; Madrid, 2008), que são pontos de referência da nossa cultura ocidental. A relação entre homens mais velhos (Erastes) e meninos jovens

(Erômenos) era considerada como “prática pedagógica” na Grécia antiga (Andrade, 2017; Corino, 2006; Moreira-Filho; Madrid, 2008). Nesse cenário, mulheres eram vistas como inferiores aos homens, logo, pouco se fala sobre as relações que mantinham para além desses, sendo possível e provável que estas mantivessem relações afetivas-sexuais com outras mulheres (inclusive exclusivamente) apenas porque desejavam (Swain, 2000).

Considerando que as mulheres não ocupavam nenhum papel relevante nesta sociedade, a não ser as cortesãs que se relacionavam de igual para igual com os homens, não tinham elas nenhuma base para educar os seus filhos homens, sendo que quando a criança entrava na adolescência, era de costume que a família deste adolescente elege-se um homem mais velho, ao qual era passado a obrigação de educar este adolescente. Segundo estudos, em razão desta relação de um educador e um educando é que deu surgimento a pederastia, que acabou por se difundir pelas demais ilhas gregas (Moreira-Filho; Madrid, 2008, p. 4).

Ainda de acordo com Moreira-Filho e Madrid (2008), mulheres eram tão inferiores nas sociedades gregas que não recebiam educação, devendo se ater apenas ao trato doméstico e reprodução, não fazendo parte nem mesmo da arte, onde em peças teatrais, por exemplo, os papéis femininos eram representados por “homens vestidos como mulheres”. Ainda sobre a pederastia, essa “dependia de aceitação do Erômenos (adolescente), para que então o Erastes viesse a servir como amigo e educador deste adolescente, que neste processo de aprendizado, o Erômenos se submetia como uma mulher a esta relação” (p. 5). Isso ocorria entre 12 e 18 anos do jovem, que após os 25 anos – considerado adulto – poderia se engajar em novas relações com adolescentes. Cabe salientar que a relação homoerótica entre homens adultos não era aceita socialmente, pois não havia esse aspecto de aprendizagem e “o homem que assumia postura passiva, não era tido como verdadeiro homem, pois o homem só assumia a postura ativa [...], sendo que os passivos eram as mulheres, os jovens e os escravos, já que estes estavam em um plano inferior na sociedade” (p.5).

Ainda no universo da Grécia antiga, em Esparta havia a separação por gênero, mas ao contrário do que se vivia em Atenas, as mulheres participavam da vida em sociedade, sendo menos enclausuradas à vida doméstica, praticando esportes e treinando lutas com armas, tendo acesso aos saberes, à arte e direitos. Alguns autores citam até a presença de um Matriarcado em Creta e a presença das Amazonas, o que aponta para uma heterossexualidade como obrigação (do cidadão) ou eventualidade, apesar de não ser a norma vivida por todos em alguns locais da Grécia. As relações homoeróticas masculinas passam a ser banida aos poucos do ocidente cristão, chegando até a serem consideradas

crime, fazendo desaparecer mais ainda dos discursos as já invisíveis relações entre mulheres. Porém, é possível citar que essas continuaram existindo com o avanço das civilizações ocidentais cristãs, como é possível observar na Inquisição do século XVII, em que eram chamadas de sodomitas as mulheres acusadas de práticas homossexuais, como veremos mais pra frente (Swain, 2000), que se fez presente também em terras brasileiras.

Durante todos esses séculos, pouco se tem notícia da homoafetividade feminina. Uma das primeiras mulheres homossexuais que se ouviu falar foi a poetisa grega Safo (625-580 a.C.), cujo nome derivou o termo safismo, que significava o amor entre mulheres. Safo era natural de Lesbos (Ilha do Mar Egeu), região da qual se extraiu a segunda denominação, qual seja, o lesbianismo. Esse termo ainda é utilizado até hoje para identificar mulheres que se relacionam amorosa e sexualmente com outras mulheres (Santos De Oliveira, 2003, s/p.).

Vale citar que a primeira vez que os célebres poemas de Safo (sobre o amor entre mulheres) foram queimados, datam de 380 a.C., mais ou menos na mesma época em que o Imperador Teodósio (Império Romano do Oriente) transforma a homossexualidade em crime passível de pena de morte (Swain, 2000).

O que temos de informação sobre a história da lesbianidade no Brasil nos aponta para uma invisibilização das vivências da homossexualidade (e da sexualidade de forma geral) feminina, ou nas palavras de Swain (2000, p. 15), um histórico olhado através de uma “política do esquecimento: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época”.

Mott (1987), em seu livro *O Lesbianismo no Brasil*, nos introduz na história da homossexualidade feminina, que já estava presente no Novo Mundo antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores. Os escassos relatos sobre essas práticas no Brasil se iniciam quando os portugueses colonizadores chegaram na Terra de Santa Cruz e se depararam com os povos que aqui viviam (indígenas/povos originários) e, dentre eles, haviam mulheres que, segundo os primeiros cronistas, viviam como se “fossem homens”: manejavam arco e flecha, eram musculosas e viviam em “casamento” com outra mulher, sendo chamadas de Çacoaimbeguira. O autor ainda aponta para o fato de que a história da homossexualidade feminina ser encontrada em pequenos fragmentos ao se estudar sobre “os sodomitas”, assunto de maior interesse acadêmico, mas que a lesbianidade esteve presente desde os primórdios de nosso país, em todas as classes sociais e raças (por

exemplo, cita-se historicamente a Arquiduquesa da Áustria e primeira imperatriz do Brasil, D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, esposa de Dom Pedro I e mãe de Dom Pedro II que, segundo seus biógrafos, mantinha relações mais do que platônicas com Maria Graham, a viúva inglesa que fez parte de sua corte).

Ao longo da história, as mulheres sofreram um grande apagamento, passando a ser foco de pesquisas e olhares acadêmicos a partir de 1980 (Oliveira, 2015). Essas, que ocupavam um papel predominantemente doméstico, ou seja, sua existência era centrada socialmente no matrimônio, cuidado com o lar e constituição da família, não sendo comum mulheres engajadas na vida pública ou em papéis primários em decisões familiares e políticas - função essa considerada masculina (Santos De Oliveira, 2003) -, como vê-se por exemplo pelos diversos filósofos, poetas, políticos, etc. ao longo das histórias das civilizações, que são inclusive estudados por muitos nas grandes instituições (família, escola, igreja).

Quando falamos de história da homossexualidade feminina, chama a atenção o número irrisório de pesquisas que voltam um olhar acadêmico para essa população (Oliveira, 2015). Segundo a autora:

Traços de uma cultura misógina cujo legado mantém-se na contemporaneidade, se a mulher, em geral, demorou a se tornar objeto de estudo na produção discursiva histórica, um dos grandes desafios da historiografia é tematizar a mulher lésbica, ao longo dos séculos no país. As dificuldades teórico-metodológicas de reconstituição da historicidade da homossexualidade feminina evidenciam-se haja vista a pouca existência de documentação produzida, sobretudo em períodos mais longínquos, como nos séculos XVI, XVII e XVIII, seja por particulares seja por instituições, que não discutiram ou demonstraram interesses pelas mulheres lésbicas, o que representou em práticas de silenciamento e condição de sua invisibilidade maior ainda do que as conferidas às mulheres em geral (Oliveira, 2015, p.03).

Mott (1987, p. 26) nos traz que das mulheres portuguesas e luso-brasileiras que há mais informações, residentes da nova Colônia do Brasil, registros esses dos livros das “*Denúncias e Confissões do Santo Ofício*”, pois “a partir de 1511 a Inquisição esteve por diversas vezes devassando as principais Capitânicas do Nordeste, inquirindo e prendendo os acusados em pecados-crimes contra a fé e a moral sexual”, sendo inclusive na Bahia encontrado o maior número de lésbicas, segundo esses registros.

No período colonial brasileiro, por exemplo, historiadores analisaram documentos da inquisição (locados na Bahia e Pernambuco) contra mulheres – chamadas de nefandas - que eles acusavam do crime de sodomia imperfeita. As leis portuguesas aplicadas na

época não ignoravam completamente as relações afetivas e sexuais entre mulheres, inclusive considerando-as criminosas, mas tinham penas mais brandas, já que os crimes cometidos por essas não eram tão graves quanto os cometidos pelos homens, de acordo com o olhar tradicional misógino da Igreja católica. Isso gerou uma invisibilidade e apagamento dessas mulheres enquanto sujeitos históricos. A sodomia “imperfeita” ou “tribadismo” deixou de ter caráter de crime aos olhos da Inquisição Portuguesa apenas em 1646 (Mott, 1987; Oliveira, 2015) – passando a ser coibido com status de pecado mortal, onde “a falta de interesse relativa às práticas sexuais realizadas entre mulheres resultava em indefinições quanto à conceituação de seus atos ou mesmo de suas próprias identidades e definições como pessoa” (Oliveira, 2015, p.05). Vale citar que existiu uma legislação especificamente brasileira para punir o crime de “lesbianismo”:

[...] o artigo 964 das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, editadas em 1707 [...] ao tratar do pecado de “molice” – termo com que os teólogos rotulavam antigamente tanto a masturbação quanto os demais atos lúbricos que não fossem a cópula anal e a fornicação (Mott, 1987, p.31, grifos do autor).

Para Mott (1987), o amor entre pessoas do mesmo gênero sempre foi considerado como um dos “mais abomináveis pecados, causador da ira divina que por sua prática castiga a terra com inundações, terremotos e epidemias [...]” (p.8), baseado em valores cristãos e em muitos casos punido severamente em diversos tempos históricos. Logo, as famílias de pessoas que eram acusadas desse crime não mantinham lembrança desses membros, inclusive eram também estigmatizados publicamente por três gerações, sendo eles apagados. O autor cita também o cunho do termo “crime nefando”, ou aquele que não deve ser dito/citado, seguindo as ideias de Apóstolo Paulo (considerado o principal teórico da intolerância contra homossexuais da Cristandade), fatores que contribuem para um amplo apagamento histórico no que concerne à história da lesbianidade.

A classificação do crime de sodomia relativa às mulheres que praticavam sexo com outras mulheres apresentava para os teólogos dois problemas. Em primeiro lugar, a condição de sodomia implicava no ato da cópula anal; em segundo, era necessário haver ejaculação. Ou seja, somente através da penetração do pênis e da emissão de sêmen poderia se constituir o ato sodomítico; portanto, as mulheres não poderiam ser acusadas de sodomíticas. Como forma de resolver a questão, haja vista que era necessário enquadrar tipologias no caso do crime sexual praticado entre mulheres, a igreja nomeou a relação entre homens como *sodomia perfeita*, enquanto nas mulheres, configurava-se a *sodomia imperfeita*. Elas deveriam ser julgadas, mas o crime era considerado de

menor gravidade, comparado aos praticados pelos homens (Oliveira, 2015, p.04).

A mesma autora ainda analisa a narrativa do renomado historiador Ronaldo Vainfas (2010) sobre as relações homossexuais entre mulheres nesse período, dizendo que essas “[...] parecem resistir à ideia de que as relações entre mulheres davam-se pela simples motivação de que elas sentiam desejos entre si”, já que o autor relata explicações das práticas entre mulheres como brincadeiras, métodos de manter a virgindade e escapar de pais repressores (entre meninas novas) e compensação de casamentos insatisfatórios e/ou violentos (entre mulheres adultas brancas de classe alta). “É muito frequente observar que, tanto nas narrativas de época como nas da posteridade, há tentativas de encontrar outros fatores, que não seja a do desejo homoerótico como motivador para explicar as experiências lésbicas” (Oliveira, 2015, p.06).

Por outro lado, os registros de denúncias na época da Inquisição portuguesa no Brasil, que inclusive conta com relatos de mulheres que denunciavam umas às outras buscando penas mais brandas pelos crimes cometidos ao relacionarem-se entre si, mostram uma reprodução de práticas sexuais heterossexuais marcadamente genitalizadas, ou nas palavras de Mott (1987, p. 27), “[...] apesar dos ósculos e amplexos e palavras amatórias, repetiam essas mulheres o mesmo costume e performance dos heterossexuais, limitando-se a desnudar o corpo apenas da cintura para baixo, conservando o peito coberto”.

Embora obsessivamente os Inquisidores indagassem a essas trébuchades se utilizavam algum instrumento penetrante quando pecavam, nenhuma respondeu afirmativamente, sequer mencionando a língua ou o dedo como instrumento de prazer. Tudo nos leva a crer que tal silêncio relate verdadeira omissão da prática de outro desempenho erótico além dos beijos, abraços e fricção das partes genitais, pois no caso dos sodomitas masculinos, além da riqueza de detalhes do uso do dedo e língua nos atos sexuais, há referência a objetos penetrantes (Mott, 1987, p. 28).

De acordo com Santos de Oliveira (2003), com a Revolução Industrial que começa a se espalhar a partir do século XVII, “a mulher começou a ocupar espaços na vida econômica, participando ativamente da renda familiar, ganhando um tímido respeito no meio social, conquistando a independência financeira e o reconhecimento profissional” (s/p.), ou seja, aí se inicia – mesmo que timidamente - a saída das mulheres de uma vida

predominantemente doméstica e de servidão aos homens¹⁵. Passando para o século XIX, a igreja começa a perder força no que tange a repressão das relações afetivas/sexuais entre mulheres conforme outras áreas do conhecimento ganham mais espaço e influência social, entre elas a medicina e o direito, porém, os discursos dos intelectuais da época ainda visavam normatizar e controlar a sexualidade dessas mulheres, mantendo-as em papéis sociais secundários (Oliveira, 2015).

Sob a influência de médicos, criminologistas e antropólogos europeus, alguns intelectuais brasileiros publicaram teses de doutoramento nas Faculdades de Medicina e do Direito, durante os séculos XIX e XX, cujos objetivos foram investigar temáticas acerca da sexualidade e dos comportamentos femininos (Oliveira, 2015, p.08).

Ao analisar um jurista da época, Oliveira (2015) expõe seu discurso que, ao estudar a questão da violência sexual contra a mulher, baseia-se em crenças de que essa, ao colocar-se fora de funções que a sociedade lhe impõe, como ficar confinada ao lar e à família e tentar buscar direitos, emancipação e “concorrer” com os homens nas funções da vida pública, punha-se em risco para que as violências fossem cometidas, ou seja, a vítima do estupro seria a primeira culpada pela violência sofrida. Nota-se que esse discurso se baseia na preservação da moral e dos bons costumes da época, que apesar de colocar-se fora do âmbito propriamente religioso, se faz muito semelhante ao que a igreja pregava anteriormente. Nessa mesma perspectiva, a homossexualidade (ou homossexualismo, como era chamado) passa a ser foco do discurso médico, onde os homossexuais seriam pessoas degeneradas e doentes, que, ao cometer algum delito, não deveriam ser presas, já que se acreditava que não poderiam se regenerar na prisão, então:

Nesse sentido, a homossexualidade sai da ótica do discurso do pecado ou crime, como fora nomeada em séculos precedentes, e passa a ser concebida como doença. Mas, não qualquer tipo de doença física; ela era vista como doença mental, e, portanto, deveria ser submetida a tratamentos distintos entre os quais a hidroterapia, eletricidade e sugestão hipnótica. Todos os tratamentos deveriam estar sob os

¹⁵ Não podemos perder de vista de que mulheres estamos nos referindo nesses trechos, pois há especificidades nas vivências que não podem ser deixadas de lado. Os trabalhos, assim como vertentes do movimento feminista pautam-se muitas vezes numa perspectiva branca de vivência das mulheres - tratadas como universais -, porém, devemos lembrar que mulheres negras não ocupavam (e em muitos aspectos ainda não ocupam) o mesmo lugar social de mulheres brancas, tanto no que tange ao acesso ao mercado de trabalho, educação e saúde, até vivências da sexualidade (como matrimônio, constituição de família nuclear, liberdade ou repressão sexual, etc.). Como nos traz Kumpera (2019), a branquitude é uma ideologia construída para ser tomada enquanto “padrão de humanidade”, logo universal, “invisível” e tido como “neutro”. Isso se reflete quando tomamos categorias que atravessam existências - por exemplo, gênero - e olhamos apenas sob uma perspectiva (histórica) branca, pautada como generalizável na literatura, o que é um erro. Falaremos um pouco mais de uma perspectiva da sexualidade de lésbicas negras mais pra frente.

cuidados de um especialista – o médico psiquiatra – cujo objetivo final seria proporcionar a cura ao degenerado (Oliveira, 2015, p.09).

Nessa premissa, apesar da produção de estudos médicos que focavam nos comportamentos, relações e práticas sexuais entre mulheres, os vieses eram pejorativos e tendenciosos, pautados na moral da época. Em alguns até mesmo mulheres “masculinizadas” (que chamamos atualmente de desfeminizadas) eram tidas como “monstros” e “bestas feras”, preconizando inclusive que soluções para a homossexualidade feminina eram a educação ou o casamento, pois o marido poderia satisfazer seus desejos e torná-la mais “dócil” a submeter-se as leis e normas sociais (Napolitano, 2005 *apud* Oliveira, 2015), sendo possível aqui observar a heteronorma como algo não só desejado, mas incentivado até pela classe médica como tratamento de uma condição por ela patologizada.

Para o médico legista e psiquiatra Afrânio Peixoto, as escolas eram importante instrumento para oferecer *formação adequada* às mulheres e evitar a homossexualidade. Entretanto, alertava serem os colégios, pensionatos e conventos os lugares onde se manifestavam com maior frequência as *inversões sexuais*. Por isso, ratificava a importância da boa educação sexual promovida por pais e professores, sob o intermédio do médico. Aos cientistas, caberia o papel de alertá-los acerca dos perigos, riscos e condições de práticas sexuais invertidas e inaceitáveis (Peixoto, 1944, p. 264 *apud* Oliveira, 2015, p.10, grifos do autor).

Nesse cenário, até mesmo funções fisiológicas femininas eram tidas como causa da homossexualidade, como por exemplo a menstruação, que causaria um desequilíbrio mental, mesmo que temporário, justificando o discurso de uma loucura feminina manifestada em comportamentos fora da norma (Oliveira, 2015).

Durante os séculos XIX e XX, foram outras as concepções, os diagnósticos e os tratamentos construídos por indivíduos e sustentados por instituições, para enquadrar comportamentos e modos de vida femininos, condenando-os de forma enfática. O pecado mortal sai de cena para entrar, no cenário de normatização social, o ideário racional e científico (Oliveira, 2015, p. 10).

Tratando especificamente de uma lesbianidade negra, é necessário pensar nos atravessamentos que pautam as vivências da sexualidade - pois aspectos históricos específicos no que tange a essas no contexto brasileiro não foram encontrados, porém, faz-se necessário pontuar algumas questões¹⁶. A raça é um fator fundamental para

¹⁶ A “ausência marcante” das experiências de mulheres negras nos estudos gerais sobre mulheres é uma problemática apontada por Lorde (2019). A autora ainda comenta que o medo de lésbicas e de ser acusada

pensarmos os acessos ou a falta deste em vários âmbitos sociais, principalmente quando vivemos em uma sociedade construída por escravos e estruturalmente racista. Para mulheres heterossexuais e/ou que estão dentro da norma, a sexualidade já comporta questões outras (como padrões de beleza brancos, solidão, escolha de parcerias, violência, etc.), que não impactam mulheres brancas da mesma forma. As diferenças tem que então serem pensadas dentro das relações de poder e da opressão que operam em nossos contextos. Como nos traz Lorde (2019),

Em algum lugar, no limiar da consciência, existe o que eu chamo de uma *norma mítica*, por meio da qual cada um de nós sabe, dentro do coração, que “esse não sou eu”. Na América, essa norma é comumente definida como branco, magro, macho, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. É com essa norma mítica que as armadilhas do poder existem dentro da sociedade. Aqueles de nós que estamos afastados desse poder geralmente identificamos uma maneira pela qual somos diferentes, e supomos que essa é a causa básica de toda opressão, esquecendo outras distorções em torno da diferença, algumas das quais nós mesmos podemos estar praticando. [...] Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiências sob a capa da palavra irmandade que de fato não existe (Lorde, 2019, s/p.)

Kumpera (2019, p. 138) nos faz refletir que dentro do regime da heterossexualidade a branquitude vai funcionar como “um “mecanismo de compensação”, blindando-nos em alguma medida da lesbofobia, por meio dos acessos que ela nos permite (educação, trabalho, capital cultural e intelectual etc.)”. Logo, apesar dessas mulheres fazerem parte da mesma “categoria” dentro da diversidade de orientação sexual e serem também subalternizadas pelo gênero, as lésbicas brancas ocupam uma posição de poder

[...] construída historicamente frente às lésbicas negras e, inclusive, frente a outros sujeitos marginalizados por mecanismos de classe e raça/etnia. Este poder se expressa, por exemplo, na representatividade lésbica nos meios de comunicação e nas referências teóricas, culturais e artísticas com maior circulação social” (Kumpera, 2019, p. 140).

Isso ocorre pois os mecanismos de dominação se adaptam e transformam visando a permanência do *status quo*¹⁷, assumindo um “continuum histórico de dominação” que

como tal fez com que muitas mulheres negras testemunhasse contra si mesmas, assim como muitas vezes a um comportamento de ignorar a existência e o trabalho de mulheres lésbicas negras, muito pautado na ideia de que a lesbianidade era um problema de brancas e/ou que isso seria uma ameaça à nacionalidade negra (Lorde, 2019).

¹⁷ A autora se baseia no conceito de “so-produções” de Bachetta (2009).

se relaciona estreitamente com o neoliberalismo, onde “o conceito permite elucidar, para o caso brasileiro, as heranças da escravidão, políticas históricas de embranquecimento, formas de epistemicídio, marginalização social, entre outras ferramentas utilizadas para a manutenção da dominação racial”, que desemboca no racismo estrutural velado nos discursos sobre o mito da democracia racial e da miscigenação da população (Kumpera, 2019, p. 140).

Ariana Mara Silva (2017) discute a interseccionalidade inerente presente na lesbianidade negra: dentro dos instrumentos de dominação social universal essas são atravessadas pelas categorias de “outro” em dois aspectos fundamentais - a raça e o gênero. É importante não perdermos de vista que mulheres negras, sobretudo brasileiras, sofreram e ainda sofrem consequências da colonização europeia - com uma posterior desigualdade de distribuição de bens materiais e simbólicos -, sendo suas identidades construídas dentro dessa interseccionalidade, contextualizadas dentro dessas relações de poder que concedem maior ou menor acesso social, que desembocam numa multiplicidade identitária que sofre uma “discriminação cumulativa”¹⁸ (de gênero, raça, classe, etc.), mas da mesma forma invisibilizada. Por exemplo:

Uma maneira de entender como funciona é pensarmos em duas mulheres lésbicas, uma negra e outra branca, expulsas de casa pelos pais por causa da orientação sexual. Pensando a sociedade racializada como vemos nos dias atuais, a lésbica branca tem maiores chances de conseguir um emprego e reconstruir a vida a partir desse momento de ruptura do que a negra. Se as condições sociais das famílias brancas são melhores que as das famílias negras, provavelmente a lésbica branca teve melhor/maior acesso à educação e isso refletirá na hora de buscar um emprego. Ou seja, uma mulher negra lésbica pobre está mais suscetível a condições de desemprego ou subemprego do que uma lésbica branca pobre (Silva, 2019, p.126).

Durante as décadas de 1940 e 1950 as discussões sobre a questão da patologização da homossexualidade começam a ganhar novos contornos, sendo ponderada as questões da cultura e sociedade como um viés importante para esse critério patológico na sexualidade feminina, destacando aqui a tese de Iracy Doyle Ribeiro, psiquiatra que estudou e escreveu sobre o tema, onde apesar de considerar a possibilidade da

¹⁸Expressão empregada por Silva (2009, p.02) *apud* Silva (2019, p. 121). Para saber mais sobre, acesse: SILVA, Anelise Fróes da. Lésbicas negras feministas: diálogos entre gênero, raça e sexualidade nos movimentos lésbico e feminista no sul do Brasil”. In: *Anais [...] VIII REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR*, Buenos Aires, 2009.

lesbianidade não ser por si só uma patologia mental, em alguns casos demonstravam uma neurose grave, entre outras explicações (Oliveira, 2015).

Maiores problematizações sobre a patologização da homossexualidade só começaram a crescer em 1960, pois adentrou “nos debates, discussões e manifestações político-culturais revolucionários e comportamentais de contracultura acerca de temas como machismo, racismo, imperialismo e formas diversas de opressão, vivenciadas por povos distintos” em que, “sob a ótica e abordagens mais humanistas, psicológicas, sociológicas, antropológicas e históricas, foram observadas e levadas em consideração as especificidades sociais e culturais de cada grupo e indivíduos” (Oliveira, 2014, p. 14).

Apesar de a patologização da homossexualidade e seu conseqüente tratamento ainda ser pauta de discussões e debates (escandalosos) na atualidade, faz-se importante citar um marco nesse aspecto, que foi a retirada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) do sufixo “ismo” em 1990 – passando de homossexualismo para homossexualidade, sufixo esse que trazia um caráter médico de doença e anomalia (Oliveira, 2015). Esse marco recente ainda não é suficiente para que cotidianamente seja desconstruído o caráter de desvio de orientações sexuais não normativas, como podemos observar em notícias recentes vinculadas à psicologia, por exemplo, em que profissionais alinhados a uma perspectiva religiosa conservadora propuseram que fossem retomados e regularizados os tratamentos de conversão da orientação sexual, tema que polarizou as eleições do conselho em 2019, tendo a presença de chapas que defendiam a volta dessa prática dentro dos consultórios (Correa, 2019). Em 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu a ação popular que queria o retorno da regularização da “cura gay” (proibida na Resolução 01/1999), considerada violação dos Direitos Humanos (Instituto Brasileiro de Direitos de Família, 2020).

Já no âmbito das políticas e de busca por direitos, cabe pontuar que a conquista de espaços políticos e sociais exclusivamente voltado à mulheres lésbicas e bissexuais ocorreu na redemocratização do país em 1988, já que as pautas discutidas por elas estavam “misturadas” aos do movimento homossexual (posteriormente LGBTQIAP+) e feminista, ficando as demandas específicas de mulheres que se relacionam com mulheres colocadas em segundo plano. A aproximação com o movimento feminista não foi vista como positiva por parte das militantes do movimento lésbico, porém proporcionou um norte na luta por direitos dessa população, primariamente no que tange à saúde sexual - como direitos sexuais e reprodutivos, prevenção de IST no sexo entre mulheres, etc. (Alves; Moreira; Prado, 2020).

O ativismo relacionado aos movimentos feministas proporcionaram diversas conquistas, como a Rede Nacional Feminista (criada em 1991), que já batiam na tecla da negligência em relação à saúde sexual da população lésbica e bissexual, estando presente na construção de políticas públicas e dossiês (inclusive um voltado especificamente para essas questões, lançado em 2006) (Alves; Moreira; Prado, 2020).

1.2.2 A Heterossexualidade Compulsória

“Abrigar-se no semelhante – assimilação para aquelas que, assim, o conseguem – é a mais passiva e debilitante das respostas à repressão política, à insegurança econômica e à renovada ‘temporada de caça’ da diferença”.

(Rich, 2010, p. 20)

A sexualidade feminina, como apresentada na sessão histórica, se permeia por um apagamento e/ou rechaçamento intencional que visa, dentre outras coisas, manter a posição de submissão das mulheres, assim como o status de “bizarro” e não natural do interesse afetivo e sexual dessas quando voltado para outras mulheres. Sendo assim, faz-se importante discorrer, mesmo que brevemente, sobre um mecanismo existente que serve ao *status quo* das normas sociais: a heterossexualidade compulsória (HC).

Concordamos com Canciani e Ghislene (2018) sobre a importância de lançar um olhar crítico e perceber o caráter compulsório da heterossexualidade, o que “permite denunciar o apagamento social a que foram (e seguem sendo) submetidas as mulheres lésbicas”, evidenciando como as relações de gênero influenciam e impactam nas vivências e nos corpos desses sujeitos, “conduzindo-os ‘de volta’ aos marcadores sociais que lhes foram designados: mãe/esposa/educadora” (s/p).

De acordo com Schwade (2010), o termo “Heterossexualidade Compulsória” ficou mais conhecido na década de 1980 ao ser empregado nos estudos da feminista Adrienne Rich, especificamente em seu ensaio *Heterossexualidade compulsória e existência lesbiana*. Essa pode ser definida como uma ideologia - naturalizada por meio dos discursos sociais – de priorização da heterossexualidade. A heterossexualidade, por ser naturalizada, passa a ser vista como um “caminho único e legítimo” a ser percorrido por todas as mulheres, envolvendo, entre muitas coisas, os papéis fixos de gênero (e de feminilidade/masculinidade), o desejo afetivo e sexual voltado apenas para homens, o

objetivo do matrimônio heterossexual monogâmico, a maternidade e construção da família nuclear padrão (Rich, 2010).

[...] o fato de que ao invés de natural, ela [heterossexualidade] é compulsória. Ninguém nasce heterossexual, é a sociedade que força a todos a assim serem. Por quê? Porque a heterossexualidade compulsória é a base de toda uma ordem que beneficia com poder os homens que subordinam as mulheres e não se relacionam amorosamente com outros homens. Em outras palavras, vivemos em uma época em que a heterossexualidade é o meio privilegiado de socialização e apenas neste regime de verdade as pessoas são reconhecidas, aceitas e inseridas nas principais instituições sociais (Miskolci, 2007, p. 57).

Devemos então olhar a heterossexualidade não só como um conjunto de práticas cotidianas relacionadas à sexualidade e à orientação sexual, mas como “um sistema político de administração e dominação dos corpos” (Morais, 2017, p.60) sendo “uma instituição política que retira o poder das mulheres” (Rich, 2010, p. 19).

Valores morais, valores religiosos definem a visão do humano, e no mundo patriarcal o amor e o sexo entre mulheres são o perigo maior de perda de poder. De fato, a melhor maneira de assegurar uma dominação é se fazer amar e desejar pelos dominados: neste caso, a heterossexualidade compulsória e a naturalização dos papéis fazem de uma relação assimétrica e hierárquica o espelho do natural, do certo, do bom (Swain, 2000, p. 35).

Schwade (2010) nos traz ainda que a categoria HC veio como uma tentativa de desnaturalizar a dicotomia entre os sexos, lançando olhar sobre “o caráter instituído e construído das premissas que norteiam a relação entre os sexos, as diferenças sexuais e as sexualidades” (p.59), nas quais a HC seria a imposição não só de um modelo, mas também do conteúdo estabelecido nos relacionamentos entre homens e mulheres e entre mulheres, relações essas com fortes marcas naturalizadas das diferenças entre os sexos.

Importante lembrar que a naturalização desses processos sociais e culturalmente impostos, propagados e reforçados, em que há a associação dos marcadores sexo e gênero (como algo dado ao nascer de acordo com o genital) e do binarismo homem e mulher, que carregam consigo a suposição de que as mulheres são heterossexuais, já que essa seria a única forma de expressão sexual legítima (Darc, 2019).

É necessário pensarmos criticamente sobre a questão da naturalização de fenômenos sociais, que são estabelecidos por meio da historicidade e da linguagem para refletirmos sobre a HC. Canciani e Ghisleni (2018) discutem que a categoria “identidade” é socialmente construída, ou seja, o sentido e significado atribuído a fenômenos que são

naturais¹⁹ dependem de determinadas dimensões da vida social, política, cultural e jurídica. Os seres humanos – seres sociais que são – tendem a elaborar socialmente um fenômeno que é natural – por exemplo, a questão de atribuir à mulher uma “inclinação” ou pré-disposição a dedicar-se ao lar e à maternidade (portanto ficar no contexto doméstico/privado), deixando o espaço público ao domínio masculino (pois o homem teria essa inclinação a questões da vida pública).

De acordo com as mesmas autoras, esses argumentos são inclusive reforçados ao longo da história e naturalizados nos discursos, porém, apontam ser uma estratégia de poder tentar utilizar argumentos biologizantes para “naturalizar” certas condutas, já que supostamente não havia contra-argumentos para o que é natural. Na sexualidade e orientação sexual, o que é tido como “normal” socialmente -que no caso é a heteronormatividade - necessita de uma linearidade entre os conceitos de sexo e gênero, na qual os sujeitos seriam apenas compreendidos na medida em que esses adquirem um gênero, que também deve ser compreensível²⁰ (Canciani; Ghisleni, 2018). Nesse interim:

Pensar que a compulsoriedade da heterossexualidade está na base desta dicotomia das características femininas e masculinas, e discutir o seu status de verdade natural absoluta, torna possível uma reinvenção das relações de gênero. [...] a cultura e a história possuem primazia na constituição de nossos corpos, subjetividades, condutas, representações, fantasias, práticas políticas (Soares, 2015, p.250).

Falando em opressão por orientação sexual, Morais (2017) argumenta que há uma distinção nas vivências dessa quando lançamos olhar para mulheres lésbicas e homens gays (apesar de ambos os grupos serem oprimidos e sofrerem diversos tipos de violências), pois não podemos perder de vista a repressão e o controle que a sexualidade da mulher sofre pelo patriarcado, existindo uma clara assimetria social, política e econômica entre os gêneros. A inviabilização dessa população acarretaria em anomias (ou ausência de leis, regras – uma desorganização) jurídicas, banindo-as ainda mais à inexistência e à mercê de opressões simbólicas, institucionais e físicas (Canciani; Ghisleni, 2018).

¹⁹ As autoras inclusive exemplificam com a célebre frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, pois socialmente atribuímos diversas características sociais relacionadas a um fenômeno natural (Canciani; Ghisleni, 2018, s/p).

²⁰ As autoras utilizam o conceito usado por Butler de “Gêneros ‘inteligíveis’, que “são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2016, p. 43 *apud* Canciani; Ghisleni, 2018, s/p).

A lésbica personifica duas vezes a noção de *outsider*, pois além de ser mulher, seu desejo é taxado de problemático, desviante ou ocasional. Dentre essas diferenças fundamentais, podem ser citados o privilégio econômico e cultural dos homens e a falta de acesso aos serviços públicos de saúde, pois o Brasil avança a passos muito lentos no que se refere à atenção primária da saúde da população lésbica, ao contrário do que ocorre relativamente à população gay, cuja política pública para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis é largamente difundida (Canciani; Ghisleni, 2018, s/p.).

A deslegitimação das vivências afetivas e sexuais entre lésbicas e mulheres que se relacionam com mulheres pode ser notada até nos termos (alguns originalmente pejorativos e atualmente ressignificados) usados para se referir a elas (muitos deles datando de séculos atrás), como sapatão, tribadista, saboeira, fancha, roçadeira, maria macho, entre outros (Mott, 1987; Morais, 2017). Ainda de acordo com Morais (2017), os termos usados remetem a uma suposta falta de penetração na relação sexual, atrelando a figura da lésbica a um “pseudohomem” e a relação sexual sem a presença de pênis/penetração como uma relação incompleta, o que pode ser notado na “construção da ideia de virgindade feminina, pois a mulher só deixa de ser virgem a partir do momento em que ela tem o hímen rompido ao ser penetrada por um homem” (p. 60). Nesse cenário, a lésbica é colocada na posição de um “homem incompleto” que deseja acessar os privilégios masculinos.

Mott (1987) nos traz, inclusive, a questão da deslegitimação do desejo entre mulheres repassado de maneira histórica, dando o exemplo de que se atribui a Safo a “invenção” do amor entre mulheres, onde esse amor só passa a existir depois que essa apaixonou-se incestuosamente pelo seu irmão (que se apaixonou por outra mulher e fugiu). Nesse cenário, o amor de Safo por outras mulheres é uma solução para o seu despeito e rejeição – que se transforma em desprezo por homens. Essa passa a escrever e cantar suas aventuras lésbicas publicamente, atraindo outras mulheres a fazer o mesmo. Segundo Swain (2000), cria-se então a ideia de que a relação entre mulheres é pautada na inveja e ódio aos homens, sendo um desejo não genuíno. Essa narrativa sobre as motivações para a existência lésbica é repetidamente retomada desde o início da era cristã, na qual uma mulher voltaria seu interesse para outras mulheres apenas porque não há um interesse masculino nelas.

Assim, como se pode notar nas definições dos dicionários, as conotações, as significações que acompanham a palavra “lésbica” são sempre negativas: mulher-macho, [...] mulher feia, mal-amada, desprezada. As imagens revelam dessa forma ou uma caricatura do

homem ou uma mulher frustrada, uma mulher que foge ao paradigma da beleza e da “feminilidade” e escolhe a companhia feminina por não atrair os homens (Swain, 2000, p. 35).

Rich (2010), comentando sobre o trabalho de Kathleen Gough (“*A origem da família*”, publicado em 1975), lista e discorre uma série de métodos pelos quais o poder e legitimidade masculina são manifestados e mantidos socialmente, sendo esses não só ações que empregam violência física em si, mas questões mais subjetivas, como: relegar todo o trabalho materno às mulheres; negar suas sexualidades e desejos; controle masculino do aborto; negação psicanalítica do clitóris; limitação das capacidades físicas através de vestuário feminino; destruição de documentos relacionados à existência lésbica²¹ e seu apagamento na arte, literatura e cinema; a idealização do amor romântico, entre diversos outros. Moraes (2017), em trabalho mais recente, também cita alguns desses mecanismos, como a negação da sexualidade, feminina, a maternidade compulsória, a heterossexualidade compulsória e a violência de gênero, atribuindo-os a um reflexo de um sistema em que há uma “hierarquização de corpos” (chamado sistema sexo-gênero), sendo o corpo feminino um corpo sem autonomia, que obrigatoriamente necessitaria de um homem para ter função e significado.

Algumas das formas de o poder masculino se manifestar são mais facilmente reconhecidas do que outras, ao reforçar a heterossexualidade sobre as mulheres. No entanto, cada uma das que eu listei vem adicionar-se ao feixe de forças pelo qual as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios (Rich, 2010, p. 26).

Canciani e Ghisleni (2018) apontam que na HC existe uma “lógica binária”, pois essa se limita a dois termos mutuamente excludentes – homem OU mulher, heterossexual OU homossexual – na qual cada um desses polos carrega consigo determinadas características, produzindo posições hierárquicas ao colocar a ideia de que existe o “um” e “outro” dentro dessa dinâmica. As autoras ainda discutem que essa “hierarquização reverbera de modo ainda mais perverso com relação à mulher lésbica, já que além da lesbofobia socialmente incutida, a indiferença se acentua quando institucionalmente endossada (seja política, social ou juridicamente)” (s/p).

²¹ “Exceto quando vista como exótica ou perversa” (Rich, 2020, p. 26).

A heterossexualidade, quando entendida como um comportamento obrigatório (e é esse entendimento que circula no imaginário coletivo há milhares de anos) significa colocar a lésbica na situação de desviante, de objeto de ódio ou de invisibilidade. A lésbica também tem sido historicamente privada de sua existência pública e política também por meio de sua inclusão como uma versão feminina da homossexualidade masculina (Canciani; Ghisleni, 2018, s/p).

Rich (2010), Nogueira e Colling (2015) refletem como a mídia se relaciona com a questão da heterossexualidade compulsória, fazendo uma “doutrinação” feminina desde cedo e reforçando em suas produções (nos contos de fadas, na televisão, no cinema, etc.) uma busca incessante pelo amor romântico e relacionamento heterossexual idealizado:

A ideologia do romance heterossexual, irradiada na jovem desde sua mais tenra infância por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, da propaganda, das canções populares e da pompa dos casamentos, é um instrumento já pronto nas mãos do proxeneta, que não hesita mesmo em usá-los, tal como Barry registra. Em grande medida, a doutrinação prematura das mulheres pelo “amor” como emoção pode ser um conceito ocidental, mas uma ideologia mais universal subentende a primazia e o caráter incontrolável da pulsão sexual masculina (Rich, 2010, p. 31).

Outra questão a ser pontuada dentro do tema é o fato da lesbianidade ter sido vista como desvio orgânico e/ou psicológico por muito tempo (na psicanálise apareciam os conceitos de inveja do pênis e neurose homossexual, por exemplo), contribuindo para a ideia do desejo errado. As mulheres que eram identificadas enquanto trébuchades também eram apontadas como portadoras dos mais diversos problemas de saúde, como histeria, ninfomania, esgotamento nervoso e até mesmo loucura, podendo inclusive influenciar outras mulheres a iniciar esse tipo de comportamento imoral, pois “as ciências do comportamento e sociais espalhavam-se ainda muito nesta época nos ensinamentos da ciência natural, daí a associação fácil entre a maçã estragada que faz apodrecer todas suas vizinhas sãs [...]” (p.45). Por ser vista como uma perturbação da saúde, diversas abordagens de cura eram testadas, indo de internação compulsória até terapias torturantes a base de choque, ácido e psicotrópicos (Mott, 1987).

[...] no discurso médico ocidental pregava-se a eliminação da “doença”, entrave para uma humanidade eugênica: “falha genética”, “disfunção hormonal”, categorias que de tempos a tempos voltam à baila nos jornais, revistas, talk-shows da televisão etc. “Tem cura?” “Nasci assim?”. Nesse jogo perverso de identidades, vem ganhando o “natural-reprodutivo” como marca do humano, Resulta uma humanidade

moldada pelo sexo, cindida primeiro em homens e mulheres – com predominância dos primeiros; em seguida, do normal e anormal – com a exclusão social do último (Swain, 2000, p. 37).

Aqueles considerados “diferentes” e “anormais” são, então, subjulgados à viverem nas “sombras” da vida privada ou ainda forçados a simularem uma orientação sexual que não lhes pertencem. Podemos notar isso em outro ponto importante para a reflexão sobre a HC, que é a epistemologia do armário. A Epistemologia do Armário (EA), ideia elaborada e argumentada por Eve Kosofsky Sedgwick em seu livro homônimo lançado em 1990 e traduzido posteriormente para o português, dialoga com a heterossexualidade compulsória, pois nela as pessoas homossexuais seriam “empurradas” de volta ao “armário” ideológico do segredo em relação à sua orientação sexual em todos os momentos e situações da vida cotidiana, em grande parte por uma presunção social de heterossexualidade (Sedgwick, 1998; 2016). Podemos exemplificar com a reflexão de Rich (2010):

Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (p. 28).

A epistemologia do armário funciona então como mais um dispositivo de controle da sexualidade, atingindo pessoas homossexuais e estabelecendo a existência de um lugar de privilégio ocupado por heterossexuais, que possuem uma visibilidade e hegemonia de valores dentro da sociedade (Sedgwick, 1998, 2016).

[...] grande parte da energia de atenção e demarcação que girou em torno de questões relativas à homossexualidade desde o final do século XIX, na Europa e nos EUA, foi impulsionada pela relação distintivamente indicativa entre homossexualidade e mapeamentos mais amplos do segredo e da revelação, do privado e do público, que eram e são criticamente problemáticos para as estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo; mapeamentos cuja incoerência capacitadora, mas perigosa, foi condensada de maneira opressiva e duradoura em certas figuras da homossexualidade. “O armário” e “a saída do armário”, ou “assumir-se” [...] têm sido as mais magnéticas e ameaçadoras dessas figuras (Sedgwick, 2016, p. 26).

A autora também discute a ideia do privado *versus* público atrelados a ideia do segredo *versus* assumir-se quando se fala em homossexualidade, pois as vivências dessa

população está sempre sendo cerceadas por questões como quem sabe sobre sua orientação sexual; se, como e quando terão que se assumir novamente (caso já forem) a cada pessoa que conhecem; quais as implicações e impactos essa informação terá nos contextos que estão inseridos – família, trabalho, comunidade, etc. (até porque nem sempre a saída do armário tem potencial transformador positivo na realidade estabelecida e a revelação da identidade homossexual não cessa a relação com o “armário” – próprio e dos outros) (Sedgwick, 1998; 2016). “Viver no armário, e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto“ (Sedgwick, 2016, p.39).

[...] nenhuma pessoa pode assumir o controle sobre todos os códigos múltiplos e muitas vezes contraditórios pelos quais a informação sobre a identidade e atividade sexuais pode parecer ser transmitida. Em muitas relações, senão na maioria delas, assumir-se é uma questão de intuições ou convicções que se cristalizam, que já estavam no ar por algum tempo e que já tinham estabelecido seus circuitos de força de silencioso desprezo, de silenciosa chantagem, de silencioso deslumbramento, de silenciosa cumplicidade (Sedgwick, 2016, p. 39).

Pensando em maneiras de subverter a heteronormatividade e HC, Rich (2010) discute a possibilidade de uma “existência lésbica” ou um “*continuum* lésbico”, que seria uma forma de resistência (muitas vezes por escolha) pautada em vivência de identificação entre mulheres - e aqui não limitado a forma erótica e/ou romântica, mas de companheirismo, fortalecimento mútuo, partilha de vida etc.

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência (Rich, 2010, p. 37).

Canciani e Ghisleni (2018)²² discutem que a existência lésbica se coloca “como movimento e como política para outros movimentos sociais”, o que permite, por exemplo que os “feminismos se interroguem sobre suas potencialidades, seus limites e suas eventuais omissões, especialmente no tocante à família, à divisão sexual do trabalho e à definição dos papéis masculino e feminino” (s/p). Moraes (2017) vai ao encontro das autoras anteriores e afirma que “fortalecer as relações entre as mulheres significa um

²² As autoras fazem discussões a partir de Rich (2010).

empoderamento verdadeiro, o que oferece um grande perigo à manutenção do sistema patriarcal” (p. 64).

Além da questão do apagamento lésbico, devemos nos atentar para a constante tentativa de enquadrar e normatizar as relações entre mulheres nos modelos já conhecidos de heterossexualidade. Como as categorias gênero e orientação sexual acabam por ser atreladas dentro do pensamento conservador brasileiro, mulheres lésbicas tradicionalmente são questionadas quando não performam o que se espera de seu gênero para além da orientação sexual, sendo divididas em “masculina/masculinizada”, logo “ativa” e “feminina/feminilizada”, logo “passiva” em um contexto de performance sexual. Esse pensamento é reflexo da visão binarista de gênero e da dinâmica heterossexual (como se alguém sempre precisasse assumir o papel de “homem” dentro das relações), onde o masculino é valorizado e o feminino subalternizado. Sendo assim, todo o tipo de relação seguiria o modelo heterossexual, com presença de masculino/ativo-feminino/passivo (MORAIS, 2017). Assim, nota-se a “insignificância atribuída à relação física entre duas mulheres já demonstra qual o “verdadeiro” sexo: o masculino – sem ele não há relação sexual. Esta é uma definição delimitadora da sexualidade humana: sexualidade é o sexo genital, masculino” (Swain, 2000, p. 35).

Não podemos deixar de citar a discussão interessante que se faz em Rich (2010) e Schwade (2010) a respeito da problematização dentro dos estudos da heterossexualidade compulsória, pois essa está imbuída nas categorias sexo e gênero, por exemplo. Então quando se fala de uma existência lesbiana – que seria uma forma de resistência a HC, por exemplo – devemos também nos questionar se não estamos colocando outras formas de vivência afetiva e sexual que não a heterossexual como uma “forma diferente” (diferente, logo estabelecida para além do padrão normativo). Assim se faz o pensamento na categoria gênero: até que ponto podemos revolucionar as vivências e sair da normatividade se não “destruímos” também as categorias que se inserem nessa norma (mulher/feminino, homem/masculino, relações heteros/homos, etc.).

1.2.3 Vulnerabilidades sociais e sexuais da população lésbica e sáfica

Ao falar de populações que fogem da norma e assim, conseqüentemente são marginalizadas, temos que refletir sobre as vulnerabilidades que as atingem de formas mais ou menos intensas. Dentre essas vulnerabilidades podemos citar a falta de métodos

de barreira na relação sexual entre mulheres (que traz grande risco de contágio de IST), violências diversas (dentre elas a lesbofobia e o estupro corretivo), entre outras. Nessa sessão iremos discutir e refletir algumas dessas vulnerabilidades.

Primeiramente, faz-se importante conceituar o que é vulnerabilidade. Florêncio e Moreira (2021) apontam que o conceito data da época da epidemia do HIV/Aids, nos anos 1980, tendo sido cunhado no campo da saúde, inclusive sendo chamado também de vulnerabilidade em saúde, ou VS. Carmo e Guizardi (2018) discutem que a origem da palavra vem do latim “*vulnerare*” e “*bilis*”, que significa ferir, lesar, estar à mercê/suscetível a algo que possa trazer dano. No campo da Bioética, o conceito está atrelado ao “[...] estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual, eivada de contradições” (p. 5). Saindo um pouco da questão pessoa vulnerável, é fundamental refletirmos as situações e contextos que levam vulnerabilidade aos sujeitos.

Carmo, Guizardi (2018), Florêncio e Moreira (2021) concordam ao discutir que a vulnerabilidade diz respeito a indivíduo ou coletividade que estão suscetíveis a sofrerem adoecimentos, danos, agravos a saúde e/ou situações letais por uma ou mais condições de desvantagem (seja individual e/ou social).

Dados na literatura demonstram²³ (de forma direta ou indireta) a desigualdade social que recai de maneira desproporcional por serem atravessados pela categoria gênero, podendo citar fatores como renda, cuidados domésticos e com filhos, presença na política, etc.

o sexo feminino é inferiorizado de diversas formas na sociedade brasileira, em função de disparidades no campo do trabalho, da cultura e da religiosidade, da expressão artística e científica, no âmbito familiar e doméstico, nas representações políticas, no campo da saúde, da segurança, da sexualidade e da orientação sexual e da identidade de gênero, só para citar alguns principais (Peres; Soares; Dias, 2017, p. 17).

²³ Aqui citamos alguns trabalhos como exemplos, como Moschkovich, M.; Almeida, A. M. F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Dados**, v. 58, p. 749-789, 2015; Cobo, B; Cruz, C.; Dick, P. C. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4021-4032, 2021; Cotrim, L. R.; Teixeira, M.; Proni, M. W. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Instituto de Economia, Unicamp, 2020., além dos demais trabalhos discutidos nesse capítulo.

Essas desigualdades desembocam em opressões sofridas pelo gênero com menor poder social, opressões essas que vão de padrões de comportamentos socialmente esperados até violências letais.

Começando pelo tópico da violência, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em seu Atlas da violência do ano de 2018 traz os dados sobre homicídios ocorridos em território nacional. Nesse relatório consta que no ano de 2016 o total de 4.645 mulheres foram assassinadas (4,5 homicídios a cada 100 mil brasileiras), apontando um aumento de 6,4% dessa taxa em dez anos. Importante dizer que o Atlas fala em homicídio, mas não especificamente em feminicídio, o qual:

A base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade não fornece informação sobre feminicídio, portanto não é possível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime. No entanto, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência (IPEA Brasil, 2018, p. 46).

O relatório salienta a importância da “manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher, previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)” (p. 48). Tal rede de atendimento deve garantir apoio às vítimas, assim como buscar a prevenção de violências. Além de assistidas pelo sistema de justiça, as mulheres devem ter acesso às redes de apoio através de sistema de saúde, serviço inclusive que geralmente é acessado por essas antes de chegarem ao sistema de justiça (delegacia e juizado) (IPEA Brasil, 2018).

O Atlas da violência (IPEA Brasil, 2021) ainda nos mostra que até mesmo na interseccionalidade de gênero e deficiências, as mulheres tem percentual maior de notificações de violência, como foi possível verificar no ano de 2019, no qual as notificações dos casos (a cada 10.000 PcD) tendiam a ser mais altos relacionados à deficiência intelectual e física, sendo as vítimas 56,9% mulheres e 21,9% homens com deficiência intelectual e 17,8% mulheres e 7,3 em homens com deficiência física, indicando que “forma geral, as taxas de notificações de violências contra mulheres são mais de duas vezes superiores às de homens, exceto quando a vítima é pessoa com deficiência visual, quando a superioridade é inferior a 25%” (p.73).

Não podemos deixar de mencionar que o advento da categoria feminicídio²⁴ (inclusa no Atlas de 2021) por si só já demonstra como as relações de gênero não são igualitárias na sociedade, já que mulheres são assassinadas apenas pelo fato de serem mulheres, sendo essa violência em sua maioria cometida por homens. Ainda sobre homicídios femininos, completa-se que “enquanto o SIM/Datasus indica que 3.737 mulheres foram assassinadas no país em 2019, outras 3.756 foram mortas de forma violenta no mesmo ano, mas sem indicação da causa – se homicídio, acidente ou suicídio –, um aumento de 21,6% em relação a 2018” (IPEA, 2021, p. 36).

A questão da violência relacionada a gênero também atravessa as identidades não cisnormativas, ou seja, travestis, mulheres trans e homens trans. Nos dados específicos sobre violências contra a população LGBTQIA+, o relatório, baseado nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), traz que “houve um crescimento bruto de 5% nas violências contra homossexuais e 37,1% nas violências contra bissexuais, passando de 4.855 registros em 2018 para 5.330 em 2019” (p.4), sendo nesses dados a maioria das violências perpetradas contra pessoas assumidamente homossexuais, totalizando 81,8% dos registros notificados no ano de 2019 (IPEA Brasil, 2021).

A violência contra **pessoas LGBTQI+** no Brasil é um fenômeno histórico. Na dimensão simbólica, opera ora sobre a ideia de um modelo único e compulsório de família nuclear que apaga as diversidades sexuais e de gênero, ora pelo recurso aos estereótipos e estigmas de agentes desviantes, de contaminação e de degeneração. Na dimensão corporal, a violência se materializa na forma de abandono, estupro “corretivos”, assassinatos e espancamentos (IPEA Brasil, 2021, p. 05, grifos do autor).

Ainda na questão da violência, Mello, Avelar e Brito (2014) afirmam que “para além do embasamento constitucional, quando se foca o olhar sobre a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), questões como violência e

²⁴ De acordo com Peres *et al.* (2018), o termo Feminicídio é utilizado para caracterizar “a violência letal cometida contra as mulheres em função de preconceitos de gênero. Ou seja, preconceitos que são a expressão de modelos de pensamento fundamentados na falsa noção de que as mulheres são inferiores aos homens, o que gera sistemáticas atitudes machistas de desvalorização e ódio às mulheres, culminando ou não em feminicídios, mas certamente reproduzindo disparidades de direitos básicos e ciclos de violências” (p. 16-17). O feminicídio é considerado um crime hediondo, sancionado na Lei 13.104/2015, “que define o assassinato de mulheres por “razões da condição do sexo feminino” nominando o crime então de feminicídio” (p. 17).

segurança pública passam a ser complexificadas a partir da noção de homofobia” (2014, p. 299).

Na categoria de violência específica pela orientação sexual, temos dados do LesboCenso de 2022²⁵ (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022), que traz dados importantes a serem analisados. Os dados apontaram que 78,61% das participantes já haviam sofrido lesbofobia - sendo os tipos de violência mais apontados o assédio moral (31,36%), assédio sexual (20,84%) e violência psicológica (18,39%). Também, 77,39% disse que alguma conhecida já havia sofrido violência por ser lésbica. Sobre o apoio familiar em relação à orientação sexual, 34,39% disse ter apoio parcial da família; 30,39% apoio completo familiar; 11,53% ser indiferente e 8,75% a família não saber da orientação. Sobre os agentes da violência e local, 75,13% apontaram que essas foram perpetradas por pessoas conhecidas e a rua foi apontada como local por 19,66%, seguida da casa com 14,68% e locais de lazer com 11,90%. Preocupantemente - mas também um reflexo da nossa sociedade -, 38,36% assinalaram que sua reação frente à violência sofrida foi não fazer nada.

Passando para o tópico da violência sexual, alguns dados retirados do Atlas da violência de 2022, elaborado pelo mesmo instituto, ilustram esta questão. O estupro pode ser inserido dentro de dois tipos de violência, sendo essas a violência sexual e a violência de gênero, ocorrendo 822 mil casos de estupro por ano no contexto nacional, os quais apenas 8,5% são reportados às autoridades (polícia) e 4,2% conhecimento da polícia e 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Desses casos, mais de 80% das vítimas são mulheres e dentre os agressores, a maioria são homens, e podendo ser perpetrado por cônjuge ou companheiro (a), namorado (a), parceiro (a) – tanto ex quanto atual (45,6%); amigos (as), colegas ou vizinhos (as) (15,4%) e pessoas desconhecida (21,8%) entre outros (IPEA Brasil, 2023). Apesar de esses dados existirem e ainda serem considerados irrisórios, pensando na subnotificação de casos, vale refletir os casos que não são citados como estupro corretivo.

²⁵ O LesboCenso tinha como critérios de elegibilidade para participar da pesquisa se identificar como lésbicas e sapatão cis e trans; ser maior de 18 anos; residir em território nacional. “Ao todo, 24.514 pessoas acessaram o questionário. Destas, 24.393 aceitaram participar voluntariamente da pesquisa (99,51%). 1.389 eram menores de idade e foram automaticamente excluídas. Das restantes, 21.939 residiam no Brasil e destas 21.051 (97,21%) se identificavam como lésbica, sapatão, homossexual feminina, mulher gay, entendida, fancha ou outra nomeação que se refere a mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres; sendo estas que deram início às perguntas do questionário, cumprindo os critérios de inclusão na pesquisa”. Os dados foram coletados através de questionário online (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022, p.10).

Segato (2003) argumenta que a violação dos corpos femininos não está dentro do campo sexual, mas sim do poder, onde o estupro vem como um ato moralizador e/ou corretivo, pautado inclusive nas relações hierárquicas de gênero. A autora cita como exemplo a dominação de um povo sobre o outro nas sociedades pré-modernas, nas quais a dominação do território implicava também a dominação e acesso aos corpos femininos do local, como se esse fosse um patrimônio pelo qual os homens competissem para possuir. Araújo (2020) reforça essa ideia do abuso atrelado ao poder e não ao prazer sexual:

Essa necessidade de demonstração de poder está na raiz de todos os estupros. O maior prazer do estuprador é a dominação, que é feita por intermédio do sexo, o que deixa até o prazer com o ato em si em segundo plano. [...] se fosse só uma busca por prazer sexual, os estupros seriam bem menos recorrentes e teriam menores índices, mas isso infelizmente não é o que ocorre. O que o agressor quer é dominar a vítima, se sentir mais forte, exibir que está no controle e, assim, reafirmar a própria sexualidade (s/p.).

Já nas sociedades modernas, a violação dos corpos femininos deixa de ser compreendida como uma demonstração de dominação entre homens e passa a ser vista como um delito contra a própria mulher. Nesse ínterim, dentre muitas motivações simbólicas que podem estar por trás das violências contra as mulheres, destaca-se uma fala interessante de um dos entrevistados²⁶ da autora que diz que “apenas a mulher crente é boa”, ou seja, apenas uma mulher que segue certo padrão de moralidade não mereceria ser violentada, logo, todas as mulheres fora desse padrão moral e tradicional estariam sujeitas à essas violências (Segato, 2003). Dentro dessa reflexão, o violador seria um agente moralizador que visa punir aquelas mulheres que fogem ao ideal social de moralidade. Sendo assim, o estupro corretivo de mulheres lésbicas seria um desses dispositivos punitivos, pois esse visaria “corrigir” o comportamento “desviante” dessas (Morais, 2017).

Para Lopes (2021) o estupro corretivo em mulheres lésbicas advém do preconceito de gênero pautado na heteronormatividade, que regula os sujeitos dentro da sociedade, desde os relacionamentos até os comportamentos cotidianos desses. Sendo assim, consoante com as ideias de Moraes (2017), os sujeitos que desviam dessa norma podem

²⁶ A autora coordenou um grupo de estudantes que leu as fichas e entrevistou 80 homens encarcerados por crimes contra a liberdade sexual (art. 213 e 214 do Código Penal) no Complexo Penitenciário da Papuda (DF) entre os anos de 1994 e 1995.

ser alvo de discriminações, sendo essas reproduzidas em falas, discursos e até mesmo atos violentos. Esses atos são considerados no direito como crimes motivados pela intolerância (por exemplo a lesbofobia e homofobia). O estupro corretivo em mulheres lésbicas seria então motivado pela reprodução desses discursos de ódio e intolerância, sendo “repassados no ambiente familiar, nas igrejas e até mesmo nas escolas” (p. 10).

O estupro corretivo não decorre simplesmente do ato sexual forçado com a vítima, mas de uma série de fatores sexistas de submissão da mulher frente a figura masculina e com um caráter inteiramente punitivo, no sentido de punir a vítima por sua orientação sexual. [...] o estupro corretivo é um reflexo da cultura do estupro presente no Brasil, tal afirmação parte do pressuposto da forma como a mulher é responsabilizada pela violação do próprio corpo, gerando uma segurança social para o agressor que tende, em consonância com o âmbito social, culpabilizar a vítima sob as alegações de comportamentos reprováveis da mulher que acabam levando o homem a cometer tal crime²⁷, pressuposto esse inadmissível (Lopes, 2021, p. 10).

Sobre cultura do estupro, de acordo com Lima (2017), o termo surgiu junto ao Movimento Feminista norte-americano dos anos 1970 para conceituar o ambiente cultural em que leis, normas, valores e práticas, com base nas desigualdades de gênero, contribuem para violência sexual contra a mulher. Nesse cenário, as mulheres, que detém menor poder social que os homens, são consideradas como sua propriedade e “objeto natural de uma sexualidade exacerbada e violenta” (p. 8). A cultura do estupro articula representações sociais que naturalizam e banalizam a violência sexual, colocando a culpa na vítima da agressão. Segundo a autora, apesar da conceituação recente, essa tem suas origens na tradição judaico-cristã no Ocidente, a qual plantou no imaginário social a representação dicotômica da mulher em dois pólos distintos que permanecem até hoje: Eva e Maria.

Peres *et al.* (2018) sugerem o uso do termo Lesbocídio para caracterizar as tentativas “hegemônicas de extermínio” da população lésbica, pois esses crimes – diferente muitas vezes do feminicídio, por exemplo – não está no campo do doméstico e familiar, mas tem uma presença como crimes de ódio pautados na intolerância contra identidades dissidentes, sendo em grande maioria cometidos por homens. O termo cunhado no trabalho Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 a 2017 pauta-se no

²⁷ Vale destacar que o crime de estupro corretivo aparece na Lei nº 13.718/2018, o qual é uma circunstância prevista no código penal para aumento de pena (Lopes, 2021).

descaso, negligência e preconceito contra lésbicas apontado pelas autoras, que muitas vezes tem consequências letais.

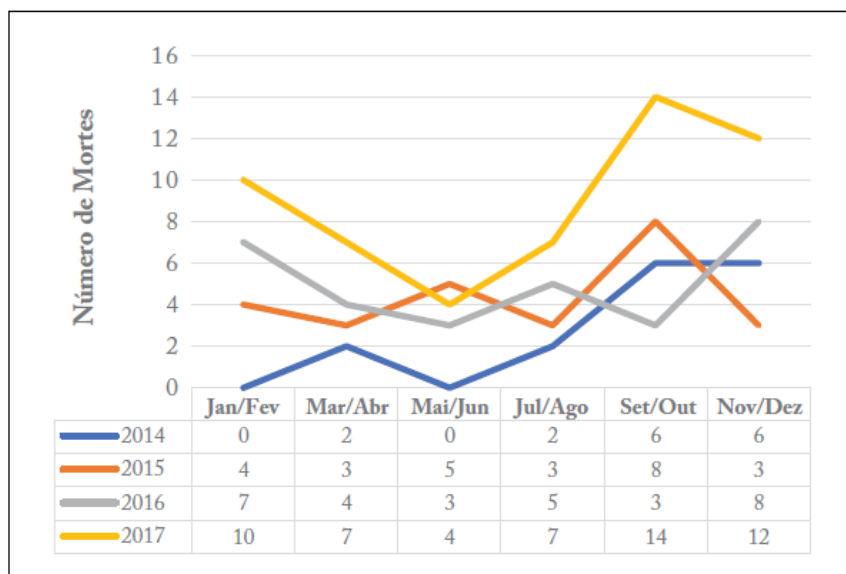
As motivações que levam às práticas do feminicídio e do lesbocídio possuem especificidades. Ambos os tipos de assassinatos são motivados por misoginia, por preconceito contra as mulheres próprios de uma sociedade que dissemina o preconceito contra todas as mulheres. O lesbocídio, porém, ocorre quando determinados homens estão insatisfeitos com a existência de determinadas lésbicas ou da categoria como um todo, ou seja, mulheres com as quais eles não possuem, necessariamente, vínculos familiares, conjugais ou domésticos (Peres *et al.*, 2018, p. 20).

Para trazer os dados mais recentes presentes no Dossiê, em 2017 foram registrados 54 de mortes de mulheres lésbicas no Brasil, tendo ocorrido um aumento de 237% no número de casos do ano de 2014 para o de 2017. O mesmo ano apresentou o maior número de suicídios dessa população (19), tendo sido o ano com maior taxa até então dentre os anos pesquisados. A maior parte das lésbicas assassinadas tinham entre 20 e 24 anos (30%), 54% eram “não-feminilizadas”²⁸, 57% eram da raça branca, em 55% dos crimes houve o uso de arma de fogo e esses majoritariamente ocorreram em espaço público (71%). Sobre o grau de vínculo com as vítimas e o gênero dos assassinos, 43% eram pessoas desconhecidas às vítimas, 35% pessoas com vínculos familiares/afetivos e 22% pessoas conhecidas; o gênero dos assassinos compreendeu 83% homens e 17% mulheres. Colocaremos abaixo o gráfico que consta no Dossiê para visualização do crescimento de mortes registradas nos anos estudados, porém os demais dados comparativos (faixa etária, região, raça/etnia, métodos utilizados etc.) pode ser visto na íntegra no material (Peres *et al.*, 2018).

Figura 1. Gráfico comparativo do número de mortes de mulheres lésbicas entre o ano de 2014 a 2017, por bimestre.

²⁸ No presente trabalho identificadas também pelo termo “desfeminilizadas”.

Gráfico 56: Número de lésbicas mortas por bimestre por ano de 2014 a 2017



Fonte: *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta*

Fonte: Peres *et al.*, 2018, p. 71.

Ainda dentro do tópico violência, a dissertação de mestrado publicada em 2013 pela autora Juliana Mazza Batista Costa reflete sobre as violências nos vínculos afetivos entre mulheres. A autora entrevistou oito mulheres lésbicas e bissexuais da região nordeste do país abordando o tema da violência nessas relações. A autora questiona a legislação (no caso a Lei Maria da Penha) em relação a suposição de que o agressor em caso de violência contra a mulher ser homem, apontando a dificuldade de acesso a esses dados e apontando que é fundamental que a questão da violência não seja entendida como um problema apenas heterossexual.

[...] não se pode perder de vista que a violência pode acontecer em qualquer casal, em qualquer par pode haver relações assimétricas ou mesmo situações que gerem hierarquias e violência. Pode-se dizer que existe um marcador de desigualdade nas relações em que a violência acontece, mas que se dá em ato, nas relações, que se dá de forma situacional, que irá variar com os pares e como essas relações foram e são estabelecidas. Admitir e reconhecer que a violência acontece é de certo modo desestabilizar as dicotomias existentes entre homens e mulheres, é provocar um deslocamento destes lugares sociais existentes em que o homem seria apenas agressor e a mulher sempre vítima (Costa, 2013, p. 45-46).

Costa (2013) também questiona e aponta a ideia simplista de dizer que mulheres que praticam violência contra outras mulheres são meras reprodutoras do nosso sistema patriarcal machista e misógino, esquecendo da existência de uma normatividade social

que tenta alinhar sexo, gênero e sexualidade/desejo, existindo assim certos marcadores que nos auxiliam a pensar a questão da violência dentro de relações homossexuais.

[...] não haverá nada marcado em uma mulher que indique que esta não pode fazer alguma coisa que outras pessoas, e isso incluímos os homens, não possa fazer também. Afirmar isto exclui a própria regulação da norma, uma produção discursiva em que se materializam esses discursos e consequentemente os performatizam. Ou seja, afirmar que a violência de gênero é coisa de homens acaba retomando uma ideia de dicotomia, homens e mulheres. Além disso, é mais uma vez reiterar a ideia de que mulheres são pacíficas, calmas, tranquilas e igualitárias. Mulheres podem ser e podem não ser, como qualquer pessoa (Costa, 2018, p. 45).

Desse modo, a discussão no trabalho de Ramos (2019) vai ao encontro do trabalho supracitado. A autora aponta que a violência entre casais homossexuais de mulheres existe, porém há uma escassez de literaturas sobre o tema, pois no imaginário social prevalece a ideia de que mulheres são seres frágeis, reforçando a ideia de uma inexistência de violência doméstica nessas relações.

Autores discutem a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em caso de violência nas relações entre mulheres, elencando em seu 5º artigo que qualquer situação que configure violência doméstica e/ou familiar, independentemente da orientação sexual das envolvidas, estão amparadas por essa (Ramos, 2019; De Souza, 2020). A violência, por ser uma questão de poder e não necessariamente de gênero, não é uma exclusividade de homens. A autora ressalta uma subnotificação de denúncias nesses casos, apontando inclusive a vergonha acerca da realização da denúncia (por conta do preconceito social em relação às orientações sexuais não heterossexuais – lesbofobia) e o despreparo dos serviços de acolhimento às vítimas (Ramos, 2019).

É necessário então romper com os mitos que permeiam as discussões acerca da violência nas relações e vínculos entre pessoas homossexuais (por exemplo, o mito de que a violência é sempre perpetrada por homens e/ou pelas pessoas mais fortes e “masculinas” da relação, que mulheres são tão pacíficas a ponto de não serem capazes de cometer atos violentos e que relacionamentos homossexuais são mais fáceis de “terminar”) para que as discussões sobre esse tema avancem na criação de políticas públicas que visem o atendimento dessa população (Costa, 2013), tanto nos serviços de saúde – com equipes preparadas para demandas gerais de mulheres lésbicas -, como em delegacias e sistema judiciário, na prevenção, acolhimento e punição de violências.

[...] é necessária uma discussão a respeito da própria Lei e a sua abrangência, assim como a forma de acolhimento e atendimento dessas mulheres para romperem com a vergonha e o medo da exposição. Conjuntamente a isso, é preciso um treinamento e qualificação dos profissionais dos espaços de atendimento a vítimas de violência, com relação à orientação, às práticas e aos vínculos afetivo-sexuais dessas mulheres (Costa, 2013, p. 99).

Além do olhar científico pouco voltado para a questão da violência em casais (e relacionamentos afetivos e sexuais no geral) de mulheres, outra vulnerabilidade que é fundamental discussão nesse trabalho é em relação à Educação Sexual da população Lésbica e Sáfica (e mulheres que fazem sexo com mulheres) e o risco de contágio às infecções sexualmente transmissíveis. Para isso, é importante retomar alguns pontos: falar de ES também é falar de gênero, de como é encarada a sexualidade de cada um dentro de um binarismo e de uma cisheteronorma cristalizados, desde seu desenvolvimento até sua expressão e vivência. Temos ainda que nos atentar a questão das desigualdades e estereótipos, pois a condição social de homens e mulheres não é igual, e isso influencia em vários aspectos da vida.

Como citado anteriormente, Swain (2000) argumenta que mulheres lésbicas eram representadas na mídia majoritariamente de maneira negativa como “mal-amadas” e a suposta falta em suas relações pela ausência assumida de um falo. Em muitos aspectos, parece que essa visão sobre as lesbianidades e relações entre mulheres em geral não se alterou muito.

Penso que esta ideia está ligada à concepção um tanto limitada e empobrecida que sempre tivemos do que vem a ser relação sexual, sendo definida como um ato que envolve, essencialmente, a penetração pênis-vagina²⁹. Na verdade, a relação sexual pode ser entendida como uma relação muito mais ampla e rica, na qual uma variedade infinita de atos, gestos, toques e movimentos, realizados entre dois corpos que se desejam, possibilita o alcance do prazer sexual (Figueiró, 2007, p. 46).

Concordamos com esse questionamento acerca do quanto essa ideia que circunda as relações entre mulheres ainda prevalece no imaginário social, pois não é incomum o discurso (seja na vida, seja na mídia ou em outros meios), muito pautada na cisheteronorma, de que quando um casal não é composto por um homem e uma mulher

²⁹ Não devemos perder de vista a existência de relações entre mulheres com órgãos genitais variados, não necessariamente vulvas, podendo sim haver relação sexual vagina/pênis, fato desconsiderado muitas vezes no senso comum pela associação naturalizada de mulher/vagina versus homem/pênis.

(cisgêneros), os membros desse terão necessariamente que “performar” esses papéis em diversos contextos, inclusive o sexual, sendo perpetuada uma ideia de lésbicas “ativas/masculina” (geralmente atribuído a mais desfeminizada) e “passiva/feminina” (geralmente atribuído a mais feminizada). Esse ideário não só cerceia e cria um estereótipo forte no que tange a performatividade das mulheres, como também acaba sendo violento e limitante ao imbricar gênero (e sua expressão), performance e ato sexual.

De acordo com a Secretaria da Saúde, o conceito de saúde sexual foi definido em 1994 (juntamente com o conceito de direitos reprodutivos) na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Egito (em Cairo), em que o Brasil se tornou signatário das resoluções propostas.

Saúde sexual e reprodutiva significa que os indivíduos devem ter uma vida sexual prazerosa e segura, através de informações sobre a sexualidade e prevenção de DST/AIDS e a liberdade para decidirem se querem ter filhos, quando e com que frequência irão tê-los, através do acesso à informação e aos métodos contraceptivos (Secretaria da Saúde, 2021, s/p).

Figueiró (2007) aponta para o descaso vivido quando se trata da saúde sexual e reprodutiva de mulheres lésbicas, que têm um nível insatisfatório de cuidado médico e vivem preconceitos por parte de ginecologistas. Por mais que a Educação Sexual e a saúde sexual sejam direitos que deveriam ser garantidos, como nos aponta Ketzer *et al.* (2022), as minorias sexuais e de gênero são menos protegidos legalmente, principalmente se voltarmos o olhar para o contexto latino-americano.

Canciani e Ghisleni (2018) reforçam a questão do avanço lento em contexto nacional em relação ao despreparo dos serviços de atenção primária à saúde voltados para a saúde sexual de mulheres lésbicas, estando muito aquém do esperado, ao contrário do que se nota em relação à população gay, “cuja política pública para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis é largamente difundida” (s/p). Souza *et al.* (2020) também apontam a questão do preconceito contra orientações sexuais não normativas como limitante para um bom atendimento da população LGBTQIA+ nos serviços de saúde, podendo gerar diversos agravos à mesma.

Em pesquisa desenvolvida por Freitas *et al.* (2021) sobre a percepção de preconceito nos serviços de acesso à saúde, na qual foram entrevistados oito participantes identificados enquanto parte de minorias sociais (lésbicas, bissexuais, gays e transexuais) os autores verificaram que nos atendimentos em saúde ginecológica, por exemplo, parte

das mulheres lésbicas e bissexuais entrevistadas relataram desconforto frente ao despreparo e preconceitos vivenciados junto às equipes de saúde. Os autores discutem a questão da maior vulnerabilidade da população lésbica no que tange à saúde sexual, pois nota-se um desconhecimento e incompreensão por parte dos profissionais de saúde sobre as práticas sexuais entre mulheres e os riscos que essas envolvem por inexistência de métodos específicos de prevenção, fatores esses que impactam também na saúde mental dessas mulheres. Os autores ainda reforçam a “necessidade de adoção de medidas com o objetivo de preparar e orientar os profissionais de saúde no atendimento à população LGBTQIA+, a fim de garantir um atendimento adequado e resolutivo” (p.12), na qual a desconstrução de estigmas que cerceiam essas populações é necessária para uma abordagem qualificada nos serviços.

Mais dados são trazidos pelo LesboCenso (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022), onde a maior parte das participantes utilizava a rede privada de saúde (67,10% em relação ao uso da rede pública, com 31,49%). Sobre discriminação e violência por ser lésbica no atendimento ginecológico, 24,98% assinalaram terem passado por situações nesse sentido. Um ponto interessante a ser citado é que 72,94% relataram ter medo/receio ou algum tipo de constrangimento de revelar a orientação sexual em atendimento em saúde, mas 88,9% disseram nunca ter tido um atendimento negado por ser lésbica. Sobre a frequência de realização de exames ginecológicos, 12,54% nunca realizaram, 26,06% realizavam sem regularidade e 12,28% realizavam a cada 2 anos, o que, segundo as autoras, pode estar relacionado com o fato de “24,98% terem relatado que se sentiram discriminadas/violentadas por serem lésbicas/sapatão em um atendimento ginecológico” (p. 46).

Em relação às IST/HIV, 37,26% alegou nunca ter realizado teste para HIV, justificando com não saber onde realizar (39,79%), assim como ter a crença de que, pela orientação sexual, acreditavam ser pouco provável serem expostas ao vírus (34,65%), ou até mesmo não querer pensar sobre o assunto (11,04%), mesmo que das participantes, 14,86% terem afirmado já ter tido alguma IST ao longo da vida. Sobre as práticas sexuais, 82,29% das entrevistadas relataram que na última relação sexual com uma mulher a penetraram e 81,04% foram penetradas, 83,25% fizeram sexo oral e 81,16% receberam sexo oral na última relação sexual (p. 47). Finalmente sobre métodos de prevenção utilizados, houve uma variedade apontada, sendo os mais utilizados a camisinha peniana (hoje preservativo externo), com 40,32%, camisinha vaginal (ou preservativo interno) com 12,08%, porém aparecendo em menor quantidade outros métodos menos usuais,

como dedeira (5,43%), luvas (3,73%) e barreira de proteção (1,81%) (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022).

Na pesquisa de Peixoto *et al.* (2021), realizada entre 2018 e 2019 em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Pará, foram entrevistadas cinco mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais e cinco profissionais da saúde utilizando o método de círculo hermenêutico. Nos relatos das mulheres, os atendimentos e serviços de saúde são apontados como excludentes e não individualizados às suas particularidades, evidenciando desconfortos e preconceitos sofridos como consequência do despreparo desses profissionais – fator inclusive apontado pelos profissionais entrevistados, que mesmo indicando a existência de documento norteador, como Política Nacional de Saúde Integral de mulheres lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (Brasil, 2013)³⁰, relatam uma falta de manejo, indicando a persistência de uma visão binária e normativa dentro dos atendimentos às populações não-heterossexuais.

Os autores discutem ainda como a vulnerabilidade dessa população é tida como uma questão “individual” (estreladas apenas à orientação sexual) em detrimento de uma questão coletiva e cultural que lhes é imposta, as quais “apresenta consequências irreversíveis às mulheres, como nos casos do adoecimento por câncer de próstata (em mulheres transexuais), mama e de colo de útero, [...] agravados devido à baixa utilização dos serviços de saúde, levando essa população a uma morte evitável” (Peixoto *et al.*, 2021, p. 8).

Os serviços [de saúde] não as reconhecem como mulheres conectadas umas às outras, independentemente de suas identidades de gênero e orientações sexuais, mas, sim, como mulheres destituídas dos rótulos heteronormativos hegemonicamente identificados. Essa percepção faz com que elas recebam um atendimento desarticulado, excludente e não individualizado em relação às suas reais necessidades de saúde. [...] Os profissionais de saúde também as reconhecem como vulneráveis, todavia, associando-as a questões de suscetibilidade para o desenvolvimento de certas doenças ou transtornos mentais (Infecções Sexualmente Transmissíveis, alcoolismo e uso de drogas) e o acesso aos serviços de saúde. Para os profissionais, as múltiplas identidades de gênero defendidas durante o atendimento à comunidade LBT na Atenção Primária apresentam-se como entrave para a oferta do cuidado integralizado, já que essas mulheres se encontram desconectadas dos

³⁰ Para saber mais, consulte a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, lançado pelo Ministério da Saúde em 2012 e reimpresso em 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.

saberes formativos/curriculares vivenciados em suas profissões (Peixoto *et al.*, 2021, p. 08).

Costa *et al.* (2014) e Moura *et al.* (2021) apontam que o gênero feminino é mais vulnerável a IST, tanto por questões biológicas, quanto por questões sociais e culturais, que relegam as mulheres um lugar de submissão.

As mulheres são especialmente mais vulneráveis às IST por características biológicas, questões de gênero e social, que impõem a elas condições de submissão e inferioridade em relação aos homens, privando-as, inclusive, do poder de decisão acerca da atividade sexual com proteção; atividade sexual precoce, baixa escolaridade, baixa renda e à dependência econômica das mulheres, especialmente nos países em desenvolvimento (Moura *et al.*, 2021, p. 2).

Outro fator citado é a falta de percepção da própria vulnerabilidade ao contágio de IST, assim como o uso de métodos de barreira, como o preservativo, apenas para prevenção de gravidez não desejada (Moura *et al.*, 2021), ponto que demonstra a falta de conhecimentos e autonomia sobre o próprio corpo e em práticas abarcadas dentro da Educação Sexual emancipatória.

Indo de encontro com essa ideia da percepção da baixa vulnerabilidade ao contágio de IST, temos o estudo de Da Silveira, Schnor e Rocha (2022), no qual foi respondido questionário por 1225 mulheres lésbicas e bissexuais e posteriormente entrevistadas 12 delas (nove lésbicas e três bissexuais). Nesse, apenas 0,2% da amostra apontou que não acreditava que nenhuma infecção listada poderia ser transmitida via relação sexual entre mulheres e apenas 11% desconheciam a problemática. Os dados mostraram também que a infecção mais apontada pelas participantes como de transmissão passível nas relações sexuais era a Herpes (87%), HIV (78,3%), HPV (76,1%) e Sífilis (76,1%). Os autores indicam que o fato de as participantes terem ou não parceira fixa foi um elemento central na percepção de risco; o fato de não ter parceira fixa foi indicado como fator de preocupação em relação à contração de alguma IST. As autoras trazem os dados dos métodos utilizados pelas participantes no cotidiano visando à prevenção de contágio à IST:

Figura 2. Tabela de dados de Silveira, Schnor e Rocha (2022) sobre as estratégias preventivas apontadas pelas participantes.

<i>Conhecimentos sobre estratégias preventivas e uso de barreiras preventivas</i>				
Variáveis	Sim		Não	
	N	%	N	%
<i>Estratégias preventivas assinaladas como possíveis no sexo lésbico</i>				
Ir ao ginecologista periodicamente	1086	88,7	139	11,3
Cortar as unhas	1019	83,2	206	16,8
Pedir exames às parceiras sexuais	911	74,4	314	25,6
Preservativo interno	771	62,9	454	37,1
Não tirar as cutículas ao fazer as unhas	544	44,4	681	55,6
Uso de luvas látex	523	42,7	702	57,3
Manter parceira sexual fixa	505	41,2	720	58,8
Uso de plástico filme como barreira vaginal	439	35,8	786	64,2
Preservativo externo	261	21,3	964	78,7
Abstinência sexual no período menstrual	248	20,2	977	79,8
Evitar escovação de dentes próximo às relações	199	16,2	1026	83,8
Pílula/injeção anticoncepcional	9	0,7	1216	99,3
DIU	3	0,2	1222	99,8
Não sei	96	7,8	1129	92,2
Nenhuma	5	0,4	1220	99,6
Não é necessário	7	0,6	1218	99,4

Fonte: Da Silveira, Schnor e Rocha (2022, p. 1696).

Porém, devemos levar em consideração alguns fatores que atravessam a pesquisa realizada pelos autores, como nível socioeconômico, escolaridade, acesso à serviços de saúde público e particular, raça, região do Brasil em que reside, etc. De toda forma, nota-se um nível mais alto de percepção em relação a própria vulnerabilidade e risco de contágio à IST na relação sexual entre mulheres e possíveis alternativas que podem ser usadas para diminuição de tais riscos.

Dentro de uma lógica heteronormativa, mulheres que se relacionam com mulheres acabam por ficar esquecidas dentro da Educação Sexual, pois se não há risco de reprodução (gravidez indesejada) e/ou a possibilidade de uso de métodos de barreira (de ampla distribuição e não adaptados)³¹, geralmente temas foco dentro das ES biologizantes, não há atenção a essa população em relação aos riscos de contração de IST e violências.

³¹ Como é o caso dos preservativos internos e externos, que acabam não sendo usados nas relações sexuais do tipo “vulva com vulva”, a não ser em casos de adaptação caseira de métodos.

Ketzer *et al.* (2022), realizaram pesquisa exploratória-descritiva com participação de 10 mulheres lésbicas com idade entre 18 e 40 anos que eram atendidas em serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) de uma capital do Sul do Brasil, tendo sido participantes de um grupo focal (em que se realizou a coleta de dados) visando a análise de seus relatos acerca dos atendimentos à saúde sexual e reprodutiva nesses serviços. A primeira informação relevante nos resultados é que “as mulheres relataram as dificuldades no enfrentamento do preconceito/homofobia permanentemente vivenciados nos mais diversos contextos” (p. 4). Os relatos das participantes denunciaram, entre outras coisas: a heterossexualidade compulsória como algo notável na forma de tratamento de alguns profissionais de saúde; a falta de conhecimento social e dos profissionais de saúde acerca das práticas sexuais entre mulheres e métodos de prevenção de agravos à saúde nessa população; negligência e falta de resolução das demandas, etc. Segundo os autores, “práticas de saúde, reguladas por uma abordagem heteronormativa, restringem a oferta de serviços e de orientações às mulheres lésbicas. Dúvidas, tabus e preconceitos permeiam esse cenário assistencial” (p.5).

Lúcio, Zerbinati, Bruns e Souza-Leite (2019) apontam que há uma escassez de literatura que abranja a saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais, colaborando para que esse grupo permaneça marginalizado e vulnerável ao contágio de IST e HIV/Aids e, sendo assim, realizaram uma revisão integrativa da literatura (nacional e internacional, sem intervalo temporal definido), visando verificar as produções acadêmicas no que tange à saúde sexual de mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM). Nos resultados foram selecionados apenas 16 artigos que atendessem aos critérios de pesquisa, sendo 15 deles internacionais. Três categorias prevaleceram entre os trabalhos selecionados, sendo elas (a) “Conhecimento de MSM quanto à transmissão das IST e HIV/Aids”, (b) (1) “comportamentos sexuais de MSM” e (c) “especificidades no Cuidados à saúde da mulher lésbica e/ou bissexual” (p. 1473).

Os autores ainda apontam que, na literatura encontrada, existe uma falsa crença entre as MSM de que a prática sexual entre mulheres monogâmica é segura em relação à contágio por IST e HIV/Aids, informação equivocada, pois essa ideia, somada a falta de uso de proteção adequada na relação sexual, aumenta o risco de contágio nessa população. Dentre os maiores riscos de contágio por IST, uma das pesquisas apontou a prática de sexo oral sem proteção adequada e a “transferência de líquido vaginal”, principalmente quando há relação com múltiplas parceiras (Lúcio *et al.*, 2019). Os autores defendem a importância da existência de uma Educação Sexual emancipatória em todos os níveis do

ensino regular e especializado, salientando sua importância na formação e formação continuada de profissionais da área de educação e saúde.

[...] destacamos que a falta de conhecimento e pré-conceito acerca da vida sexual de mulheres lésbicas e/ou bissexuais resultam em comportamentos de exposição e vulnerabilidade à mulher que faz sexo com mulheres. Precisamos indagar acerca da possibilidade da existência desses preconceitos e/ou estigmas por parte, inclusive, da comunidade científica, seja da área da saúde e/ou educação, a respeito da saúde sexual e das vivências afetivo-sexuais de mulheres lésbicas e/ou bissexuais será a invisibilidade das relações afetivo-sexuais e da saúde sexual dessas mulheres, ou mesmo de suas parceiras, fruto de uma dificuldade para a quebra da lógica sexual cisheteronormativa dos pesquisadores? O mundo científico estaria refletindo, simplesmente, uma dificuldade maior, de toda a sociedade, de aceitação da afetividade e sexualidade da mulher lésbica? (Lúcio *et al.*, 2019, p. 1475).

Nota-se que existe uma lacuna no que tange aos conhecimentos e produções acerca das práticas sexuais e métodos de prevenção voltados para mulheres lésbicas e mulheres que fazem sexo com mulheres. A Educação Sexual pode e deve ser usada como forma de incluir temas da diversidade no cotidiano das pessoas, visando desconstruir preconceitos e tabus e problematizar padrões e normas sociais impostas a todos como “corretas”.

Outro tema importante de discussão concerne à saúde mental da população lésbica. Souza *et al.* (2020), em estudo de revisão bibliográfica abrangendo trabalhos nacionais, discutem as repercussões do preconceito social na saúde mental de indivíduos LGBTQIA+, que são mais vulneráveis a desenvolver doenças mentais pelo estigma e preconceito social sofridos, muitas vezes somados à não aceitação da família, causando grande sofrimento psíquico que pode acarretar em depressão e tentativas de suicídio (ponto corroborado pelos dados apresentados acima acerca da taxa de suicídio de mulheres lésbicas). Os autores apontam uma descrença no estado no que tange às denúncias de situações de preconceito (homofobia), o que gera uma subnotificação dos casos. Salientam também a importância de acompanhamento psicológico especializado para que haja devido acolhimento das demandas específicas da população LGBTQIA+, além de desenvolvimento de políticas específicas que capacitem profissionais de saúde no geral para atender essas populações.

No LesboCenso (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022) aparecem dados sobre redes de apoio, fator que impacta na saúde mental de todas as pessoas, As participantes apontaram em maior número os amigos (43,64%), a família (26,42%), movimentos

sociais (10,67%) e colegas de trabalho (9,9%). Serviços públicos, que era uma alternativa, ficou com 0,15%, o que corrobora outras discussões que fizemos nesse trabalho.

1.3 Educação Sexual e as grandes instituições sociais

A Educação Sexual está presente no nosso cotidiano, mesmo que não a percebamos. A família, a escola, a comunidade e a mídia entram no que chamamos de Educação Sexual Informal. O sujeito, ao estar em contato e constante troca com a sociedade e a cultura, recebe mensagens o tempo todo sobre como deve ser comportar, como se relacionar, como performar seu gênero, etc. (Maia; Ribeiro, 2011). Essa ES informal muitas vezes acaba por perpetuar normas socialmente impostas, não problematizando as desigualdades, estigmas e estereótipos postos.

Já a ES formal se define enquanto uma prática intencional, organizada e planejada com objetivos e metodologia específica, que visa a reflexão, discussão sobre a sexualidade e tudo que essa abarca, geralmente realizada dentro de instituições de saúde e escola, por exemplo. Ela visa a autonomia e o pensamento crítico dos sujeitos, para que esses possam viver suas sexualidades livremente e com segurança, ou nas palavras dos autores: “[...] educação sexual como o processo pedagógico que visa uma formação específica e intencional sobre sexualidade, e o que dela é decorrente: comportamentos e atitudes, ética e valores, práticas e concepções” (Maia; Ribeiro, 2011, p. 77).

Nunes e Silva (2000) colocam que as atitudes de educadores (podendo esses ser quaisquer adultos ou agentes que educam, como pais, professores, líderes religiosos, etc.) em relação à sexualidade dos jovens são geralmente muito semelhantes, pois vêm de uma mesma estrutura social. Dentre as atitudes propostas por esses autores, defendemos que as do tipo “humanista e emancipatória” são positivas, pois se caracterizam por atitudes de educar a fim de que o sujeito se torne consciente de seu contexto cultural e social e de sua sexualidade em todas as suas dimensões (desejos, vontades, prazeres, afetividade, etc.), assim como seus aspectos positivos e também negativos, para que assim possa criticamente refletir sobre ela, desenvolvê-la e vivê-la com responsabilidade e segurança, sendo este um papel conjunto dos pais/responsáveis e da escola.

De acordo com Gagliotto e Lembeck (2011), a Educação Sexual emancipatória - que é que acreditamos que se deve buscar realizar em qualquer contexto - preconiza que a sexualidade seja considerada e refletida em toda sua complexidade, não perdendo de vista seu caráter como fenômeno social, cultural e histórico, devendo ser trabalhada a fim de quebrar preconceitos e moralismos limitantes e negativos, que cerceiam os sujeitos de vivê-la livremente. Assim, deve ser pensada e realizada levando em conta a realidade

daqueles que dela participam, para que pensem criticamente sobre ela e possam vivê-la de acordo como julgarem adequado e satisfatório.

Emancipar-se significa libertar-se. Sendo assim, o caminho de uma educação sexual na perspectiva emancipatória pressupõe a busca de uma metodologia capaz de realizar uma análise da estrutura do contexto social dos indivíduos, fazendo as críticas necessárias a elas, mas levando em consideração as bases políticas e culturais de cada sociedade, compreendendo a sexualidade como um conjunto de valores socialmente construídos, de onde é possível extrair experiências que possibilitem transformações pessoais e relacionais (Gagliotto; Lembeck, 2011, s/p).

1.3.1 Educação Sexual e Família

“Pensar a intimidade como um espaço protegido dos poderes é um devaneio. Os espaços privados e a subjetividade são os lugares onde são construídos e impostos os sistemas repressivos que ajudaremos, mesmo a contragosto, a consolidar no exterior”.

(Vassalo, 2022, p. 113).

A família geralmente está presente na vida dos indivíduos e tem papel essencial em seu desenvolvimento, podendo ser definida como um grupo social complexo inserido em um contexto mais amplo – que é a sociedade - com quem se relaciona constantemente. Ela exerce forte influência em seus membros, sendo essencial no processo de desenvolvimento destes, na determinação de suas personalidades e de seus comportamentos individuais, por meio do processo educativo dentro do grupo; é na família que ocorre o processo de socialização de crianças e de adolescentes (Pratta; Santos, 2007).

Maia (2010) diz que a família pode ser definida como uma aliança estabelecida entre adultos para realização do cuidado com as crianças, a fim de garantir a sobrevivência dessas, assim como seu desenvolvimento satisfatório, que inclui estabilidade socioeconômica e emocional, educação, segurança e transmissão de normas sociais e culturais.

Segundo Pratta e Santos (2007), a família - como uma estrutura complexa e articulada - está presente em todos os contextos sociais, têm um papel essencial na vida

dos indivíduos. Segue padrões culturais de acordo com as várias sociedades, transformando-se conforme o processo histórico-social, e sendo determinada de acordo com variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, religiosas, políticas e históricas. Além disso, é nela que o sujeito vive suas primeiras relações interpessoais, vínculos com pessoas significativas, que podem servir (ou não) como suportes emocionais para o indivíduo na vida adulta. Ou ainda como nos traz Santos (2021), a família “é o lugar onde, na maioria das vezes, os indivíduos constroem sua visão de mundo e sua subjetividade. É através da família que as pessoas aprendem a se relacionar socialmente” (p. 5).

Não podemos perder de vista que a “instituição familiar” como conhecemos hoje sofreu diversos processos de transformação ao longo do tempo, tendo em seus primórdios funções que não estavam necessariamente pautadas no cuidado e sobrevivência dos membros mais novos, e nem somente aos vínculos baseados e mantidos pelo desejo sexual e/ou no amor. De acordo com Pereira (2018), no curso da história, as relações familiares e sexualidade caminharam lado a lado, sofrendo interditos diversos baseados em normas e regras pautados nas relações socioeconômicas de cada tempo, assim como em modelos culturais eurocêntricos. Sendo assim, “[...] o interdito, o micro-poder e as relações de propriedade privada tiveram uma ligação direta na construção das inter-relações familiares” (p.71).

Ao pensar em familiaridades, partindo de uma ótica burguesa e heterocêntrica, vamos nos deparar com um conceito de família que surgiu no século XVII, formada por pai, mãe e filhos através dos laços consanguíneos. Com o objetivo de perceber onde se finca o conceito de família, faz-se necessário tirar a cortina de fumaça e perceber que em cada período histórico a instituição família apresenta suas particularidades. É uma espécie de metamorfose, percebida apenas por olhares atentos a sensíveis transformações e aos aspectos sócio-culturais e econômicos de cada época. Do ponto de vista ideológico e cultural, a família foi socializada como portadora de um caráter nuclear privado, mas quando adentramos no contexto político-econômico se percebe o exercício do macro-poder influenciando o processo de socialização de tais relações. [...] Sendo a família imediatizada e socializada a partir das necessidades do sistema, torna-se uma fermenta para adequação social (Pereira, 2008, p. 70).

Segundo Vassalo (2022) a transição feudal para o Estado se reflete na consolidação das famílias dentro do sistema capitalista, que pode ser observada até os tempos atuais (com algumas alterações), nas quais prevalecem o controle de corpos, principalmente no que se refere às sexualidades, visando contrapor a visão de comunidade

e partilha de recursos, sejam esses monetários e/ou afetivos e sexuais. Os camponeses europeus então sofreram enormes alterações nas estruturas vinculares, as quais não mais se baseavam puramente no afeto e no desejo, onde “essas mudanças não foram mais do que a réplica emocional do mesmo processo em níveis econômico, político e moral” (p.113). Esse processo, pautado nos ideais morais e sociais cristãos, sacralizou o casamento como união divina visando conter a “luxúria” e acabar com os ideais comunitários, intensificando paralelamente os ataques às “outras formas de sexualidade”, como a “sodomia” - direcionados tanto aos que praticavam sexo não reprodutivo, quanto contra homossexuais.

A relação entre sexualidade, sagrado e salvação aparece em numerosas práticas da Europa medieval, algo bem distante do conceito posterior de carnal, que, sob o nome de luxúria, foi considerado pecado capital. [...] De fato, foi somente no século XII que a Igreja considerou o casamento como um sacramento que passou a ser regido por leis divinas. Mesmo assim, levou séculos para se tornar uma prática comum entre as classes populares (Vassalo, 2022, p. 108).

A partir disso surgem diversos mecanismos de controle das práticas afetivas-sexuais que já existiam, sendo a instauração da reprodução e filiação um processo longo e pautado em muita violência (por exemplo a Inquisição, que matou milhares de pessoas na fogueira, muitas delas mulheres, com acusações muitas vezes baseadas em delitos relacionados a práticas sexuais – reais ou imaginárias) (Vassalo, 2022).

[...] durante todo o período medieval, observamos a classificação e a ordenação da sexualidade em sua função e sua prática, sendo a única função legal a reprodutiva e a única prática lícita a que chamaríamos posteriormente de heterossexual. Desaparecem gradualmente do imaginário tanto o sexo recreativo como o litúrgico, assim como as práticas sexuais de homens com homens e mulheres com mulheres [...] foram impostas a genitalidade, a privacidade, a utilidade e um descrédito dos desejos sexuais, o que vinculará definitivamente suas práticas com a culpa, a vergonha ou o nojo (Vassalo, 2022, p. 110).

Apesar de atualmente ter-se expandido os modos de compreensão sobre o que é considerado família, ainda prevalece sobre ela uma visão tradicional, composta por um homem e uma mulher (cigêneros) e sua prole (que abarca a expressão “família tradicional”). Seja tradicional ou não, no senso comum a família tem seu papel consolidado enquanto instituição “sagrada”, mesmo que fora de contexto cristão e religioso, sendo este vínculo considerado fundamental e muitas vezes acima dos demais

(por exemplo vínculo com pessoas sem relação sanguínea). A família ainda cumpre seu papel de controle e “doutrinação” (inclusive de corpos), fazendo sua transmissão de crenças e valores dos membros para os mais jovens, principalmente os relacionados à sexualidade – fazendo, mesmo que não intencionalmente, Educação Sexual informal.

Além da função da socialização que é influenciada e realizada pela família, não podemos perder de vista o impacto que esse vínculo tem na saúde mental de seus membros. Quando falamos de pessoas LGBTQIAP+, esse impacto carrega certas particularidades, como nos traz Ornelas, Frois e Moreira (2022), que discutem a existência de algumas variáveis que podem causar perturbações na saúde mental dessa população no âmbito familiar, como a “estipulação e reprodução” de um modelo tradicional e normativo de família, que pode levar a um receio na revelação da identidade sexual, prejudicando a convivência de seus membros e causando sofrimento psíquico dos sujeitos (por exemplo, quadros de ansiedade e depressão). Outros “agravantes” no que tange ao sofrimento psíquico na população LGBTQIAP+ é como a sociedade lidava com pessoas com transtornos mentais até a reforma psiquiátrica em 2001, somado ao fato de as sexualidades fora do que era considerado normativo terem sido consideradas patologias até 1990.

A reação negativa da família diante do *coming out* é fonte de risco, vulnerabiliza o sujeito, e pode ser um dos fatores causadores de adoecimento individual - desemparo, angústias, depressão, entre outros - ou social levando o sujeito a se isolar da sociedade e, em casos extremos, levando ao autoextermínio. Por outro lado, quando recebe o acolhimento e apoio familiar, é gerado um espaço seguro no qual cria-se confiança para que ocorram diálogos que contribuem para o crescimento pessoal. Assim, essa instituição se torna um importante fator de proteção do sujeito sendo suporte diante dos problemas. Isso porque a família é suporte emocional, sendo entendida muitas vezes como a base para a construção de um modelo de relacionamento. [...] quando não existe confiança no ambiente familiar, alguns indivíduos preferem ocultar sua sexualidade. Apesar de ser um comportamento que pode causar algum sofrimento psíquico, muitos preferem permanecer omitindo-a para que não sofram com o preconceito familiar que poderia gerar mais desgaste emocional e conflitos internos (Ornelas; Frois; Moreira, 2022, p. 36).

Apesar de se falar mais em ES formal dentro da instituição escolar, família e escola idealmente devem trabalhar juntas nesse processo. A ES começa desde cedo no contexto familiar (mesmo que essa seja informal e muitas vezes conservadora/repressora) e tem sua continuidade na escola, onde o sujeito inicia o contato com os pares e outras

peessoas que tem valores e crenças que podem ou não ser semelhantes aos que lhe foram passados pela família.

No contexto familiar a ES se faz na transmissão de valores dentro daquela instituição – tanto sociais, quanto emocionais e intelectuais (Dias; Zandonadi, 2018), muitas vezes na forma de reprodução das normas sociais já estabelecidas e cristalizadas acerca do que pode/deve ou não ser vivido em termos de sexualidade e perpetuando tabus que cerceiam questões que nela estão envolvidas (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013). De acordo com Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) há uma tentativa de pais e familiares de “abafar” as manifestações de sexualidade de crianças e jovens, em partes por achar que falar sobre o tema pode incentivar ou adiantar essas manifestações e práticas, adotando assim uma atitude de reprimir ou ignorar essa sexualidade manifestada:

Outra barreira ao estabelecimento da educação sexual no ambiente familiar é o desconforto dos pais em abordar o tema. Os pais ainda se sentem tímidos e incomodados em tratar do assunto e conseqüentemente optam pela omissão de informações e por atitudes repressoras para tentar conter as dúvidas e ansiedades dos filhos acerca do assunto. Tal atitude pode está relacionada ao fato dos pais não terem vivenciado uma educação sexual emancipatória e acabam, portanto, reproduzindo os valores que lhes foram impostos ou oportunizados por outra geração, perpetuando a deseducação sexual (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013, p. 257).

Não podemos perder de vista que assim como os professores e equipe escolar são pessoas que têm suas sexualidades individuais e as vivenciam das mais variadas formas, podendo ou não ter dificuldade de tratar sobre os temas que nessa estão envolvidos, na família esse processo é semelhante. Pais e responsáveis por bebês, crianças, adolescentes e jovens têm suas sexualidades e muitas vezes questões que a cerceiam, assim como valores e crenças individuais, que serão transmitidos aos seus filhos e filhas. Por isso muitas vezes existe uma omissão em tratar de temas da sexualidade no contexto familiar, ou por quê a família “não lida” bem como o tema, ou porque passa os próprios valores ou ainda porque acredita que esse assunto só deverá ser abordado na idade adulta em outros contextos que não o familiar.

Quando a família (e a escola) são omissas que tange à ES de crianças e jovens, diversos efeitos negativos podem surgir, como inseguranças, medos, frustrações, e até mesmo vulnerabilidade à IST e gravidez precoce (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013). Por isso é importante um trabalho de corresponsabilidade, como apontam Gagliotto e Lembeck (2011), em que a ES seria algo cooperativo entre família e escola, em que os

valores de cada um são respeitados e o trabalho é feito por meio de discussões e reflexões, buscando o pensamento crítico e a autonomia dos sujeitos.

O tema da sexualidade geralmente é abordado primeiro no espaço familiar (privado), e, sendo de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores familiares que se espera que sejam adotados pela criança (que podem ser conservadores, estereotipados e preconceituosos). Já no espaço escolar, cabe abordar diversos pontos de vista, crenças, valores sociais e direitos existentes, para ajudar a criança a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão, ou seja, o trabalho de ES realizado pela escola não concorre nem substitui o papel da família nessa temática, mas a complementa em um processo sistematizado, formal, planejado, realizado pelos profissionais da educação, visando problematizar, questionar e ampliar conhecimentos e opções para o aluno (Brasil, 1997; Maia; Ribeiro, 2011).

Em seu trabalho, Barbosa *et al.* (2019) mostram dados acerca das concepções de sexualidade em adolescentes do 6º ao 9º ano e do diálogo sobre a temática percebido na família dos participantes. Em sua maioria, os participantes ainda tinham uma visão de sexualidade muito limitada, aparecendo mais relação sexual, gravidez, coisa perigosa e doenças como termos resultantes dos dados obtidos. Em relação ao diálogo na família sobre sexualidade, quase a metade dos participantes (47,37%) respondeu que os pais/responsáveis não conversavam sobre o tema.

Costa *et al.* (2001) apontam que é na infância que ocorre o contato com os pais e colegas, demonstrações de afeto, brincadeiras, sensações boas e/ou ruins, e é nesse cenário que as crianças vão aguçar as “curiosidades sexuais”, acompanhadas de conflitos e dúvidas. O contexto familiar e escolar são locais importantíssimos para que a ES aconteça, mas como e quando ela é feita é igualmente importante.

Para além da questão do tabu em relação à sexualidade de forma geral no contexto familiar, há de se observar que quando se trata de manifestações de sexualidade que “fogem da norma” o tabu e repressão geralmente se intensifica. Almeida e Silva (2020) discutem que na modernidade, apesar de ter havido uma democratização da família (por exemplo, famílias monoparentais, casamento homoafetivo, etc.), socialmente ainda há uma prevalência de valores e padrões heteronormativos e binários no que tange à essa instituição, com grande demarcação de papéis sociais de gênero (feminino e masculino, de acordo com o sexo biológico, que são acompanhados de diversas características sociais e de expressão). Por existir uma norma que é constantemente reforçada, pessoas que estão fora dessa experienciam diversos processos de perda (tanto concretas quanto simbólicas)

e luto³², e em muitos casos, seus familiares também – que sofrem um processo de perda ambígua.

A perda ambígua, muitas vezes, está presente em famílias com integrantes não heterossexuais ou não cisgêneros. Com a quebra do mundo presumido, ou seja, a ruptura da imagem do ente pautada na heteronormatividade, descortina-se no cenário familiar uma pessoa que se manifesta de acordo com sua verdadeira identidade de gênero e sexual. [...] é comum que pais e mães necessitem vivenciar, de forma recorrente, uma morte simbólica de seus filhos quando estes não correspondem a uma “imagem original do filho” projetada, na maioria das vezes, antes mesmo da gestação (Almeida; Silva, 2020, p. 67).

Como mencionado, dentro da família geralmente há uma transmissão de valores e normas sociais partilhadas, mas também características geracionais, porém, quando falamos em filhos/as que não estão dentro do que a família espera e considera como “norma”, ou seja, pessoas não heterossexuais e cisgêneras, há uma criação de identidade horizontal, na qual a identificação e procura de referência acaba por exceder o espaço familiar, buscando referências externas para identificar-se (podendo ser a escola, por exemplo, um espaço em que essas podem ser encontradas, já que se presume uma diversidade de valores, “culturas” e crenças), podendo inclusive haver um afastamento da família para que essa identidade horizontal seja vivenciada, apropriando-se dessa, do desejo e assumindo sua posição enquanto minoria social ao negar a norma (Almeida; Soares, 2020).

Desse modo, devemos levantar a questão de que nem todas as famílias irão realizar uma ES crítica com seus membros, existindo inclusive muitas violências que podem estar presentes no contexto familiar, sendo essas muitas vezes pautadas no preconceito por gênero (misoginia, transfobia), por orientação sexual (homofobia, lesbofobia) ou pela simples expressão de gênero, entre outros. Nesses cenários, a ES que acaba por ser realizada - em sua maioria informalmente - é deveras repressora.

Santos (2021) chama a atenção para a presença de violência contra as mulheres lésbicas, que está presente não só em espaços públicos, mas também dentro das famílias, sendo uma realidade na vida de muitas mulheres quando essas decidem “assumir” sua orientação sexual. Podemos falar aqui de uma dupla violência, já que as agressões

³² Segundo os autores, o “luto é um processo psíquico normal e esperado, motivado por um pesar proveniente de rompimento, mudança ou perda de algo ou alguém significativo. Existem diversas formas de luto”, podendo ser esses simbólicos (ex. término de relacionamentos, perda de papéis identidades, expectativas, etc.) ou concreto (exemplo: morte de um ente querido) (Almeida; Soares, 2021, p. 64).

ocorrem por conta do gênero e da orientação sexual. A família (por sua construção social e histórica) ainda é considerada instituição privilegiada de proteção social dos sujeitos, porém, quando essa proteção é rompida pela discriminação, é necessário saber quais redes de proteção e políticas de apoio são e podem ser acessadas por essas mulheres.

Na maioria das famílias, pais, mães e outros parentes assumem uma postura de discriminação ao descobrirem que suas filhas, irmãs ou sobrinhas são lésbicas. Essa atitude pode acabar gerando um processo de internalização da discriminação sofrida, vergonha, negação da subjetividade e tantas outras consequências graves para a saúde mental e física dessas mulheres (Santos, 2021, p. 3).

A violência lesbofóbica familiar ocorre muitas vezes ao “sair do armário” e assumir uma identidade homossexual, podendo ocasionar em agressões verbais, físicas e até expulsão do núcleo familiar (além de possíveis consequências subjetivas como a homofobia internalizada). A sexualidade, que é alvo de constante vigilância social e familiar a partir do séc. XVII, é alvo dos dispositivos sociais de controle, a fim de que não haja sujeitos abjetos, ou seja, os membros da família também fazem essa vigilância e controle da sexualidade para que seus membros sigam o padrão social desejado (cisheterossexual). Consequentemente, as lésbicas que passam pela violência familiar podem acabar sendo revitimizadas ao procurar serviços e políticas de apoio, já que o despreparo de profissionais para lidar com esse público muitas vezes traz a reprodução de estereótipos e discriminações pautados no senso comum, havendo a hipótese que lésbicas que sofrem esse tipo de violência recorram a redes de apoio alternativas, destacando-se que esse é um problema social de uma cultura preconceituosa e cisheteronormativa, e não uma questão individual e rara (Santos, 2021).

Para Braga, Ribeiro e Caetano (2022) a questão da lesbofobia está diretamente relacionada às performances binárias de gênero: as mulheres devem performar feminilidade, gostando de homem ou não, sendo “pedagogizadas” a terem determinada estética e comportamentos. As que burlam essas “regras”, somadas à uma não conformidade em relação à norma heterossexual, sofrem as mais diversas violências (por parte da sociedade e até mesmo da família). Em seu estudo, as autoras realizaram entrevista com sete mulheres entre 25 e 34 anos a fim de investigar e discutir como, no contexto familiar, se articulam as performatividades de gênero e as práticas educativas lesbofóbicas. Nos relatos das participantes foi explicitado que as famílias eram mais “tolerantes” nos comportamentos e escolhas de caracteres considerados “masculinos” na

infância, passando a apresentar maior controle lesbofóbico e evitar uma possível “ameaça lésbica” na transição para a adolescência. Algumas participantes também relataram que sofriam “represálias” de familiares (direta ou indiretamente) com falas e olhares de desaprovação – inclusive voltados à pessoas terceiras, alvo de comentários maldosos por serem homossexuais e não performarem feminilidade (como usar roupas largas e ter cabelos curtos), com destaque ao tom gordofóbico das falas, reforçando uma feminilidade ideal atrelada à magreza e graciosidade. Uma das participantes, explicando a “lógica” lesbofóbica e gordofóbica da própria mãe, relatou que essa acreditava que “[...] somente as mulheres rejeitadas, aquelas que não poderiam ser amadas pelos bons homens, pelos pretendentes de valor, tornavam-se suscetíveis ao desvio da “sexualidade normal” (p. 20).

Os autores ainda pontuam que

a partir das narrativas das participantes do estudo, que o lar, além de um lugar de acolhimento, afetividade, segurança, cuidado e educação, apresenta-se como um espaço de controle e de vigilância das performatividades de gênero e das vivências da sexualidade. A família apareceu, em muitos momentos, encarregada de detectar os desvios e de elaborar meios para corrigi-los. A “correção” da lesbianidade das narradoras, por meio do realinhamento de gênero na feminilidade hegemônica, é o que tentamos sustentar aqui como lesbofobia familiar (Braga; Ribeiro; Caetano, 2022, p. 21).

Sendo assim, nota-se que para além de não haver uma preocupação específica no que tange a uma Educação Sexual não normatizadora, a sexualidade de mulheres lésbicas é, além de invisibilizada, cerceada e violentada, mesmo quando falamos em uma ES informal, realizada pela família. Isso impacta nas vivências futuras e experiências que essas mulheres terão, assim como reflete (e perpetua) uma carência de políticas voltadas à essa população – seja para pensar em formas de abordar sexualidades consideradas dissidentes no currículo dentro de instituições de ensino, seja no atendimento de saúde, proteção e acolhimento social.

1.3.2 Educação Sexual e Escola

Quando falamos de Educação Sexual um dos primeiros espaços que vem a nossa mente é a escola. Isso se dá pois, geralmente, é nesse espaço que as pessoas têm lembranças (muitas vezes, negativas e bem pontuais) de palestras que abarcavam os perigos de se fazer sexo, repleto de imagens de genitais infeccionados e doentes e se

ensinava sobre o uso do preservativo externo³³. Talvez esse relato lhe desperte memórias de algo similar vivido na adolescência, mas devemos nos atentar que a escola educa sexualmente a todo o tempo.

É no espaço da escola que as crianças e adolescentes acabam passando a maior parte de seu tempo de vida e desenvolvem diversas habilidades físicas, motoras, sensoriais, cognitivas e interpessoais, pois se relacionam com diversas pessoas de idades similares e de outras idades.

A educação tem seu papel universal nas sociedades e culturas; logo, as instituições de ensino recebem os mais variados públicos, sendo reflexos e palcos de transformações sociais. Apesar disso, fica claro que essas instituições ainda têm imensa dificuldade em acolher de forma efetiva a diversidade de alunos(as/es) que dela fazem parte durante os anos escolares, falhando muitas vezes em fornecer essa universalização do acesso e permanência à educação de qualidade, seja na estrutura, seja na inclusão da diversidade humana que ali se faz presente (Almeida; Soares, 2021).

A ES nas escolas data da década de 1920 e 1930, período no qual a temática era foco majoritariamente entre médicos e professores, tendo sido fundado em 1933 o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, no Rio de Janeiro. Nele era produzido um Boletim, que seguiu sendo produzido até o ano de 1939 (César, 2009), circulando em território nacional na forma de artigos e notas informativas – como um jornal tablóide com uma tiragem de mais ou menos 100 mil exemplares e oito páginas por edição³⁴ -, voltadas para a população em geral (chegando até a alcançar territórios internacionais, como Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Portugal, entre outros) (Felício, 2011). Bruschini e Barroso (1986) comentam que o reconhecimento de que as famílias não dariam conta da ES dos filhos(as) desperta entre os(as) educadores(as), na década de 30, a preocupação de assumir nas escolas a Educação Sexual. Assim tentativas de discutir sexualidade nas escolas foram feitas, inicialmente, em um colégio da cidade do Rio de Janeiro, a partir de um viés médico e higienista, mas mesmo assim, os envolvidos sofreram represálias como demissões e processos.

Outros autores(as) apontam que a ES nas escolas datam apenas a partir da década de 1960, através de estudos realizados em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo

³³ Conhecido anteriormente com o nome de preservativo “masculino”.

³⁴ Lê-se no trecho do artigo de Leandro Felício (2011, p. 3): “[...] um jornal de formato tabloide com oito páginas e uma tiragem média de cem mil exemplares por edição, impresso em papel linha d’água e submetido a todas as exigências que as leis e regulamentos impunham para a circulação dos grandes órgãos da imprensa, inclusive a famigerada censura do DIP” (Ribeiro *apud* Albuquerque, 1958, p. 33).

Horizonte, sendo precursoras na temática, porém sendo abafada essa iniciativa de implementação escolar após o Golpe Militar (de 1964), em 1968. As iniciativas progressistas de ES neste período foram silenciadas por questões políticas (Ribeiro, 2004; Maia, 2004).

O tema da ES nas escolas foi então retomado na década de 70 com propostas favoráveis à ES nas escolas (como o famoso projeto de lei da Deputada Federal Júlia Steinbruch – PL 1035/1968), entretanto os pareceres de padres, gerais e políticos foram extremamente contrários levantando ainda mais atitudes de interdição e represálias (Barroso; Bruschini, 1986; Maia, 2004). No final dos anos 70 e 80, a discussão ganhou força a partir dos movimentos feministas, flexibilidade dos costumes, etc.; e a rede de ensino, sobretudo no estado de São Paulo, envolveu profissionais diversos para defender a ES na escola, pensando na formação de professores (as). Essas iniciativas levaram então aos anos 80, quando se passou a realizar alguns programas pelas Prefeitura e Secretaria de Educação de São Paulo, consolidando-se na década de 1990, com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, um material de 10 volumes, cujo último propunha a ED (na época chamada de “Orientação Sexual”) como um tema transversal a ser trabalhado nas disciplinas básicas “convencionais” dentro de sala de aula (Ribeiro, 2004; Maia, 2004).

Maia (2004) e Nunes e Silva (2000) descrevem aspectos históricos da implementação de propostas de ES nas escolas brasileiras, ressaltando a importância do documento PCN como a primeira iniciativa formal de pensar o tema da sexualidade a ser inserido nos currículos escolares, embora também apresentem críticas desse material ser biologizante, focado apenas na prevenção em saúde e limitado para a efetividade da proposta na prática.

Não podemos perder de vista que mesmo com o PCN, a implementação da ES nas escolas não foi total e automática, inclusive, em muitas instituições ela nem ao menos existiu. Há também o aspecto que muitos dos programas em ES que chegaram a ser realizados nas escolas majoritariamente focavam apenas em aspectos biológicos da sexualidade (como os comentados acima), num sentido de prevenir principalmente gravidezes na adolescência e IST. Essa ES formal que prioriza aspectos biológicos e de prevenção à saúde e desenvolvimento do corpo sexuado, inclusive, acaba sendo geralmente responsabilidade do professor de ciências/biologia (Saito; Leal, 2000; Maia; Vilaça, 2018). Esse enfoque se justifica “devido à dificuldade de se retirar os temas da

sexualidade e do gênero do contexto da “natureza humana” e transportá-los para o âmbito da cultura” (Brandão; Lopes, 2018, p. 104).

A escola, por ser um espaço de formação dos sujeitos, faz o papel de transmissão das regras do meio social e da cultura na qual esse espaço se insere, sendo necessário senso crítico para que essa instituição não seja perpetuadora da norma hegemônica que exclui, estigmatiza e discrimina o que não “faz parte” dela. A escola deve ser um espaço aberto a desconstrução da norma e estrutura dominante, que gera preconceitos e sofrimento (Quirino; Rocha, 2012; Lopes; Brandão, 2018).

Já para Nascimento *et al.* (2019), a escola (assim como a família) tem um papel fundamental de controle e transmissão da norma, onde

a educação é transmitida a partir de discursos de “verdades”. As relações de poder são construídas/apresentadas nestas instituições ocupando um lugar representativo no aprendizado e manutenção dos diversos valores de uma dada sociedade. Por isso a escola, desde a sua criação, desempenha um papel fundamental de controle daquilo que interessa moldar na sociedade (p. 52).

Apesar de a sexualidade estar inserida em todos os contextos de existência e desenvolvimento dos sujeitos (como a família, a mídia, a igreja, etc.), a escola é considerada local privilegiado para que a Educação Sexual aconteça, já que é ambiente de trocas de informações e relações (Garcia, 2005; Maia, 2001; 2004; Ribeiro, 2021).

Considerando que a instituição escolar é, por sua função histórico-social, espaço privilegiado de socialização ao lado da família, é inevitável constatar que no âmbito escolar os professores, funcionários e administradores, todos na sua dimensão de educadores, vão acabar se deparando com as questões da sexualidade de seus educandos. E que, assim, a escola seria um espaço privilegiado para compartilharem, pais e educadores, uma reflexão sobre as questões da educação sexual [...], já que sabemos todos que numa relação pedagógica, explicitamente ou não, a sexualidade estará sempre presente (Maia, 2001, p.40-41).

Apesar de comumente se falar em ES formal na escola e ES informal na família, ambas devem caminhar juntas nesse processo, já que a ES começa no contexto familiar desde o início do desenvolvimento das pessoas e tem sua continuidade nos demais contextos que são frequentados, sendo um deles a escola – onde a troca com pares e outras pessoas frequentemente traz perspectivas e valores diferentes dos aprendidos no contexto familiar. A ES na escola não visa competir com os valores passados pela família, mas proporcionar reflexões e discussões conjuntas, buscando a capacidade crítica e a autonomia dos sujeitos (Gagliotto; Lembeck, 2011).

A ES encontra no contexto escolar seu objetivo institucional, porém, esse processo ainda é um desafio, principalmente quando aborda questões dentro de uma visão biopsicosocial para além da biologia e prevenção de doenças (como respeito à diversidade, questões de gênero, etc.). Isso ocorre principalmente por falta de preparo de educadores, aos quais carecem ao longo dos cursos de licenciatura (e formação continuada) de informações e conhecimentos para serem educadores sexuais (Maia; Ribeiro, 2011) e a dificuldade de planejar e implementar uma ES que fuja de uma mera biologização da sexualidade, mas abarque as diversidades sexuais (temas alvo de tabus sociais e cerceamentos conservadores).

Ao inserir o trabalho de ES nas escolas, é necessário o uso de materiais e orientações que respaldem às ações que serão realizadas (muitas vezes até para que esse trabalho possa acontecer). É verdade que a ES pode se fazer presente através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, de 1996), que fala um pouco sobre diversidade e inclusão no ensino (Santos; Pires; Machado, 2019); após a LDB, tivemos o lançamento de mais um documento normativo, ainda usado para respaldar o trabalho de ES nas escolas: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), que cita a sexualidade como tema transversal a ser trabalhado em sala, porém, como vemos pelo ano de lançamentos, o PCN relativamente antigo, acaba por não contemplar temáticas importantes e mais “emergentes” no trabalho de ES (diversidades de gênero e orientação sexual, por exemplo). Esse também foi “substituído” pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que em meio ao clima extremante cerceador em relação às questões de gênero e uma forte defensiva da campanha conservadora, foi lançado retirando o termo gênero de seus conteúdos³⁵ e apenas citando brevemente o trabalho que abarcaria à sexualidade nas escolas, voltado mais para desenvolvimento e saúde do corpo.

Existem também documentos internacionais, muitos inclusive com recomendações mais amplas e/ou atualizadas e uma visão mais integrativa da sexualidade, como *Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence*, World Health Organization, 2003), *Sexual health* (WHO, 2007), *Understanding And Addressing Violence Against Women: Sexual Violence* (WHO, 2012), *Orientações Técnicas em Educação Sexual* (UNESCO, 2019), entre outros.

³⁵ Para saber mais sobre o assunto, ver De Araújo, L. C. M. Gênero e sexualidade na bncc: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 1, p. 263-286, 2022, disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/65331>.

O tema da homossexualidade, apesar de presente e amplamente citado em literaturas relacionadas ao contexto escolar, como por exemplo o *bullying* escolar³⁶ - e a importância de seu combate -, ficou de fora por muito tempo como tema tratado na ES dentro das instituições educativas (e inclusive de documentos norteadores das propostas em ES). Mesmo com a existência de documentos que possam respaldar e embasar os programas de ES na escola, que sejam inclusivos e visem o respeito à diversidade sexual (pauta mais recente se pensarmos no tabu social da sexualidade, que é agravado quando falamos em homossexualidade e não binariedade de gênero), parece haver uma perpetuação – mesmo que dentro dessas instituições que lidam e têm em si a presença da diversidade (em todos os sentidos) – da norma, em uma divisão binária na sexualidade, do certo/errado, aceito/rechçado, normal/anormal etc., onde

O que nos parece explícito é a negação das escolas em lidar com o tema. Uma resistência por parte da comunidade escolar em adquirir uma postura político pedagógica fundamentada no que prevê as diretrizes educacionais nacionais onde a diversidade sexual precisava ser vista e reconhecida neste espaço (Santos *et al.*, 2019, p. 51).

Invisibilizar a existência homossexual dentro do espaço escolar é fator de grande sofrimento para essas crianças e jovens, já que acabam por não experienciar etapas que propiciem um bom desenvolvimento social, cultural e psicológico de autoconfiança e autoestima, e muitas vezes vivenciem até mesmo diversas situações de violência (*bullying* e homofobia). Ao negar essas existências que fogem do que a norma espera (inclusive como forma de manter essa norma intacta), imputa-se uma rotina limitada e violenta, o que gera diversos efeitos negativos, podendo levar os sujeitos até ao suicídio. É importante que a escola supere o discurso da igualdade e do bom convívio com as “diferenças” nesse ambiente e reflita sobre as perpetuações estruturais discursivas e vivenciais que ela acaba por exercer quando se fala em sexualidade (Santos *et al.*, 2019).

A sala de aula deveria ser um centro negociador e legitimador de novas identidades, uma arena de conflitos e lutas onde alunos/as, professores/as, bem como a comunidade escolar como um todo, pudessem discutir, negociar e compreender os conceitos de diversidade e diferença. Deve, ainda, ser um espaço apropriado para a educação em

³⁶ Para saber mais, leia *Violência escolar: problematizando a relação entre o bullying e a homofobia* (Silva; Barreto, 2012), *Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas* (Souza; Silva; Faro, 2015), *Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na Educação Sexual escolar* (2011), *Impactos à saúde de adolescentes homossexuais vítimas de bullying* (Gonçalves; Paes; Martins; Silva, 2022), entre outros.

uma sexualidade livremente exercida (Silva Junior, 2012, p.05 *apud* Santos *et al.*, 2019, p. 53).

Importante refletir inclusive o porquê de quando se fala em homossexualidade (e outras questões dentro do guarda-chuva sexualidade e gênero) sempre há o enquadramento dos sujeitos nesse lugar de “outro” ou de diferença. “Aceitar as diferenças”, “conviver com as diferenças”, o que já nos parece imputar e reforçar que esses estão “fora” de onde supostamente deveriam estar, são diferentes pois ocupam um “lugar diferente”. Essa reflexão está atrelada a

[...] processos de normatização social. Ou seja, em nossa sociedade, há uma norma que parece se estabelecer historicamente, relacionada ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e que passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada, conferindo o *status* de ‘outros’ a todas as demais identidades que estão em desacordo com esse padrão. Assim, mulheres são consideradas ‘o segundo sexo’, e *gays* e lésbicas são vistos como desviantes da norma heterossexual, se considerarmos o gênero e a sexualidade (Almeida; Soares, 2021, p. 2).

Sendo assim, passa a ideia de que aqueles que se enquadram no que é hegemônico (que são considerados a “norma” ou estão dentro dela) devem aceitar os “outros” e conviver com eles em sociedade. Esse tipo de narrativa por si só já é muito violenta e perpetua uma ideia de normal/anormal - pertencente/não pertencente, trazendo também por vezes uma sensação de “opinião” em relação ao aceitar ou não aquilo que é considerado “diferente”. Na escola (que funciona como um ambiente modelo da sociedade mais ampla), essa questão evidencia-se com mais força. O discurso normativo visa com frequência reforçar que uma maioria tem poder sobre uma minoria, objetivando enquadrar na norma ou aniquilar aquilo que é diferente, mantendo as ideias do padrão hegemônico intactas.

Desta forma compreendemos muito bem que existe uma dominância de posturas, pensamentos, comportamentos, atitudes, nas relações da diversidade sexual. Quem determina como o outro deve se comportar é quem se considera possuidor de uma normalidade. Aquele/a que traz consigo a “verdade” de ser o sujeito visto e aceito. Nota-se o seguinte: até compreende-se sua existência, de certo modo o homossexual passa a existir na e para a sociedade, lhe fora dado o “prêmio” da visibilidade, negado muitas vezes nos variados espaços, porém, para que de fato ele/a seja “respeitado/a” é necessário um enquadramento em seu modo de ser, viver, agir, relacionar (Santos *et al.*, 2019, p.58).

O que se pode observar, para além do mecanismo de preservação da norma, é um grande despreparo dos professores (as) e da equipe escolar como um todo para lidar com a sexualidade de discentes, situação que se agrava consideravelmente quando essa expressão e vivência da sexualidade foge do “padrão”, gerando situações de invisibilidade e silenciamento das orientações sexuais não-heterossexuais (Do Prado; Ribeiro, 2015; Santos, 2020; Santos *et al.*, 2019). Apesar do tema da homossexualidade estar em voga há tempos (já tendo inclusive perdido o “status” de crime e/ou doença),

o que nos parece, devido a um grande despreparo, não pela novidade do tema, é que a escola continua se eximindo de abordar este assunto, posto que ainda ocorrem **muitos embates ideológicos, marcados por convicções políticas, religiosas, culturais e tantas outras, que acabam justificando a intolerância**. Ainda se identifica piadas de mal gosto, chacotas, comentários maldosos, quando não, ações de violência, marginalização e exclusão contra aqueles que correm o risco de se mostrarem simplesmente **diferentes do comum, considerados “normais”, corretos e adequados, dentro da lei, segundo o poder patriarcal e a família burguesa tradicional** (Santos, 2020, p. 128, grifo nosso).

Logo, apesar do discurso da inclusão aparecer muito relacionado ao contexto escolar (o que inclusive é papel de docentes e da equipe escolar como um todo), o que se vê é um despreparo e desinteresse em tratar temas relacionado à diversidade nesses ambientes, muitas vezes negando que haja uma problemática. Muitas vezes a ES fica restrita às aulas de ciências, biologia e educação física, com tópicos focados em doenças, prevenção de gravidez e IST, tópicos esses que, apesar de importantes, limitam-se a uma visão binária e heteronormativa, não proporcionando uma ES para à diversidade, reforçando estigmas, preconceitos e estereótipos errôneos, que agravam o sofrimento dos alunos (as/es) que não são considerados dentro da “norma” (Santos, 2020).

Diante de uma sociedade marcada por um padrão pré-estabelecido por brancos, homens masculinos, heterossexuais e cristãos, parece que a **Escola simplesmente reproduz estes mesmos padrões, transformando aqueles que não se identificam com eles em sujeitos indesejáveis, pecadores, exóticos e, por esta razão, passíveis de serem agredidos, humilhados, expostos, desprezados e castigados**. A isso chamamos de homofobia. Ela ocorre tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares, fazendo com que a homossexualidade, na maioria das vezes, seja tratada como anomalia, aberração, pecado, doença... Enfim, algo a ser repellido, extirpado, combatido, para se garantir a ordem, a paz, os bons costumes, etc. (Santos, 2020, p. 129-130, grifo nosso).

Na pesquisa de Do Prado e Ribeiro (2015) acerca da percepção de situações de homofobia e ES heteronormativa nas escolas, foram realizadas seis entrevistas semiestrururadas com pessoas que se identificavam como homossexuais³⁷. Nos resultados, foi possível observar narrativas nas quais práticas de *bullying* homofóbico são comuns nas memórias de tempos escolares dos participantes, mesmo quando esses não eram os alvos de ataques dos colegas – construindo assim identificações negativas do que é ser (ou ser visto como) homossexual. A escola então passa a ser um ambiente hostil para aqueles que recebem a “marca social da diferença” por não estarem dentro da norma, marca essa que ganha “legitimidade devido a não problematização, por parte dos agentes pedagógicos, dos conflitos que confrontam a heterossexualidade. Assim, as dinâmicas escolares naturalizam a violência sofrida pelos sujeitos transgressores” (p. 141).

Os relatos também evidenciaram que dificilmente há uma tentativa da equipe escolar em problematizar a norma frente à conflitos que envolvam a homossexualidade, não realizando intervenções educativas, mas sim punitivas (inclusive com a vítima da violência, quando essa “briga” para se defender). Essa omissão faz com que os jovens tenham também receio de serem discriminados pela própria equipe escolar, ou seja, medo de sofrerem uma “dupla discriminação”. A homofobia então é praticada dentro dos muros da escola, mas também ensinada ao reproduzir representações sociais do que é normativo e desejado. Além disso, nos relatos dos participantes sobre presença de intervenções em ES em suas escolas, foram apontadas a biologização (com temas como prevenção de gravidez e o “terror” das IST) e heteronormatização (intervenções de prevenção pautadas na “diferença sexual” homem/mulher – pênis/vagina) (Do Prado; Ribeiro, 2015).

A configuração heterossexual é a única valorizada como princípio de vida. Não somente por intermédio dos conhecimentos que ganham status de currículo, mas através do silenciamento de expressões culturais não hegemônicas. A omissão discursiva que acompanha a constituição das expressões LGBTTTI exerce efeitos reguladores. Não apenas o que é “dito”, mas o “não dito” sobre essas sexualidades incide no processo de construção de subjetividades. A invisibilidade discursiva que cerca as homossexualidades sugere que a heterossexualidade é a única forma de vivência sexual aceitável, ficando os jovens “não heterossexuais” alheios a compreender o seu desejo como possível (Do Prado; Ribeiro, 2015, p.143).

³⁷ Os autores não especificam os gêneros e as idades dos participantes das entrevistas (mas pela leitura identificamos que se trataram de homens homossexuais).

Nesse ínterim, mesmo que não haja uma Educação Sexual formal que diga aos alunos(as/es) as possibilidades de vivências afetivas (sejam elas dentro ou fora da norma), a ES informal – nesse caso omissa, silenciosa e normatizadora – ensina e perpetua a ideia de que a heterossexualidade é a única e correta forma possível de ser e estar na sociedade e vivenciar os afetos.

A aproximação da homossexualidade a uma mera prática sexual, e relacionada ao espaço privado, também impede que profissionais da educação a representem como uma dimensão social mais ampla. Sentimentos, desejos, construção do senso de autonomia sobre o próprio corpo, informações sobre a vivência saudável de sua sexualidade ou a compreensão de relações afetivas que podem se estabelecer entre dois sujeitos do mesmo gênero não são levadas em consideração. Nos espaços escolares o “falar” sobre a sexualidade é velado. Isso impede que visões preconceituosas, e por vezes míticas, a seu respeito sejam questionadas (Do Prado; Ribeiro, 2015, p. 146).

Já na pesquisa de Almeida e Soares (2021), a qual objetivou analisar a construção das identidades e representatividade sexual nos conteúdos escolares por meio de entrevistas narrativas (individuais) com sete mulheres com idades entre 24 e 30 anos que se identificaram como lésbicas (e que frequentaram tanto escolas públicas quanto particulares no Rio Grande do Sul), os relatos coletados nas entrevistas evidenciaram uma percepção da escola como palco para as primeiras experimentações da sexualidade (beijos e contatos físicos); algumas relataram sobre a autopercepção em relação a homossexualidade ainda no período escolar (experimentação com pares e atraso na identificação enquanto menina que gosta de meninas) – possibilidade apontada pelas autoras talvez pela proximidade e troca de carinho entre meninas ser menos reprimida e vigiada (ao contrário dos meninos, por conta de uma masculinidade socialmente esperada), já que “entre as meninas, esse tipo de troca física não necessariamente é visto como sexual, o que poderia mascarar ou atrasar a descoberta da homossexualidade, até mesmo para as próprias envolvidas”, onde “[...] a interpretação de atos de carinhos já gerava certo desconforto e algum tipo de sentimento ‘diferente’, o que elas veem, hoje, como primeiros indícios de um desejo homoafetivo que, na época, não era reconhecido” (p. 5).

Outras participantes relataram estratégias para que a orientação sexual pudesse ser experimentada na escola (aproximar-se de outras meninas que estavam nessa fase de experimentação e descoberta, assumir uma identidade mais “aceita” na época (como a bissexualidade, citada como modinha por uma delas em sua época escolar) e até mesmo

esconder sua identidade e/ou se afastar de amizades por medo de não ser aceita. Isso evidencia que a escola, para além de espaço de formação, é também espaço fundamental de socialização, no qual as crianças e jovens buscam e criam conexões com pares, podendo essas trocas e amizades servir tanto de refúgio positivo – quando existe diálogo e apoio, quanto negativo – quando há o receio e medo de perder as amizades por uma não aceitação da identidade (Almeida; Soares, 2021).

As participantes também relataram situações de violência (sofridas por elas ou sofridas por colegas LGBTQIA+, sendo mais prevalente os relatos entre participantes de escolas privadas), como o julgamento e apontamento por outras pessoas (nem sempre na escola) acerca da orientação sexual homoafetiva, muitas vezes quando nem elas mesmas haviam tido essa percepção e/ou conhecimento de serem lésbicas, julgamentos esses feitos sob uma perspectiva de gênero (quando elas apresentavam comportamentos considerados “masculinos”, como jogar bola e gostar de atividades físicas, usar vestimentas mais confortáveis/largas e não se interessar por meninos, por exemplo) As violências relatadas pelas participantes iam de chacotas, agressões verbais, *bullying*, praticadas não só por colegas, mas também por professores (as), dando espaço a autorrepressão e à heterossexualidade compulsória (pela qual algumas participantes relataram ter tido relações sexuais com homens numa tentativa de se enquadrar na norma) (Almeida; Soares, 2021).

A partir dos relatos, pode-se perceber o quanto foi influente nas vivências dessas mulheres as questões de gênero e o quanto o menor desvio do que se esperava de uma menina tornava-as suscetíveis a situações de constrangimento e violência. São demonstrações da maneira pela qual as mulheres homossexuais são atravessadas, concomitantemente, por violências de gênero combinadas com reações de cunho lesbofóbico. Sobre as questões relacionadas ao gênero e à leitura à qual as mulheres lésbicas estão submetidas, pode-se perceber o corpo como um importante marcador [...] [no qual] o mínimo distanciamento de um padrão corporal e de comportamento ligado ao feminino (e a consequente aproximação daquilo que era considerado um padrão masculino) representou um alerta de vigilância desses corpos, que foram, muitas vezes, inferiorizados e ridicularizados com o intuito de censurar manifestações de gênero e de uma possível sexualidade desviante da norma (Almeida; Soares, 2021, p. 7).

Em relação ao currículo, todas as participantes apontaram semelhanças nos conteúdos aprendidos nos espaços escolares: o caráter marcadamente heteronormativo e uma restrição ao sexo como algo perigoso e arriscado, abordando apenas prevenção de IST e gravidez, sendo esses conteúdos limitados às aulas de ciências e biologia, deixando

de fora questões como gênero e diversidade. Nesse aspecto, a sexualidade é ensinada como “prática” meramente reprodutiva voltada para os heterossexuais, invisibilizando a existência de outras vivências e conseqüentemente vulnerabilizando pessoas LGBTQIA+ ao não se abordar aspectos preventivos (tanto de IST quanto de violências, por não se falar sobre diversidade). Aponta-se o agravamento dessa situação quando se fala em mulheres lésbicas, pois ao contrário do sexo entre homens (cisgênero ou entre pessoas com pênis), não há método que contemplem uma prevenção eficaz entre mulheres (cisgênero ou pessoas com vulva) (Almeida; Soares, 2021). Assim sendo,

a ausência de temas relacionados à sexualidade que contemplem todas as identidades e orientações sexuais, além de contribuir para a hegemonia da heteronormatividade, representa a instituição da escola como um espaço de exclusão das mulheres lésbicas (e pessoas LGBTQs no geral). O apagamento, além de tornar essas pessoas suscetíveis a riscos e desinformação, prejudica o reconhecimento e a construção de identidades (p.11).

Vianna e Cavaleiro (2016) levantam a questão da lesbofobia no ambiente escolar, onde muitas vezes o preconceito é mascarado na forma de cuidado (por exemplo, ao reprimir demonstrações de afeto entre duas meninas que se beijam no pátio da escola com um discurso de evitar uma exposição desnecessária e terem uma vida/relação “normal”), em que “na estratégica retórica do discurso, em nome do cuidado desvelava-se o estigma da proibição do beijo e sugere-se que as garotas faziam algo que não deveria ser realizado em público e que nem deveria ser percebido” (p. 41), ou seja, ensina-se que certos afetos devem ser ocultados, pois esse seria um problema, devendo ater-se ao âmbito privado. A heteronorma se utiliza de muitos mecanismos para se manter - se perpetuando nos discursos e que não necessariamente utilizando violência explícita. A discriminação também pode vir de forma dissimulada, mas igualmente cerceadora, invisibilizante, violenta, pois deslegitima vivências e impede o reconhecimento de meninas e mulheres lésbicas em seus afetos e desejos em ambientes que devem ser educativos, acolhedores e inclusivos.

A escola deveria ser um ambiente de valores humanos, respeito, igualdade, solidariedade e democracia como pilares fundamentais. De modo que a exploração e qualquer tipo de discriminação e preconceito devem ser combatidos com rigor. A formação de uma consciência humanizada e humanizadora é que deve ser o norte de qualquer ação transformadora (Santos, 2020, p. 133).

Na pesquisa de Jadejiski, Gomes e Lima (2022) realizada com 21 professores que se identificavam enquanto LGBTQIA+ e responderam um questionário online³⁸, fica claro que a sexualidade é tema que atravessou e atravessa as vivências dos participantes, que trouxeram relatos de LGBTfobia tanto enquanto alunos (as/es) quanto como docentes. Houve dissenso entre os participantes sobre as discussões das temáticas gênero e sexualidade na escola, mas houveram apontamentos sobre ser uma temática importante de ser trabalhada; o fato de educadores muitas vezes ficarem “reféns” das famílias que são contra esse trabalho e a necessidade de maior clareza nos documentos que orientam essas intervenções e discussões no âmbito escolar. Os autores reiteram o ambiente escolar muitas vezes como reforçador da norma e palco de violências várias contra pessoas que fogem dessa, assim como o papel fundamental e instituição privilegiada para abarcar diversas discussões – inclusive sobre essas temáticas muitas vezes consideradas “polêmicas” – pois são temas que atravessam o cotidiano de alunos (as/es) e todos os inseridos nesses ambientes, devendo essas discussões extrapolar o currículo e refletir como os estudantes percebem e vivenciam o mundo.

Um projeto de intervenção na escola, deve se fundamentar no sentido de propor mudanças teóricas e práticas, a fim de superar qualquer concepção histórica que insista numa abordagem economicista e reducionista, contribuindo para a manutenção da exclusão e empobrecimento da própria história (Santos, 2020, p.134).

Assim, fica claro a necessidade de se pensar quais intervenções em Educação Sexual adentram os espaços escolares (se é que adentram), pois a sexualidade está estruturalmente imbricada em todos os espaços de desenvolvimento e aprendizagem – sendo a escola um deles. Uma educação que reforça a norma, seja por falta de preparo das equipes escolares, seja por uma ausência de intervenções refletidas e planejadas de forma crítica, acabam por perpetuar uma série de violências e sofrimentos que perduram para além dos anos escolares.

³⁸ Para fins de caracterização, desses participantes, todos eram cisgênero, 19 eram homens e duas eram mulheres entre 23 e 49 anos, a maioria tinha formação com pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e lecionavam em diferentes redes de ensino (mas a maioria na rede pública estadual) e majoritariamente nos anos finais do fundamental e no ensino médio.

1.3.3 Educação Sexual e Mídia

Vivemos na era das tecnologias. Essas avançam e se transformam diariamente, sejam pela rapidez do consumo na sociedade capitalista liberal, seja pela necessidade de alienação da vida de produtividade incessante que vivemos. As tecnologias, ao abarcar diversos recursos que visam “resolver problemas” cotidianos ao redor do globo, trouxeram o desenvolvimento de uma diversidade de mídias – meios de comunicação e compartilhamento de ideias e/ou informações de forma simples e rápida. As mídias fazem parte da vida da toda a população brasileira, que mesmo que não consumidora de programas de TV aberta, telenovelas e/ou *streamings* pagos, acessa redes sociais, ouve rádio, vê propagandas em *outdoors* pelas ruas ou na tela do celular, vê revistas nas bancas de jornal ou as lê nas salas de espera de médicos e dentistas. Escolhendo ou não, estamos sempre em contato com as mídias.

A mídia, conceito que comumente abarca todos os meios de comunicação de massa, tem um papel de destaque quando falamos em Educação Sexual. Ela, para além de um espaço de representatividade – e muitas vezes de perpetuação da norma - educa sexualmente. É o que conhecemos como Educação Sexual informal, pois não é uma educação planejada, mas ocorre de forma “indireta” e cotidiana nos diversos espaços a que temos acesso. Ela abarca os grandes meios de comunicação (TV, rádio, internet, jornais online) e redes sociais (*Twitter, Facebook, Instagram, Youtube, Tik Tok, Snapchat*, pra citar alguns).

De acordo com Silva (2020) a sociedade vive imersa nas mídias, resultado do avanço tecnológico intenso e rápido que concretiza o mundo virtual, o qual também modela a realidade, o que inclui comportamentos e padrões sexuais, que são assimilados durante as etapas do desenvolvimento.

Nas sociedades modernas, a mídia se torna uma das mais importantes fornecedoras de modelos e normas sexuais e de gênero, assim como as tecnologias de comunicação interativa, tais como redes sociais e comunidades *online*, também disponibilizam acesso fácil à informação e pessoas que podem apresentar, reforçar ou participar de comportamentos sexuais e/ou no desenvolvimento da identidade sexual ou de gênero dos indivíduos, seja ela coletiva ou individual (Silva, 2020, p.03).

O tempo todo somos bombardeados por diversas informações, seja ouvindo música, assistindo TV, filmes e séries, mexendo no celular e no computador, etc. Segundo

Eugenio, Cabreira e Da Silva (2021), as mídias tem forte poder de influência – principalmente sobre o público infantil -, sendo um meio de formar e moldar valores e opiniões.

A mídia televisiva e impressa reúne diversos veículos de comunicação de massa destinados a divulgação de informações destinadas a um público diverso, com o objetivo de transmitir informações, opiniões, entretenimento, publicidade e propaganda. Pensando desta forma, é um espaço de poder e força; formador de opiniões, valores, crenças e atitudes (Eugenio; Cabreira; Da Silva, 2011, s/p.).

Partindo da ideia que “a comunicação é um segmento criado por meio da interação de indivíduos que precisam de técnicas para formar diálogos” (p.03), podemos conceituar o que é sociedade midiaticizada. Os seres humanos, enquanto seres sociais, buscam seus iguais para suprir suas necessidades básicas, sejam elas emocionais, físicas, intelectuais. Para “acessar” seus “iguais” e ter suas necessidades supridas, os modelos e aparelhos de interação continuam em constante construção, já que muitas vezes as necessidades permanecem não “resolvidas” ou são alteradas com o tempo/contexto (Silva, 2020).

A criação cultural está a serviço do capitalismo em um sentido mercadológico ao mesmo tempo que se insere em um “espírito de utopia” (Rüdiger, 2010):

As comunicações se transformaram em veículo das principais relações de poder na sociedade contemporânea, mas também contêm, por isso mesmo, forças e pontos de apoio capazes de nutrir a criação de processos de vida alternativos e inovadores em relação ao sistema dominante (Rüdiger, 2010, p. 217).

Hjarvard (2014) argumenta ainda sobre a capacidade das mídias em criar representações mentais nas pessoas que as consomem, as quais não representam necessariamente a realidade do mundo exterior, pois essas representações midiáticas são baseadas muitas vezes em informações limitadas, estereótipos preconceituosos e até manipulação política, porém reforça a ideia de que as representações midiáticas e a opinião pública tem seu impacto na realidade, já “que humanos agem de acordo com suas percepções do mundo, não a partir de um insight absoluto da verdade sobre o mundo” (p.22). Nesse aspecto, podemos citar como exemplo a questão da ideologia de gênero, foi retomada e amplamente divulgada na mídia em meados de 2018³⁹, como uma tentativa

³⁹ O debate acerca da Ideologia de Gênero é anterior ao ano de 2018, tendo a discussão tomado força em meados de 2013/2014 nos diálogos sobre o Plano Nacional de Educação, quando de sua aprovação (esse plano entrou como PL em 2010). Para saber mais sobre o tema da Ideologia de gênero, sugerimos as leituras

de grupos conservadores em espalhar a desinformação acerca das discussões de gênero e criar pânico moral.

As mídias são também fortes influenciadores quando pensamos nas questões da sexualidade (Angelo *et al.*, 2021), as quais, muitas vezes, perpetuam estereótipos que estão colocados socialmente no que tange ao gênero e sexualidade, como por exemplo, lesbianidades e o padrão de feminilidade (De Oliveira *et al.*, 2021).

[...] representações com variadas tonalidades que confluem no espaço midiático e social em diferentes momentos históricos, trabalham cooperativamente na reprodução de discursos e pensamentos que ajudam a modelar as relações, de tal forma que engendram consequências concretas por meio da perpetuação de preconceito e violência (De Oliveira *et al.*, 2021, p.10).

Por exemplo: programas de televisão em que aparecem casais homossexuais causaram e ainda causam grande alvoroço⁴⁰, inferindo que existe um modelo “correto” de relacionamento que é socialmente aceito e deve ser aprendido e reproduzido, assim como tenta manter um padrão binário homem/mulher-masculino/feminino mesmo em relações entre pessoas do mesmo gênero e/ou sem gênero. Esses modelos se aplicam não só a orientação sexual, mas as expressões de gênero, afetividade, padrões de beleza e estética, classe social e consumo.

De acordo com Silveira (2019), a mídia não produz, mas reproduz e reforça estereótipos, existindo uma relação dialética entre mídia e público (ora prevalecendo a força da mídia e ora a da audiência, guiando o consumo e produção dos materiais). Esses estereótipos, enquanto “construções simbólicas enviesadas”, que são resistentes à mudança social, contrárias aos processos racionais e difundidas pelos meios de comunicação de massa, abarcam

do artigo “Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros” de autoria de Reis e Eggert (2017), disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt>; da dissertação de mestrado “Política, poder e sexualidade: uma análise sobre o "estatuto da família" de autoria de Rego (2017), disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185582?show=full>.

⁴⁰ Como consta em algumas notícias relacionadas a novelas de canais abertos. Para saber mais, veja as notícias - Novela da globo corta cenas de afeto entre casal de idosas, em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/globo-recua-e-corta-beijos-e-carinhos-de-idosas-lesbicas-de-babilonia-7331>, Globo libera beijo lésbico após censura em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/globo-libera-beijo-lesbico-em-vai-na-fe-apos-censura-saiba-quando-sera-103963>, e Globo censura beijo entre mulheres em: <https://hugogloss.uol.com.br/tv/globo-censura-beijo-entre-duas-mulheres-mais-uma-vez-apos-corte-de-vai-na-fe/>.

uma delicada problemática ao processo democrático, que necessita de opiniões desenvolvidas de cada cidadão sobre temáticas vitais à sociedade. Impedem qualquer flexibilidade durante a apreensão, a consideração e a comunicação de uma realidade, mantendo formas e relações de poder e desigualdades. Pior ainda, justificam e naturalizam comportamentos hostis, podendo ser letais. Contém pré-julgamentos e pressupostos sobre comportamentos, visões de mundo e história de grupos de pessoas. São categorizações e transformações da individualidade em outra coisa que não é individual, não concreto (Silveira, 2019, p.4-5).

É necessário refletirmos e analisarmos como a sexualidade da mulher e das minorias sociais são representadas na mídia, pois essa tem impacto social para além da (suposta) representatividade, mas perpetuando modelos que muitas vezes servem à normatização das sexualidades. As produções midiáticas nada mais são do que produtos, permeadas por um caráter mercadológico; são um negócio, e isso implica em lucro.

A quantidade de audiência que as produções têm funcionam como uma balança ou um “termômetro” acerca do que é consumido pelos telespectadores, então “a televisão, esse espelhamento orientado do cotidiano, que longe de ser um reflexo fiel e inocente da vida, tem como funcionalidade a conquista de corações e mentes, está a serviço do capital financeiro, levando o indivíduo a uma calculada experiência de reconhecimento” (Paes; Freitas, 2021, p. 615), pois através de identidades forjadas que compõe os personagens das produções midiáticas, o público tem a sensação de representatividade, que gera o sentimento de pertencimento social. Apesar de existirem produções que são colocadas como “representativas” de minorias, existe a necessidade da construção de uma visão mais crítica nos conteúdos em geral, mas principalmente nos que se propõe ou parecem ser contraestereotípicos, pois esses muitas vezes acabam por reforçar imagens que já existem no imaginário social – ou passam a existir (Paes; Freitas, 2021; Thisoteine; Tanaka; Navega; De Carvalho; Bortolozzi, 2022).

Nesse interim podemos citar produções que possibilitam reflexões e discussões dentro da Educação Sexual informal (e até formal, quando inseridas nas intervenções planejadas), como por exemplo, o aclamado seriado de TV *The L Word* (com seis temporadas, de 2004 a 2009), que marcou e ainda marca a vida de diversas mulheres não-heterossexuais por sua suposta representatividade da vida lésbica estadunidense e *The L Word: Generation Q* (com três temporadas, de 2019 a 2023), relançada para retomar discussões mais atuais dentro da comunidade LGBTQIA+ e trazer novas perspectivas sobre vivências lésbicas e *queers*. A série, apesar de marco dentro das discussões lésbicas e feministas, está cercada também de críticas, pois ainda perpetua diversos estereótipos e

apagamentos das vivências lésbicas, sáficas, bissexuais e *queers* no geral, reproduzindo “perfis” como o da lésbica predadora, relações sexuais centradas na penetração, traições, perpetuação de papéis heteronormativos (como lésbica “ativa” versus “passiva”, “masculina” versus “feminina”, dona de casa versus provedora, etc.⁴¹).

Não estamos dizendo, porém, que a série é uma produção midiática de todo ruim e descartável (inclusive tendo sido criada e produzida por mulheres, sendo marco referencial para muitas lésbicas que cresceram e/ou se descobriram assistindo a série), mas deixa muito a desejar quando tenta retratar vivências lésbicas e de mulheres que se relacionam com mulheres, reforçando estereótipos que já existem no senso comum por uma falta de criticidade e até mesmo de representatividade de populações minoritárias (a série sofreu duras críticas em sua primeira versão por algumas atrizes principais serem heterossexuais e atuarem como personagens lésbicas, por ter cenas e diálogos transfóbicos, por reforçar relações de forma heteronormativa, entre outras controversas).

As práticas midiáticas fazem parte do que é chamado dispositivo da sexualidade – conceito foucaultiano que preconiza uma série de prática dadas socialmente (estratégias do “saber-poder”), que fazem a manutenção da heterossexualidade e do binarismo de gênero como padrão social hegemônico e naturalizado (Ziller; Barretos; Xavier, 2023). Este dispositivo está imbricado nas coisas mais cotidianas,

[...] tanto no tamanho padrão da cama de casal, pensada para comportar duas pessoas, quanto na legislação que estabelece como casal um homem e uma mulher; está nos desenhos animados infantis que reiteram repetida e padronizadamente como meninos e meninas devem se comportar e nas peças publicitárias que chamam para comemoração do Dia dos Namorados; nas lojas de roupas e joias para casamento e na cobertura jornalística de crimes contra as mulheres. Tais exemplos apontam para o quão diversa e heterogênea é a rede que compõe o dispositivo da sexualidade. Entretanto, não se deve perder de vista que no dispositivo, pensando como uma rede de práticas, tais elementos não determinam, mas predispõe a fazer. [...] as práticas midiáticas compõem tal rede. No que tange à sexualidade, a mídia age tanto na função coercitiva, quanto na produtora (Ziller; Barretos; Xavier, 2023, p.4-5).

Ainda sobre a influência das mídias, Ziller, Barretos, Xavier, Hoki, Bodenmüller e Dias (2021) trazem a questão dos algoritmos presentes nas redes sociais, meios tão utilizados por quase toda a população. Os algoritmos não só são “procedimentos

⁴¹ Para saber mais sobre, veja “*A ideiação lésbica em The L Word*”, disponível em: <https://medium.com/revista-entendidas/a-idea%C3%A7%C3%A3o-l%C3%A9sbica-em-the-l-word-47197af6ed3f>.

codificados para fazer coisas”, mas também tem a capacidade de “[...] propor quais os conteúdos, entre seu imenso banco de dados, devem ser ofertados a cada uma de nós, influenciam sobre a contínua elaboração da nossa interpretação do mundo” (p. 56), não sendo neutros, mas muito pelo contrário, funcionando como mecanismos excludentes e promotores de desigualdades, isso porque, além de esses serem construídos sobre normas e valores já existentes, visam colher dados e prever nossos comportamentos de consumo, nos quais

O caráter sociotécnico do desenvolvimento de tecnologias de processamento e mineração de dados evidenciam que o caráter pretensamente técnico/matemático/exato é encoberto pelas subjetividades envolvidas em seu desenvolvimento de modo que a máquina acaba reproduzindo tanto os vieses de seus criadores, como os critérios estratégicos e de negócios que guiaram a sua concepção (Ziller *et al.*, 2021, p. 57).

Sendo assim, o consumo massivo é uma realidade presente nas redes, que funcionam a partir dos algoritmos que “medem” o consumo dos conteúdos pelos usuários (como por exemplo *Instagram, Tik Tok, Youtube*, etc.), logo, os algoritmos, que tem caráter quantitativo (pois visam o consumo desenfreado dos conteúdos), reforçam e replicam “ideias e imagens hegemônicas”, circulando essas de forma mais ampla, em contraponto ao consumo de conteúdos que abarcam experiências e corpos considerados “fora da norma”, que acabam restritos mais ao público de interesse (por exemplo, conteúdos sobre lésbicas, pessoas com deficiência, corpos gordos, etc.), então “tendem a alcançar mais usuários as produções de criadores que seguem normas: do que é mais bem recebido, mais bem visto etc.” (p.58). Para além disso, até mesmo os conteúdos supostamente voltados e/ou criados para lésbicas reforçam os padrões sociais branco, magro, jovem, sem deficiência e feminilizado (como mostrou a análise das autoras realizadas em conteúdos do *Instagram, Tik Tok, Youtube*) (Ziller *et al.*, 2021).

Segue-se então a lógica do “*Rich get Richier*”⁴², na qual a norma será (quase) sempre reforçada, permanecendo visível o que já é aceito. As autoras ainda salientam que mesmo que haja a visibilidade de conteúdos lésbicos (e outros que saem da norma hegemônica), esses ficam sob constante vigilância (ou o que torna visível aquilo e aqueles que devem ser disciplinados) e disciplina (que preconiza os modos de dizer e viver – dentro da normatividade) públicas, instaurando-se, quando pensamos principalmente nas

⁴² Ou “ricos ficam mais ricos” em tradução livre.

mídias e redes sociais de conteúdos lésbicos e LGBTQIA+, “uma espécie de desconfiança inspetora de pessoas dispostas a questionar, sabatinar e invalidar quem, de alguma forma, foge à norma que se estabeleceu como dominante entre as pessoas LGBTs. Ou seja, a norma tanto age sobre nós, quanto a partir de nós” (Ziller *et al.*, 2021, p. 71).

Entendemos que tanto as mídias tradicionais, como as plataformas de mídias sociais atuam no jogo de visibilidade que cotidianamente nos apresenta possibilidades a partir das quais nos constituímos. As mídias, assim, tomam parte no dispositivo da sexualidade a partir de um papel pedagógico, que aponta estímulos e sanções, estabelecendo um rol de possibilidades tanto dóceis, quanto de resistência em relação à norma - e as sanções socialmente instituídas frente a tais resistências (Ziller; Barretos; Xavier, 2023, p. 2-3).

As mídias então, como citado anteriormente, estão a todo tempo educando sexualmente as pessoas (independentemente do gênero e/ou fase do ciclo vital), sendo as crianças mais suscetíveis à sua influência⁴³ quando não há um espaço de discussão crítico sobre o que é consumido (De Melo; Varela, 2015). Estas já têm grande potencial pedagógico – pois já educam “silenciosamente” de forma a “predispor” e incentivar certas formas de se portar e viver em sociedade e em contraponto, desencoraja outras formas, contribuindo para ideias cristalizadas sobre relações afetivo-sexuais e configurações familiares “positivas” e desejadas, assim como para uma cisheteronormatividade sem crítica (Ziller; Barretos; Xavier, 2023).

Frases como “Não seja boba, Peppa, esse é um dos vestidos da mamãe, é rosa!”, dita por Papai Pig quando Peppa mostra sua camisa de futebol que deveria ser branca, mas foi acidentalmente tingida, compõem um conjunto de textos midiáticos presentes em parte significativa das animações infantis que, ao mostrarem personagens constantemente vestindo, usando acessórios ou em ambientes decorados em azul ou rosa, contribuem para a ideia de que rosa é cor de menina, azul é cor de menino. Na mesma linha, os superpoderes do Sr. Incrível (força) e da Mulher Elástica (flexibilidade), em *Os Incríveis*, ainda que desconsideremos o contexto tipicamente cisheteronormativo em que ela é dona de casa e ele trabalha para sustentar a família, são significativos o suficiente para mostrar quais habilidades homens e mulheres devem almejar, mesmo em se tratando do universo de super-heróis (Ziller; Barretos; Xavier, 2023, p. 9-10).

⁴³ As crianças são grandes consumidoras, inclusive, de jogos voltados para o público infantil que muitas vezes reforçam a identidade heterossexual como hegemônica, assim como papéis binários de gênero (homens viris e fortes *versus* mulheres delicadas e maternais, por exemplo) (De Melo, Varela, 2015).

Darc (2019) discute que as representações afetivas LGBT dentro das produções artísticas são fundamentais na “edificação da autoestima e na aceitação de pessoas que não encontram acolhimento no ambiente familiar ou social” (p. 27). E isso inclui a forma que as relações serão “idealizadas” a partir do que se produz nos livros, músicas, filmes e outros, assim como produções que reforçam estereótipos negativos e distorcidos sobre essas identidades podem marginalizar ainda mais um grupo já oprimido.

Outra questão interessante de comentar nessa sessão sobre mídias é a pornografia⁴⁴. Assunto controverso, ela é tanto defendida quanto condenada por correntes feministas distintas. As produções pornográficas em geral não são produzidas pensando no público lésbico e sáfico, inclusive por ficar claro uma excessiva performatividade e “heterossexualidade” representada (presença de objetos que imitam pênis, posições sexuais, tamanho das unhas das atrizes e presença de um ou mais homens). Além de propagar no imaginário social ideias muitas vezes normativas e equivocadas sobre como é o sexo entre mulheres, há a fetichização ostensiva dessas relações (Darc, 2019).

É necessário redefinir o potencial e papel pedagógico das mídias de forma a fazerem parte dos processos de planejamento de programas de Educação Sexual emancipatórios – na qual os recursos e materiais são vistos e usados com criticidade para que não reforcem estigmas, preconceitos e estereótipos (De Melo; Varela, 2015; Pastana; Maia, 2013; Thisoteine *et al.*, 2022). Através de e com elas podemos dialogar com os diversos públicos que são alvo da ES formal, sem perder de vista que as mídias já fazem ES informal a todo o tempo. Essas podem ser usadas de forma contextualizada, pois muitas vezes já são consumidas no cotidiano daqueles que são alvo de projetos de ES. Para além disso, também podemos pensar nas mídias como meio possível de vivências da sexualidade, já que através delas é possível criar laços (mesmo que à distância), encontrar pessoas e comunidades com vivências em comum, se informar e consumir conteúdos voltados para públicos e pautas específicos (para isso hoje temos as redes sociais, *podcasts*, canais do *youtube*, etc.).

Em práticas de intervenção na Educação Sexual formal, o uso das mídias é necessário e útil para proporcionar espaços de discussão. No trabalho de Pastana e Maia (2013), no qual foi realizado um grupo de discussão sobre como os temas de gênero e

⁴⁴ Nesse momento não nos alongaremos muito na temática da pornografia, pois acreditamos que ela necessita de uma análise mais aprofundada, tanto por ser um tema controverso e muito presente na sociedade pós moderna quanto por ser um campo crescente de pesquisa e estudo relacionado às populações “minoritárias”.

sexualidade são representados na mídia, realizado com dez estudantes (de todos os gêneros) dos cursos de Psicologia e da comunicação (Jornalismo, rádio e TV, Relações Públicas e Design). Os 17 encontros semanais realizados no projeto abarcaram análises de materiais midiáticos e discussões sobre como as mídias além de produzirem, também reproduzem padrões normativos, estereótipos, preconceitos no que tange às sexualidades etc. Os participantes, além de poderem refletir sobre produções midiáticas, puderam também olhar mais profundamente e com criticidade sobre suas próprias histórias de ES, assim como as escolhas em relação aos conteúdos midiáticos consumidos por eles e seus papéis enquanto profissionais de suas respectivas áreas no que tange aos temas de sexualidade e gênero. Os participantes conseguiram apontar como as mídias (programas de TV, filmes, revistas, músicas, jogos, etc., foram fontes de informação sobre sexualidade durante a infância e adolescência, funcionando como “referências e modelos”, inclusive como internalizadores de padrões (inclusive os heteronormativos e binários).

[...] o(a)s participantes homossexuais trouxeram depoimentos sobre as dificuldades encontradas na família, na trajetória da educação escolar, no círculo de amigos e outros contextos sociais. Foi bastante discutido, por exemplo, os conflitos vividos com o reconhecimento da homossexualidade no contexto de uma educação religiosa. [...] nos encontros sobre gênero, as participantes mulheres destacaram principalmente as pressões familiares e sociais que associam felicidade ao relacionamento amoroso, ao casamento, a ter filhos, e também os fortes imperativos de beleza, a associação entre feminilidade e vaidade, ao cuidado com o corpo e a aparência. [...] ainda que esses padrões sejam questionados e pensados criticamente, é importante reconhecer como o processo contínuo e intenso de internalização desses padrões torna a desconstrução ainda mais desafiante (e necessária) (Pastana; Maia, 2013, p.8)

Os participantes da área de comunicação ainda contribuíram apontando a dificuldade em trabalhar buscando transformações sociais, já que acaba sendo requerido um reducionismo proposital de algumas questões, visando um conteúdo mercadológico, ou seja, “que venda”, ao invés de uma criticidade e problematização e desconstrução, pois “o que é exigido deles é que produzam de modo coerente com a posição dos veículos, que muitas vezes requerem posturas conservadoras, normatizadoras e não críticas” (Pastana, Maia, p. 10).

Para finalizar, gostaríamos de comentar sobre uma proposta de analisar materiais midiáticos, como filmes, séries, músicas, etc. visando a utilização dessas análises na

elaboração de propostas de Educação Sexual. Desde o ano de 2019, alunos e alunas, da graduação e pós-graduação, além de docentes e colegas de áreas da Psicologia e correlatas, têm analisado mídias nos temas da sexualidade, e esses materiais foram organizados em e-books e livros físicos que se tornaram a Coleção Sexualidade & Mídias⁴⁵, com os livros “Leituras Sobre a Sexualidade”, que hoje conta com 20 volumes que analisam e discutem criticamente temáticas importantíssimas que podem e devem ser trabalhadas dentro da Educação Sexual, como gênero, raça, desenvolvimento humano (infância, adolescência, envelhecimento, etc.), orientação sexual e diversidade, violências, maternidade, padrões sociais, entre muitos outros.

⁴⁵ A Coleção completa em seus 20 volumes pode ser baixada de forma gratuita no site da Editora Pedro & João, no link: https://pedroejoaoeditores.com.br/?s=Leituras+Sobre+a+Sexualidade&post_type=product.

1.4 Saúde sexual, riscos no sexo entre vulvas e possibilidades de prevenção

Apesar da lesbianidade não ser algo novo na história, há de se questionar, se o “feminino” de forma geral, as mulheres, seus corpos e vivências são vigiados e controlados em prol de uma agenda conservadora e cisheterossexista normativa, como está a saúde sexual dessas mulheres e como (e se) são feitos esses cuidados em prol da saúde sexual.

Já conceituamos a expressão saúde sexual no capítulo sobre vulnerabilidades, que abarca o acesso às informações e poder decisório no que tange às vivências diversas da sexualidade (Secretaria da Saúde, 2021). Porém, o que se vê são poucas políticas públicas de impacto que garantam o acesso de mulheres que fazem sexo com mulheres a essas informações e vivências, assim como poder decisório pleno em relação à sexualidade (por exemplo acesso ao aborto seguro, à laqueadura, à colocação de DIU pelo SUS, à Educação Sexual de qualidade, etc.).

Além disso, também já apontamos que a literatura ressalta para uma recorrente invisibilização dessas mulheres dentro de serviços de saúde, assim como grande despreparo dos/as profissionais em atendê-las levando em conta as especificidades de prevenção no que tange à relação sexual. Alves, Moreira e Prado (2020) corroboram essa perspectiva em trabalho recente, apontando ainda a problemática da forte ofensiva conservadora na política atual e os entraves que isso gera no acesso aos (poucos) direitos dentro da saúde conquistados por essa população ao longo dos anos.

Os (as) autores (as) apontam que, apesar de alguns avanços conquistados pelos

movimento lésbico e bissexual até o ano de 2014, esse caminho se mostrou cheio de entraves na efetiva implementação das políticas e dos planos nacionais voltados para o cuidado em saúde dessas mulheres. [...] os avanços nas políticas públicas foram insuficientes para a melhoria no cuidado oferecido às mulheres lésbicas e bissexuais (Alves; Moreira; Prado, 2020, p. 146).

Após a redemocratização do país e criação do Sistema Único de Saúde (em 1990), a saúde passa a ser direito social assegurado no país, sendo as políticas públicas alicerçadas em duas pautas - que inclusive reforçam a invisibilidade lésbica: o viés materno-infantil (que perdurou até meados dos anos 1980) e a epidemia da AIDS. Lésbicas, por não se enquadrarem nos padrões relacionais heterossexuais, não eram relacionadas às questões da maternidade, assim como fora de risco de contrair AIDS, já

que a relação sexual entre mulheres era vista como “preliminar” do sexo heterossexual. Nesse cenário, mulheres fora da norma “não existiam” e as políticas criadas nesses alicerces tomavam a mulher segundo sua “função biológica fundamental”, que era a reprodução, incentivando à maternidade e ignorando a autonomia desses corpos. Isso prevaleceu até os anos 80, com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que apesar de romper com a lógica da maternidade “compulsória”, ainda era voltado para questões de contracepção. O movimento feminista, inclusive, recebia já duras críticas por não considerar na luta de pautas a diversidade de mulheres, como se a mulher branca fosse universal para pensar a criação de políticas que não abarcavam mulheres às margens (como lésbicas e negras, por exemplo) (Alves; Moreira; Prado, 2020).

Nota-se que por mais que o ativismo dentro do movimento lésbico tenha conseguido ganhar espaço em algumas frentes ao longo da história - por exemplo nos anos 90 ao se aliar ao Programa Nacional DST/Aids (PN-DST/Aids), gerando a construção de uma seção voltada à essas na Política Nacional de atenção à Saúde da Mulher (Pnaism); a organização dos Seminários Nacionais de Lésbicas (Senale), com sua primeira edição em 1996; um olhar acadêmico voltado à saúde dessa população com o lançamento de Facchini e Barbosa em 2006; a publicação pelo Ministério da Saúde da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2012; o marco da inclusão da orientação sexual e identidade de gênero como “determinantes sociais de saúde” nas Conferências Nacionais de Saúde, em 2003 e 2007; a publicação em 2014 pelo Ministério da Saúde do livreto de Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, etc. -, as pautas que reivindicavam um olhar mais atento às questões de vulnerabilidade em saúde de mulheres lésbicas e bissexuais até hoje seguem secundarizadas, invisibilizadas e muitas vezes ignoradas como demandas fundamentais dessa população específica e implementação de políticas específicas de ação, como pontuam os autores ao verificar publicações mais recentes, que discutem a evasão das mulheres lésbicas e bissexuais dos serviços de saúde, assim como a incipiência de dados epidemiológicos, escassez de produções acadêmicas, vulnerabilidade ao câncer de colo de útero e de mama e despreparo profissional no atendimento, onde a literatura muitas vezes se pauta em dados internacionais pela falta de dados nacionais (Alves; Moreira; Prado, 2020).

É possível analisar que somente na precarização das vidas de mulheres lésbicas e bissexuais é que produzimos uma política de cuidado. Política que está posta nos documentos, mas que nem sequer chega como informação para essas mulheres, considerando-se a veiculação de informação como uma ferramenta fundamental na manutenção de hierarquias já postas. Além disso, tamanha a abjeção desses corpos, que profissionais de saúde não compreendem essa forma de vivenciar a sexualidade como legítima para acessar algum tipo de cuidado (Alves; Moreira; Prado, 2020, p. 156).

No relatório de 2023 da Agenda Mais SUS (IEPS; Umane; Instituto Veredas, 2023), os dados corroboram o que foi discutido até aqui: há um cenário forte de discriminação à pessoas LGBTQIAP+ no acesso à saúde, abarcando desde má conduta dos profissionais à ausência de acolhimento, negligência, omissão e conotações preconceituosas e estigmatizantes, que desemboca em receio de procura aos serviços pela chance de sofrer preconceitos e violências. Os avanços mais notáveis citados se limitam às questões de IST e HIV/Aids, em que “protocolos clínicos, materiais de educação permanente e tecnologias foram desenvolvidas, inclusive as profilaxias pré e pós exposição e as campanhas de testagem” (p.1). É possível notar que até mesmo a quantificação da existência de mulheres lésbicas e pessoas LGBTQIAP+ é uma novidade na área da saúde, já que

Em 2019, pela primeira vez, a Pesquisa Nacional de Saúde incluiu uma pergunta sobre a orientação sexual dos entrevistados, mas os dados podem estar subnotificados devido ao estigma e o preconceito da sociedade, que podem levar ao desconforto e insegurança em declarar a orientação sexual. Na Pesquisa Nacional de Saúde: Orientação sexual autoidentificada da população adulta, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declararam como lésbicas, gays ou bissexuais. Desse total, 1,8 milhão (1,2%) se declarou homossexual, e 1,1 milhão (0,7%) se declarou bissexual. 1,7 milhão de pessoas (1,1%) declarou não saber responder à questão e 3,6 milhões (2,3%) se recusaram a responder. 100 mil (0,1%) das pessoas entrevistadas declararam se identificar com outras orientações, a maioria como pansexual ou assexual (IEPS; Umane; Instituto Veredas, 2023, p. 2).

Ressalta-se que o Ministério da Saúde realizou apenas uma única edição do Seminário Nacional de Saúde LGBT foi a única edição promovida pelo Ministério da Saúde, em 2013. Posterior a isso, houve a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2016 (a última), que elaborou várias “recomendações em torno de ampliar o acesso a serviços de saúde e capacitar os recursos humanos para melhor acolher a população

LGBTQIA+. No entanto, praticamente nenhuma das recomendações foi acatada pelo Ministério da Saúde passados 5 anos” (p.3).

Nota-se um avanço a passos muito lentos quando se fala na elaboração e implementação de políticas voltadas às mulheres lésbicas e sáficas e o desconhecimento tem implicações práticas, pois as que acessam os serviços de saúde acessam profissionais despreparados -desconhecendo as demandas específicas dessas mulheres, que muitas vezes não dizem sua orientação sexual, sofrendo desde rapidez no atendimento até ausência de solicitação de exames que consideram necessários (IEPS; Umane; Instituto Veredas, 2023).

Outra conquista considerada importante - e já citada aqui - no que tange à saúde de mulheres lésbicas (e de pessoas LGBTQIAP+) é a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI/LGBT+), que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2009 e publicada em 2011. Porém, mesmo que ela exista no papel, o próprio Ministério⁴⁶ não possui “área técnica responsável pela articulação de tal política” (p.4). No relatório, pautado na análise de diversas revisões bibliográficas, é reforçada a necessidade da formação continuada voltada ao preparo dos profissionais da saúde para reflexão e entendimento sobre as transversalidades (ex.: raça, classe social, gênero, etc.) no atendimento de pessoas LGBTQIAP+ (ex.: não assumir heterossexualidade, uso de linguagem inclusiva e nome social, etc.), assim como para implementação desses conhecimentos visando diminuição de barreiras, estigmas, preconceitos, vulnerabilidades gerais e promovendo atendimento focado nas questões específicas dessas populações, evitando assim a evasão destas dos serviços de saúde (IEPS; Umane; Instituto Veredas, 2023).

Mello (2014), investigou os aspectos que afastavam e/ou aproximavam mulheres lésbicas e bissexuais a buscarem os serviços de saúde - especificamente as Unidades de Saúde da Família de Recife - analisando o discurso dos profissionais atuantes nesses serviços (médicos, enfermeiros e agentes comunitários). Segundo a autora, as ações nas unidades de saúde da família eram majoritariamente feitas para mulheres e acessados por elas, sobretudo àquelas adultas, mães e heterossexuais (visando aspectos reprodutivos e a maternidade). Assim, as demandas específicas de mulheres que se relacionam com mulheres eram invisibilizadas, muito por se assumir a heterossexualidade da população

⁴⁶ Que no governo de 2018 a 2022 estava situado no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), chefiado pela ex- ministra da extrema direita Damares Alves.

atendida (a não ser em caso de desfeminilização, em que se assumia a homossexualidade) e por habitar no senso comum a ideia de que a relação sexual entre mulheres não necessitaria de métodos de barreira para prevenção de IST (“porque uma relação sexual inválida e supostamente sem penetração, logo seria sem risco de contaminação”).

Os entrevistados relataram dificuldades em saber como proceder no atendimento às mulheres não heterossexuais, já que não tiveram preparo para isso nem na formação acadêmica e nem laboral. A autora também aponta que apareceram três tipos de atitude em relação a temática da homossexualidade, sendo de rejeição (atrelada ao discurso moral e religioso), de tolerância (admitindo a existência, mas achando que ela deve ser privada) e de aceitação (reconhecimento da diversidade e discurso de igualdade). Por fim, destacou a necessidade da organização dos serviços de saúde e preparo dos profissionais para uma escuta, acolhimento e atendimento qualificado (Mello, 2014).

Pinto (2014) realizou um estudo transversal, realizado no Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids de São Paulo, com 145 mulheres⁴⁷, e objetivou verificar os aspectos epidemiológicos das IST nessa população. Nos resultados, 79, 9% das participantes informaram ter parceira fixa e no histórico de IST 38,6% alegaram ter tido, sendo 62,5% apenas uma IST, 26,9% duas IST e 5,3% três IST - onde as mais referidas foram *Candida Albicans* (44,6%); HPV (25,0%); Herpes genital (21,4%); *Trichomonas vaginalis* (17,8%); Vaginose bacteriana (8,9%)⁴⁸; HIV (7,1%). Outros pontos verificados foram o uso de acessórios sexuais (confirmado por 33,1% das participantes) - de forma individual (54,2%) e de forma compartilhada (45,8%), assim como a troca do preservativo no uso compartilhado desses acessórios, confirmado por 54,5%; Ainda, 12,4% afirmaram que fizeram sexo com parceria sabidamente HIV(+).

Em relação ao uso de métodos de prevenção, 45,5% informou usar preservativo em todas as relações sexuais com homens em contraponto a apenas 2,1% que afirmaram usar preservativo em todas as relações sexuais com mulheres. Entre os motivos citados para o não uso de preservativo, as participantes responderam que “ não viu necessidade” (42,4%), “confiança na parceira (17,3%) e “desconhecimento” (16,5%), corroborando

⁴⁷ As características sociodemográficas das mulheres participantes abarcavam: 40% tinham entre 30 e 39 anos de idade; 64,1% eram brancas; 85,5% tinham emprego formal; tinham renda média de 5,5 salários mínimos (a média nacional na época era de 1,5 - e em São Paulo, 3,5); 31% possuíam curso superior completo (Pinto, 2014, p. 51).

⁴⁸ Vale ressaltar que, ainda que a *Candidíase* (ou infecção pela *Cândida Albicans*) e a *Vaginose Bacteriana* não sejam consideradas IST, “é devido a um desequilíbrio da flora vaginal, ressalta-se que alguns pesquisadores apontam que a prática sexual oro-genital ou vagina com vagina pode levar bactérias de uma mulher para outra, dentre elas a *Gardnerella* e um desequilíbrio da flora vaginal, causando a vaginose” (Pinto, 2014, p. 49-50).

estudos que apontam que há um desconhecimento sobre os riscos de contração de IST no sexo sem proteção entre mulheres, assim como na crença errônea da monogamia/parceria fixa como fator de proteção.

Em relação aos cuidados com a saúde, 46,9% afirmaram realizar consulta ginecológica anualmente em contraponto a 53,1% que não realizavam. Sobre testagem, 62,8% afirmaram terem realizado teste anti-HIV. Apesar da idade geral das participantes, quase 20% nunca havia feito exame papanicolau na vida ou não fazia há mais de 3 anos (15%). Outro ponto de vulnerabilidade que vale citar é que algumas participantes apresentaram a crença de que fazer sexo com a parceira menstruada (no início ou final dessa) diminuía o risco de infecção (cerca de 45%), então realizavam sexo sem proteção nesse período (Pinto, 2014).

De acordo com o Boletim Epidemiológico - HIV e Aids - do Ministério da Saúde (2023)⁴⁹, no Brasil, desde o ano de 1980 até junho de 2023, foram registrados 380.346 (ou 33,8%) de casos de Aids em mulheres. Transpondo algumas variáveis sobre os casos de aids na população, o boletim sinaliza que, apesar de até 2013 a maioria dos casos se dar na população branca, a partir de 2015 os casos na população preta e parda teve um grande aumento, abarcando entre as mulheres 61,1% dos casos em mulheres negras, sendo 13,8% de pretas e 50,3% de pardas, também aparecendo 28,7% em mulheres brancas; 1,1% em amarelas e 0,5 em indígenas. Em relação a idade, também no ano de 2022, novas infecções pelo HIV em mulheres entre 15 e 49 anos (considerada idade reprodutiva) representou 78,3% do total, apontando ser “importante o planejamento reprodutivo, a oferta de teste anti-HIV para a detecção precoce da infecção e o início de Tarv⁵⁰, a fim de evitar a transmissão vertical do vírus” (p. 14). Já os casos de mulheres acima de 50 anos passaram de 11,4% em 2012 para 20,3% em 2022. Em relação ao nível

⁴⁹ A saber, “o Boletim Epidemiológico HIV e Aids, do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (Dathi/SVSA/ MS), publicado anualmente, apresenta informações sobre os casos de HIV em gestantes/parturientes, puérperas e crianças expostas ao risco de transmissão vertical, de infecção pelo HIV e de aids no Brasil, regiões, estados e capitais. As informações apresentadas escrevem o perfil epidemiológico dessas doenças na visão dos indicadores de saúde mais relevantes. As fontes utilizadas para a obtenção dos dados incluem as notificações compulsórias de casos de HIV e aids no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e os registros de óbitos atribuídos à aids no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), além dos dados do Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (SisCel) e do Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siclom). É importante destacar que algumas variáveis, como a categoria de exposição, são analisadas exclusivamente com dados oriundos do Sinan, dada a ausência dessas informações em outros sistemas” (Brasil, Ministério da Saúde, 2023, p. 9). As taxas apresentadas se baseiam no número de casos a cada 100 mil habitantes.

⁵⁰ terapia antirretroviral.

de escolaridade, houve um alto percentual de casos com escolaridade ignorada, compreendendo 26% dos casos em 2022.

Nos casos com escolaridade informada, a maior parte “possuía ensino médio completo (35,9%) e superior incompleto ou completo (22,7%)”, e a proporção de casos com ensino superior completo e incompleto abarcou 6,9% em mulheres. O boletim aponta taxa zero de exposição predominante nos casos detectados de aids em mulheres bissexuais e homossexuais acima de 13 anos entre os anos de 2016 a 2023 (apontando um aumento porém entre os homens que fazem sexo com homens - HSH - entre 13 e 39 anos do sudeste no ano de 2022), onde a principal categoria de exposição é entre mulheres heterossexuais em todas as idades (mais de 80% dos casos) (Ministério da Saúde, 2023). Verificando as tabelas do boletim (p. 41), onde a taxa de exposição entre mulheres lésbicas e bissexuais é zero e entre mulheres heterossexuais têm números significativos, indaga-se se não há uma subnotificação (já que não existem métodos específicos de barreira para a relação sexual vulva com vulva), consequência da não declaração da orientação sexual pelo estigma social de orientações não heterossexuais (Brasil, Ministério da Saúde, 2023).

Andrade, Ignácio, Freitas, Parada e Duarte (2020) em seu estudo⁵¹ que objetivou verificar as variáveis das dimensões de vulnerabilidades no que tange às infecções sexualmente transmissíveis em mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM), com 150 participantes acima de 18 anos⁵². As autoras apontam a escassez de estudos nacionais que abarquem a saúde de MSM e que os existentes na literatura internacional não abarcam o conceito de vulnerabilidade. Alguns resultados interessantes da pesquisa foram a identificação de 71 (ou 47,3%) participantes com diagnóstico de alguma IST (sendo 45,3% com HPV, 2,0% com *Chlamydia trachomatis*, 0,7 com *Neisseria gonorrhoea* e 1,3% com tricomoníase e sífilis). Sobre questões relacionais, 73,3% não tinha união estável com parceira; 40,7% tiveram duas ou mais parceiras no último ano; 45,3% disseram que a última parceira havia tido relação sexual com homem, 46,7% apresentavam alteração da microbiota vaginal e 88% recebiam penetração vaginal nas relações sexuais.

⁵¹ A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2015 a 2017 por meio de questionário estruturado e exame de sangue e ginecológico para diagnóstico de *Chlamydia trachomatis*, *Neisseria gonorrhoeae*, *Trichomonas vaginalis*, papiloma vírus humano e coleta de sangue periférico para detecção de HIV, hepatite B e sífilis. Essa pesquisa compõe um estudo mais amplo desenvolvido em Botucatu-SP com apoio da FAPESP.

⁵² A saber, 42,7% com idade igual ou inferior a 24 anos e um quarto das mulheres (ou 25,3%) tinha cor da pele não branca.

Dentro de questões de percepção de vulnerabilidade e saúde, 56,7% não se percebia em risco de infecção por IST e 67,3% e risco de infecção pelo HIV; 88% delas não fazia uso regular de preservativo e 74,7% tinha histórico de relação sexual com homem na vida. Os resultados também mostraram que 42,7% não procuravam serviços para ações de prevenção; 46,7% não haviam realizado testagem para diagnóstico de IST; 19,3% não tinham conhecimentos básicos sobre IST; 10,7% possuíam antecedentes de IST; 24,7% tinham relação sexual no período menstrual e 21,3% haviam tido relação sexual com homem nos últimos 12 meses. Ainda nas questões sociais e de saúde, destaca-se que 58% disse ter sido vítima de preconceito; 47,3% não revelavam aos profissionais de saúde que faziam sexo com mulheres; 83,3% não recebeu informações sobre IST nos serviços de saúde; 50,7% revelou dificuldade no acesso à esses serviços (Andrade *et al.*, 2020).

As autoras destacam que os resultados apontam para uma falta de percepção risco de infecções nas relações entre mulheres e essa, quando existente, está associada à figura masculina; os resultados também demonstram uma dificuldade no acesso aos serviços de saúde (estrutura e organização), assim como uma invisibilização das questões específicas de risco e prevenção voltados à essa população (Andrade *et al.*, 2020).

Apesar de saber que tratar a questão da vulnerabilidade biológica em relação ao contágio de IST e HIV/Aids na população lésbica e sáfica não é necessariamente o todo, vale destacar o que a literatura traz sobre o tema, já que, mesmo que já comprovado o risco de contágio e inexistência e/ou difícil acesso à métodos de barreira específicos para o sexo vulva/vulva, não parece existir um caminho organizado para que esses métodos existam e sejam amplamente implementados.

Alguns outros dados interessantes a serem trazidos são da Projeto Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS⁵³, 2023), com estatísticas preocupantes no que concerne à saúde de mulheres e meninas, onde segundo o mesmo, no Brasil, só no estado de São Paulo foram notificados 6759 novos casos no ano de 2022 pelo Sinan (estado com maior número de novos casos). Também, “globalmente, 44% de todas as novas infecções por HIV ocorreram entre mulheres e meninas (todas as idades) em 2023”

⁵³ O UNAIDS “é um programa conjunto das Nações Unidas que tem como objetivo liderar e coordenar a resposta global à epidemia de HIV/AIDS. Criado globalmente em 1996, e com representação no Brasil desde 2002, o UNAIDS atua em estreita colaboração com os governos federal, estaduais e municipais, organizações da sociedade civil (OSC), redes de pessoas vivendo com HIV/AIDS, instituições acadêmicas e outras organizações parceiras. Essas parcerias têm o objetivo de fortalecer a resposta nacional ao HIV e acelerar o progresso na prevenção, tratamento e cuidados em relação ao HIV, a fim de acabar com a AIDS, como ameaça à saúde pública, até 2030.” Disponível em: <https://unaids.org.br/sobre-o-unaids/>.

(s/p.) e no mesmo ano, “semanalmente, 4 mil mulheres adolescentes e jovens com idades entre os 15 e 24 anos foram infectadas pelo HIV em todo o mundo”. (s/p.).

Outra questão interessante é o uso de métodos de prevenção como a PrEP⁵⁴, pois apesar do preservativo ser o método de barreira contra o HIV mais eficaz e de baixo custo, seu uso anda diminuindo ao longo dos anos, principalmente na população entre 15 e 24 anos, inclusive no sexo com parceiros não regulares. O uso da PrEP então seria um método de prevenção e/ou redução de danos, principalmente se pensarmos nas relações sexuais que não comportam o uso do preservativo como método de barreira. (UNAIDS, 2024).

O acesso rápido e mais amplo à PrEP pode reduzir drasticamente o número de novas infecções por HIV, especialmente entre pessoas de populações-chave e entre mulheres em áreas onde a incidência do HIV é atualmente alta. O número total de pessoas que usam PrEP oral aumentou de pouco mais de 200.000, em 2017, para cerca de 3,5 milhões, em 2023, mas está muito aquém da meta global de 2025 de 21,2 milhões de pessoas. Apenas as duas regiões da África Subsaariana estão progredindo para alcançar as metas de PrEP para 2025. Um medicamento de PrEP injetável de longa ação de seis meses, o lenacapavir, demonstrou eficácia extremamente alta na prevenção do HIV entre meninas adolescentes e mulheres na África. Se essa opção de PrEP for disponibilizada de forma rápida e acessível aos usuários em potencial, poderá representar um avanço para a prevenção do HIV (UNAIDS, 2024, p. 8).

É notável que na literatura encontrada, os estudos versam em sua maioria sobre vulnerabilidades e métodos possíveis de prevenção (adaptados), mas também com poucas informações acerca do que é possível realizar para diminuição das vulnerabilidades nas relações sexuais que envolvam vulvas.

Na dissertação de mestrado de Almeida (2023), do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - Infectologia e Medicina Tropical, da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo do estudo era analisar a implantação da PrEP no SUS antes e durante a pandemia de Covid-19 e para tanto, realizou-se monitoramento através do Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM) entre janeiro de 2018 e dezembro de 2021. Os dados dos usuários cadastrados no SICLOM foram analisados usando o software Stata, com resultados apresentados de forma descritiva. Os principais resultados mostraram que 2.353 usuários iniciaram a PrEP, dos quais 1.025

⁵⁴A Profilaxia pré-exposição ou PrEP abarca o uso de medicamentos antirretrovirais para prevenir a infecção do HIV.

permaneceram até o final do estudo, sendo a idade média desses de 33 anos; 53,97% se declararam brancos; 44,58% negros; 68,08% possuíam 12 anos ou mais de escolaridade; 75,22% se identificaram como homossexuais/gays/lésbicas; 86,23% como homens cis; 11,26% como mulheres cis. Nos fatores de vulnerabilidade, destacaram-se 48,90% que faziam uso de álcool; 28,45% que faziam uso de drogas ilícitas e 9,57% que faziam sexo transacional⁵⁵.

Sobre o uso de preservativos e saúde sexual, no primeiro atendimento, 10,62% dos usuários não utilizavam preservativo em todas as relações sexuais e no último atendimento, houve aumento para 23,22% o número de usuários que não faziam uso consistente de preservativo. Apesar do aumento no uso de álcool e drogas, a adesão ao tratamento não foi afetada e a eficácia da PrEP foi confirmada - com apenas um usuário diagnosticado com HIV. O estudo revela a importância da PrEP no contexto da saúde pública e sugere que, apesar das dificuldades impostas pela pandemia (com uma baixa no cadastro de novos usuários no ano de 2020), a PrEP continua sendo uma ferramenta eficaz na prevenção do HIV, destacando também a necessidade de continuar a monitorar e ajustar as políticas de saúde para melhorar a adesão e a eficácia dos programas de prevenção (Almeida, 2023).

Apesar do estudo não ser específico sobre mulheres lésbicas, a PrEP é uma alternativa pouco difundida de método de prevenção ao contágio de HIV entre mulheres com vulva que tem relações sexuais sem métodos de barreira, inclusive disponível pelo SUS (por exemplo pelo Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA, serviço gratuito da prefeitura, onde é possível fazer testagem e agendar consulta com infectologista para verificar a possibilidade de uso da PrEP).

Na dissertação de Lima (2016), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, o estudo objetivou analisar a vulnerabilidade e as práticas preventivas frente às IST nas relações afetivo-sexuais de mulheres lésbicas. Os dados foram coletados através de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada (método bola de neve). Participaram do estudo 18 mulheres lésbicas com idades entre 19 e 42 anos (com média de 26 anos), em sua maioria cursando o ensino superior (44,4%) ou com esse já concluído (50%); 33,3% tinham renda de até três salários mínimos e 55,5% estavam empregadas. A primeira relação sexual com outra

⁵⁵ Sexo transacional diz respeito a relações sexuais em que a troca de sexo é vinculada a uma transação econômica ou material (podendo ser dinheiro, bens ou outros tipos de benefícios).

mulher variou entre os 14 e 28 anos (média de 17 anos); 83,3% estavam atualmente em um relacionamento afetivo-sexual monogâmico com outra mulher. Sobre o uso dos serviços de saúde, 66,7% utilizam serviços de saúde da rede privada e 50% realizaram a última consulta ginecológica há aproximadamente um ano.

Os resultados das análises das entrevistas apontaram para uma consciência maior sobre os riscos de contágio de IST nas relações sexuais vulva com vulva, apesar de prevalecer uma ideia errônea de menor vulnerabilidade associada a ausência de contato sexual com homens (nesse caso, pessoas com pênis). As participantes expressaram preocupação com a falta de métodos específicos voltados para as suas relações sexuais, citando métodos adaptados inadequados - como o uso de plástico filme, e camisinha lingual, além da dificuldade de acesso e eficácia de métodos como a camisinha interna (anteriormente chamada de “feminina”). As participantes também relataram falta de informações claras a respeito de prevenção, falta de métodos que contemplem uma prevenção eficaz nas relações sexuais que envolvem vulva (Lima, 2016).

Darc (2019) realizou um levantamento sobre a saúde de lésbicas, bissexuais e transsexuais, utilizando um questionário com 13 questões divulgado em grupos LGBT de uma rede social. Ela obteve 91 repostas, preenchidas por mulheres cis e homens trans entre 16 e 43 anos de várias partes do Brasil. Dos participantes, 70% eram mulheres bissexuais, 24% lésbicas e 4% eram homens trans. Sobre visitas ao ginecologista, os dados revelaram que 94% dos participantes já haviam realizado pelo menos uma consulta ginecológica na vida (100% dos homens trans; 97% das mulheres bissexuais e 86% entre as mulheres lésbicas); sobre o acolhimento no atendimento com essa especialidade, apenas 58% se sentiram acolhidos pelo profissional, tendo sido relatado até falas transfóbicas, homofóbicas e descaso no tratamento de IST contraída por conta da orientação sexual. Sobre o conhecimento de métodos de prevenção, 56% afirmou ter conhecimento de métodos preventivos para o sexo entre vulvas, porém apenas 4 participantes afirmaram utilizar algum desses métodos.

O livro ainda traz relato de pessoas que se relacionam com mulheres que passaram em atendimentos médicos ginecológicos e explicitam as violências sofridas como consequência de um despreparo e descaso médico (como realização de exames invasivos de forma violenta, falta de exames pelo desconhecimento das formas de contágio no sexo entre vulvas, descaso, homofobia, entre outras situações). Algumas participantes ainda falaram sobre o conhecimento da adaptação de métodos de prevenção, mas o não uso pela dificuldade da não existência de métodos específicos (Darc, 2019).

Ketzer *et al.* (2022), realizaram pesquisa exploratória-descritiva com participação de 10 mulheres lésbicas com idade entre 18 e 40 anos que eram atendidas em serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) de uma capital do Sul do Brasil, tendo sido participantes de um grupo focal (em que se realizou a coleta de dados) visando a análise de seus relatos quanto acerca dos atendimentos à saúde sexual e reprodutiva em serviços de APS. A primeira informação relevante nos resultados é que “as mulheres relataram as dificuldades no enfrentamento do preconceito/homofobia permanentemente vivenciados nos mais diversos contextos” (p. 4). Os relatos das participantes denunciaram, entre outras coisas: a heterossexualidade compulsória como algo notável na forma de tratamento de alguns profissionais de saúde; a falta de conhecimento social e dos profissionais de saúde acerca das práticas sexuais entre mulheres e métodos de prevenção de agravos à saúde nessa população; negligência e falta de resolução das demandas, etc. Segundo os autores, “práticas de saúde, reguladas por uma abordagem heteronormativa, restringem a oferta de serviços e de orientações às mulheres lésbicas. Dúvidas, tabus e preconceitos permeiam esse cenário assistencial” (p.5).

Lúcio, Zerbinati, Bruns e Souza-Leite (2019) apontam que há uma escassez de literatura que abranja a saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais, colaborando para que esse grupo permaneça marginalizado e vulnerável ao contágio de IST e HIV/Aids e, sendo assim, realizaram uma revisão integrativa da literatura (nacional e internacional, sem intervalo temporal definido), visando verificar as produções acadêmicas acerca da saúde sexual de mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM). Nos resultados foram selecionados apenas 16 artigos que atendessem aos critérios de pesquisa, sendo 15 deles internacionais. Três categorias prevaleceram entre os trabalhos selecionados, sendo elas (a) “Conhecimento de MSM quanto à transmissão das IST e HIV/Aids”, (b) (1) “comportamentos sexuais de MSM” e (c) “especificidades no Cuidados à saúde da mulher lésbica e/ou bissexual” (p. 1473).

Os autores indicam que, na literatura encontrada, existe uma falsa crença entre as MSM de que a prática sexual entre mulheres monogâmica é segura em relação à contágio por IST e HIV/Aids, informação equivocada, pois essa ideia, somada a falta de uso de proteção adequada na relação sexual, aumenta o risco de contágio nessa população. Dentre os maiores riscos de contágio por IST, uma das pesquisas apontou a prática de sexo oral sem proteção adequada e a “transferência de líquido vaginal”, principalmente quando há relação com múltiplas parceiras (Lúcio *et al.*, 2019). Os autores defendem a importância da existência de uma Educação Sexual emancipatória em todos os níveis do

ensino regular e especializado, salientando sua importância na formação e formação continuada de profissionais da área de educação e saúde.

[...] destacamos que a falta de conhecimento e pré-conceito acerca da vida sexual de mulheres lésbicas e/ou bissexuais resultam em comportamentos de exposição e vulnerabilidade à mulher que faz sexo com mulheres. Precisamos indagar acerca da possibilidade da existência desses preconceitos e/ou estigmas por parte, inclusive, da comunidade científica, seja da área da saúde e/ou educação, a respeito da saúde sexual e das vivências afetivo-sexuais de mulheres lésbicas e/ou bissexuais será a invisibilidade das relações afetivo-sexuais e da saúde sexual dessas mulheres, ou mesmo de suas parceiras, fruto de uma dificuldade para a quebra da lógica sexual cisheteronormativa dos pesquisadores? O mundo científico estaria refletindo, simplesmente, uma dificuldade maior, de toda a sociedade, de aceitação da afetividade e sexualidade da mulher lésbica? (Lúcio *et al.*, 2019, p. 1475).

Nota-se que existe uma lacuna no que tange aos conhecimentos e produções acerca das práticas sexuais e métodos de prevenção voltados para mulheres lésbicas, sáficas e mulheres que fazem sexo com mulheres. A Educação Sexual pode e deve ser usada como forma de incluir temas da diversidade no cotidiano das pessoas, visando desconstruir preconceitos e tabus e problematizar padrões e normas sociais impostas a todos como “corretas”.

1.4.1 Métodos de prevenção para sexo entre vulvas

Até aqui ficou evidente que existe uma escassez no que tange à reflexão, pesquisa, criação, implementação/distribuição e disseminação de métodos que sejam efetivos e feitos para prevenção no sexo entre vulvas. As obras que citam materiais que são possíveis usar (mesmo que adaptados e/ou não necessariamente de barreira) são pouquíssimos, mas traremos aqui as informações encontradas. Lembrando que estamos falando de materiais e métodos em território nacional, pois mesmo que possam existir métodos mais atuais fora do país, a população que estamos interessados é a brasileira, pensando, principalmente, na questão do acesso a esse tipo de material.

No livro de Darc (2019), “Vem cá”, que trata de saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais, a autora nos dá alguns recursos que podem ser usados como métodos de prevenção à infecções, que tipos de infecções existem - suas formas de transmissão, sintomas e tratamentos - e também “boas práticas” no sexo entre vulvas. Apesar do amplo desconhecimento no senso comum e até mesmo entre a classe médica (como a autora apresenta em relatos em seu livro), as IST mais conhecidas são passíveis de transmissão

no sexo entre vulvas, sejam elas bacterianas, virais e/ou fúngicas - como gonorréia, sífilis, clamídia, herpes, HPV, HIV, candidíase vaginal e tricomoníase - sendo todas muito comuns - transmitidas através de sexo sem proteção - e tendo seus sintomas e tratamentos específicos.

Sobre boas práticas, a autora brevemente comenta sobre a importância de cortar as unhas para evitar o acúmulo de sujeira e bactérias nas mãos, assim como risco de arranhões e lesões que podem facilitar infecções; conhecimento do próprio corpo para notar possíveis alterações (de lubrificação, odores, coceiras, lesões, etc.); uso de preservativo externo em brinquedos sexuais compartilhados (e troca do preservativo a cada troca de usuária), uso de luvas, preservativo externo e/ou dedeiras para penetração com os dedos; e adaptações conhecidas para o sexo oral com o recorte de preservativo externo ou uso do *Dental Dam*⁵⁶ (que é uma folha cirúrgica usada por dentistas), criando uma barreira física entre a mucosa da boca e da vulva (Darc, 2019).

Em matérias na internet, a falta de métodos de prevenção no sexo entre vulvas é tema discutido. A falta de disponibilidade desse tipo de material e as adaptações (famosas gambiarras) também aparecem como meio de tentar prevenir infecções. Sahd (2019), em matéria para o site *Clue*⁵⁷, discute que “em algumas situações pontuais como a posição da tesoura (vulvas encaixadas), [...] o contato entre mucosas pode transmitir infecções e não há no mercado dispositivos de proteção para todas as mucosas femininas” (s/p). Já sexo vulva-boca, a proteção indicada como “mais viável é o uso do *Dental Dam*, que mede cerca de 15x15cm e é feito de látex, podendo ser utilizado como barreira entre os órgãos durante o sexo oral. A adaptação do corte do preservativo externo para fazer essa “folha” protetora também é uma opção de adaptação, que apesar de mais “trabalhosa”, tem uma alta disponibilidade em farmácias e postos de saúde.

O sexo dedo-vulva, dedo-ânus e suas variações, assim como o uso de brinquedos sexuais são passíveis de cuidados, O contágio pelo sangue (cortes e machucados) possibilitam o contágio de HIV, hepatite B ou C, devendo-se lavar as mãos sempre antes e após a uso dos dedos na parceira e/ou fazendo o uso de luvas. Em relação aos brinquedos, o ideal é a troca do preservativo nos usos alternados entre vulvas (ou entre

⁵⁶ Em busca rápida online vimos que o produto (dentre as poucas opções de compra) custa uma média de R\$35,00 com apenas três unidades e uma média de R\$350,00 com 30 unidades (sem as taxas de entrega), sendo uma opção de método adaptado mais custosa e de difícil acesso para a população em geral.

⁵⁷ A matéria se intitula “Aprenda a se prevenir de ISTs no sexo lésbico”, publicada em 2019 pela jornalista Luiza Sahd e revisada pela médica ginecologista e obstetra Giordana Braga. A matéria completa pode ser lida em <https://helloclue.com/pt/artigos/sexo/aprenda-a-se-prevenir-de-ists-no-sexo-lesbico>.

vulva/anus) e/ou higienização desses com álcool 70. Outro método que não deve ser deixado de lado é fazer exames de rotina (como testagem e papanicolau) (Sahd, 2019).

Em vídeo no Magix Portal (página do Instagram) para o dia da visibilidade lésbica, Marcela Mc Gowan⁵⁸ fala sobre a falta de informações sobre a temática do sexo entre vulvas, inclusive entre a classe médica. A médica conta algumas práticas que podem ajudar em relação a prevenção de IST, sendo: auto-observação, que inclui conhecer o próprio corpo e notar secreções diferentes, lesões e/ou verrugas, entre outros., além de observar esses mesmos caracteres no corpo de pessoa(s) com quem se relaciona sexualmente; uso de barreiras, como luvas, *Dental Dam*, corte do preservativo externo; uso e troca do preservativo nos brinquedos sexuais; testagem periódicas (a cada três ou seis meses) e “troca de testes” com parceiras; realização de exame preventivo; vacinação contra HPV; evitar escovar os dentes antes da relação sexual (oral) - evitando que haja feridas na boca que facilitem a infecção; manter as unhas curtas e limpas; redobrar os cuidados ao ter relações sexuais no período menstrual (pois o contato com sangue facilita infecções) (Mc Gowan, 2024).

Diante do exposto, propôs-se esta pesquisa, cuja justificativa e objetivos, apresentamos na seção seguinte.

⁵⁸ Marcela é ex-participante do BBB 20, ginecologista obstetra, digital influencer e mulher sáfica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do estudo permitiram verificar uma variedade de experiências e vivências em relação à sexualidade de mulheres lésbicas e sáficas, que em sua maioria, nos mostrou que a identificação com a orientação sexual é vivida de forma semelhante num sentido de escassez de referências positivas com identidades dissidentes no curso do desenvolvimento, assim como uma falta de informações e aprendizagens no que tange à ES voltada a essas populações, tanto no contexto familiar quanto escolar, comunitário e até mesmo mais amplo e globalizado, como as mídias. Dessa forma, os processos de ES não pareceram, segundo os relatos das mulheres, ter grandes contribuições para práticas de sexo seguro de pessoas com vulva, tanto por muitas vezes não serem abarcados aspectos específicos desse tipo de relação sexual – ou seja, uma intensa invisibilização das orientações sexuais não cisheterossexuais -, quanto por uma inexistência de métodos de prevenção voltados para esse fim, conseqüentemente fazendo com que as práticas e informações que as participantes têm sobre práticas sexuais seguras tenham sido buscados por elas (quando existentes).

Consideramos, mediante análise da literatura e dos relatos das participantes, que a heteronormatividade – intensamente estabelecida em nossa sociedade, e a inviabilização das populações fora da norma – incluindo aí mulheres lésbicas e sáficas-, contribui para que os processos em ES (que em si já são escassos), acabem sendo muitas vezes recursos usados para manter uma norma social vigente ao invés de problematizá-la e ter um viés crítico e pautado na diversidade e na inclusão. Conseqüentemente, por mais que a sexualidade ainda seja em muitos aspectos um tema tabu, atualmente consegue entrar em alguns espaços (principalmente educativos), mas na forma de recurso de controle e padronização de corpos e vivências – por exemplo, reforçando estereótipos e papéis binários de gênero, corroborando com a ideia da família cishétero nuclear reprodutiva como única possibilidade de vivência, etc.

Mais especificamente, diante dos dados, podemos considerar que a maioria das nossas participantes, autodeclaradas lésbicas ou sáficas tem familiares que sabem de sua orientação sexual dissidente (considerando serem a maioria jovens adultas e isso já algo mais possível, esperado). Entretanto, poucos familiares participaram e/ou participam da Educação Sexual dessas mulheres e quando o fazem oferecem informações limitadas e insatisfatórias.

A Educação Sexual relatada na Escola, formal e informal, reproduz um referencial vigente voltado a toda a população: repleto de tabus, marcado pela invisibilidade da diversidade sexual do corpo docente, considerando a questão de gênero como algo problemático, pautado – quando existe o trabalho de ES nas instituições escolares - na abordagem biológica e organicista, carecendo de discussões sociais, históricas e críticas sobre o conceito mais amplo de sexualidade e a formação integral e diversa do ser humano.

As experiências de aprendizado sobre sexualidade das participantes ocorreu (e ocorre) pelas parcerias amorosas e relações de amizade, quando há possibilidade de conversas e troca de experiências, mas também prevalecem desinformações e a necessidade de busca por saberes (que ocorre muitas vezes de forma independente e autônoma). Na mesma direção a mídia, como uma poderosa instituição educativa apareceu - nos relatos- com a ambiguidade de, por um lado reproduzir estereótipos da mulher lésbica (“encalhada”, “mal amada”, “feia”, “preterida pelos homens”) e, por outro, um lugar de apoio e troca de experiência, sobretudo, pelos *streamings* e aplicativos fora da TV aberta, já ultrapassada entre os jovens com o avanço da tecnologia.

Os cuidados com a saúde sexual mostraram-se precários porque pairou uma desinformação e silenciamento em todos os discursos - pedagógicos (nas escolas), familiares (até mesmo nas mães que sabiam que elas filhas eram lésbicas e/ou que se relacionavam com mulheres), médicos (não se fala sobre isso ou quando se fala é que não há necessidade de prevenção com o uso de preservativos, por exemplo...), nas mídias com representações jocosas e/ou rasas e narrativas que sempre colocam as vivências lésbicas e sáficas de maneira superficial ou trágica (“amor impossível”, morte de personagens e até mesmo um retorno à heterossexualidade compulsória em muitos casos).

A heteronormatividade é preceito constante, repetitivo e prescritivo em todos os discursos educativos sobre sexualidade, seja na família, na mídia e na escola e é difícil escapar desse modelo, principalmente, quando há uma invisibilidade da questão dissidente que mascara o risco e aumenta a vulnerabilidade: mulheres que fazem sexo com mulheres não são educadas a se prevenirem contra IST nem a gravidezes indesejadas (e nem à violência doméstica).

Políticas públicas, processos de Educação Sexual, dentre outras propostas não consideram as especificidades inerentes, tais como investimento em pesquisa e criação de métodos voltados para o sexo entre vulvas, capacitação de profissionais da educação e da saúde voltados à diversidade,

Diante deste cenário, podemos concluir que:

- (a) A Educação Sexual informal e formal não difere quando o público é heterossexual ou de outras orientações sexuais, generalizando um modelo ainda limitado de ES biológica e orgânica em um processo cisheteronormativo que não auxilia na prevenção em saúde sexual para a população lésbica e sáfica (especificamente no sexo vulva/vulva);
- (b) A mídia costuma inserir o uso de preservativos externos para incentivar jovens heterossexuais, sobretudo em campanhas na época do carnaval, e nunca se falou sobre prevenção em parcerias entre mulheres com vulva – que necessita de um método de prevenção específico;
- (c) Filmes, livros, novelas e séries deveriam abordar essa temática com seriedade e frequência para a questão vir à tona e à discussões;
- (d) Políticas públicas não devem mais silenciar-se e devem aplicar propostas educativas com pesquisas na área e divulgação de materiais como folder, cartilhas, campanhas, etc.;
- (e) Processos de Educação Sexual formal nas escolas devem propor essa discussão em seus conteúdos, saindo de uma normatização dos corpos e orientações sexuais;

Como toda pesquisa qualitativa, nossos dados não são generalizados a população, até mesmo porque não fizemos testes estatísticos da parte quantitativa. Mas consideramos expressiva a contribuição que os dados ofereceram para nos possibilitar uma boa reflexão sobre a lacuna que essa temática tem atualmente. Tanto por parte dos(as) profissionais envolvidos na Educação Sexual (Psicólogos/as, Educadores/as, Enfermeiros/as, etc.), como as próprias mulheres que fazem sexo com outras mulheres, que nunca se valeram de recursos e informações destinadas à sua realidade.

Outros estudos podem aprofundar a questão, talvez com entrevistas ou outros métodos de coleta de dados; também ouvindo os(as) próprios(as) profissionais da saúde sobre a demanda dessa população nos centros de saúde, como lidam com as queixas e diagnósticos de infecções e com ações preventivas, etc. Ou ainda comparar a própria população pela idade, por exemplo, seriam as jovens de 15 anos mais vulneráveis que as mulheres de 40 anos? Ou, ainda, analisar outras interseccionalidades que, neste estudo, deixamos por fazer: classe e raça/etnia, tão importantes a serem consideradas na questão da vulnerabilidade.

Outra possibilidade, ainda, seria a elaboração e a divulgação de um material acessível, tipo cartilha explicativa, reunindo informações sobre as possibilidades de métodos de prevenção (adaptados e/ou existentes em outros países e também práticas de prevenção/higiene que diminuam riscos) de fácil acesso e distribuição.

Enfim, esperamos que este estudo desperte no(a) leitor(a) o interesse pelo tema, as reflexões necessárias para a crítica à realidade e o desejo de contribuir para as mudanças necessárias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L.; SOARES, R. R. Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

ALMEIDA, V. S.; SILVA, V. D. O luto em famílias de indivíduos que fogem aos padrões heteronormativos. In: CASELLATO, G. (Org.) **Luto por perdas não legitimadas na atualidade**, São Paulo> Summus Editorial, 2020, pp. 58-72.

ALVES, I. G.; MOREIRA, L. E.; PRADO, M. A. M. Saúde de mulheres lésbicas e bissexuais: política, movimento e heteronormatividade. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 145-161, 2020.

ANDRADE, T. S. M. O relacionamento homoerótico na Grécia Antiga. **Faces da História**, v. 4, n. 2, p. 58-72, 2017.

ANDRADE, J.; IGNÁCIO, M. A. O.; FREITAS, A. P. F. D.; PARADA, C. M. G. D. L.; DUARTE, M. T. C. Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3809-3819, 2020.

ANGELO, L. K. G. *et al.* Influência familiar e de outras fontes de informações na construção dos conhecimentos dos adolescentes acerca da sexualidade. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 20433-20444, 2021.

AZEVEDO, E. A. de. **Bem me queer, mal me queer: pornografia e educação sexual na perspectiva de mulheres LGBT**. 2022. 54f. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-Graduação em Psicologia do comportamento desviante e da justiça. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Portugal). 2022.

BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, n. 2, p. 389-397, 2005.

BARBOSA, L. U. *et al.* O silêncio da família e da escola frente ao desafio da sexualidade na adolescência. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 12, n. 2, 2019.

BARBOSA, R. do N.; VIEIRA, F. G. A mulher indígena e a formação do povo brasileiro. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 15, n. 3-4, p. 331-344, 2021.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. 5ª Edição, Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTHOLOMEU, J. Escrivivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ao pensamento Social Brasileiro. **Pensata**, v. 9, n. 2, 2020.

BORTOLOZZI, A. C.; PASTANA, M.; DE CARVALHO, L. R. S. Educação Sexual na vida e nas escolas. In: BORTOLOZZI, A. C. (Org.) Educação Sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos. [livro eletrônico] Araraquara, sp: Padu Aragon, 2020. p. 11-30.

BORTOLOZZI, A.C. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**: Elaboração, aplicação e análise de conteúdo - Manual Didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BORTOLOZZI, A. C. **Sexualidade na infância**: Manual para educadores/as SP: Gradus Editora, 2022.

BORTOLOZZI, A. C. Questões de gênero no desenvolvimento humano: sexualidade na infância e adolescência de pessoas cisheteronormativas e LGBT. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; DE BOER, R. A. (Orgs). **Re)Existir, (Re)Inventar, Pesquisar: Entrelaçamentos De Corpos, Gêneros E Sexualidades**. Rio Grande, RS: Ed. FURG, 2022, p.316-332.

BRAGA, K. D. S.; RIBEIRO, A. I. M.; CAETANO, M. R. V. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, v. 33, p. 1-25, 2022.

BRANDÃO, E. R; LOPES, R. F. F. “Não é competência do professor ser sexólogo”: O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 100-123, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino de 1ª a 4ª Séries**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. **Glossário – LGBT**. Governo do Estado, Bahia. 2022. Disponível em: < <http://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/saude-de-todos-nos/saudelgbt/glossario-lgbt/>>. Acesso em: 19 Jan. 2022.

BRASIL. **Atlas da Violência 2021**. Rio de Janeiro-RJ, Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP] e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), 2021.

BRASIL. **Dados Sobre Estupro no Brasil**. Policy Brief – Em Questão – Evidências para Políticas Públicas, nº22. Rio de Janeiro-RJ, Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], mar., 2023. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/242/atlas-2022-policy-brief>>. Acesso em 21 jun, 2023.

BRASIL. **Mulheres lésbicas e bissexuais**: direitos, saúde e participação social. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS**. Número especial. Brasília: 2023.

BRUSCHINI, C.; BARROSO, C. Educação Sexual e prevenção da gravidez. In: IPLAN/IPEA; UNICEF; FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Gravidez da adolescência**. Brasília, 1986, p. 29-54. (Série Instrumentos para Ação 6).

CANCIANI, P.; GHISLENI, P. C. Desfazer o natural, desnaturalizar o feito: a heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. In: **Anais [...] I CONGRESSO NACIONAL DE BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, 2018. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/issue/view/202>>. Acesso em: 07 Jan. 2023.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, 2018.

CARNEIRO, S. Gênero raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-544, 1995.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. 2003. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2023.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em revista**, n. 35, p. 37-51, 2009.

CORREA, Y. “Cura gay” polariza eleição do Conselho de Psicologia; entenda a disputa. <Humanista> - Jornalismo e Direitos Humanos, 8 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2019/08/08/cura-gay-polariza-eleicao-do-conselho-de-psicologia-entenda-a-disputa/>>. Acesso em: 24 Jan. 2023.

CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **BIBLOS, [S. l.]**, v. 19, p. 19–24, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/249>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

COSTA, M. C. O. et al. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 2, p. 217-224, 2001.

COSTA, J. M. B. **Do lilás ao roxo: violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres**. 2013. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2013, 132p.

COZBY, P. C. **Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.

DA GAMA LIMA, L. L. Cultura do estupro, representações de gênero e direito. **Language and Law/Linguagem e Direito**, v. 4, n. 2, p. 7-18, 2017. Disponível em: <<http://aleph.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/3280>>. Acesso em: 12 jun, 2023.

DA SILVEIRA, A. C. T.; SCHNOR, A. C.; ROCHA, K. B. Percepções de Mulheres Lésbicas e Bissexuais sobre Risco e Estratégias Preventivas às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 1687-1708, 2022.

DARC, L. **Vem cá: vamos conversar sobre a saúde sexual de lésbicas e bissexuais**. 2ª Edição. São Paulo: Dita, 2019.

DIAS, M. K. N.; ZANDONADI, A. C. O papel da família e da escola no processo de educação sexual dos filhos. **Revista FAROL**, Faculdade Rolim de Moura, v. 7, n. 7, p. 132-143, 2018.

DE MELO, S. M. M.; VARELA, C. Educação sexual, crianças e mídias: algumas reflexões. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 341-356, 2015.

DE OLIVEIRA, E. L. de; REZENDE, J. M.; GONCALVES, J. P. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. **Revista Ártemis- Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades**, v. 26, n. 1, p. 303-314, 2018.

DE OLIVEIRA, M.; DOS SANTOS, J. B. F.; RAMOS, M. C. N.; DE OLIVEIRA, T. M. A. Invisibilidade, percalços e nuances da homossexualidade feminina. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 8, p. e28647-e28647, 2021.

DE SOUZA, L. Q. Violência entre casais de lésbicas: reflexões sobre os meios legais na Lei Maria da Penha. In: MEDEIROS, L. (org.). **As muitas faces da violência contra a mulher na perspectiva de gênero**. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020, pp. 124-140.

DO PRADO, V. M.; RIBEIRO, A. I. M. Homofobia e educação sexual na escola- Percepções de homossexuais no ensino médio. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, p. 137-152, 2015.

EUGENIO, A. C.; CABREIRA, L. G.; DA SILVA, P.C. mídia, educação e sexualidade: a criança e seu desenvolvimento. In: **Anais [...] II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL**. Universidade Estadual de Maringá, 2011.

FELICIO, L. A. Um projeto de educação sexual para o Brasil: o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1933-1945). In: **Anais [...] 26º Simpósio Nacional de História Associação Nacional de História (ANPUH)**, Faculdade de São Paulo (USP): São Paulo, 2011, p. 1-20.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade. **Londrina: UEL**, 2007.

FLORÊNCIO, R. S.; MOREIRA, T. M. M. Modelo de vulnerabilidade em saúde: esclarecimento conceitual na perspectiva do sujeito-social. **Acta Paul Enferm**, v. 34, n. 3, 2021.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**, v. 1. 13 ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1988.

FREITAS, D. A.; MOURA, N. S. V.; DE FIGUEIREDO CARNEIRO, N. N. F.; FERREIRA, A. C.; DE SOUSA LEITE, K. B.; SANDES, L. F. F.; RODRIGUES, K. A. Percepção de preconceito no acesso à saúde sob a perspectiva de minorias sexuais. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, v. 9, n. 2, p. 6-11, 2021.

GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. Sexualidade e adolescência: a Educação Sexual numa perspectiva emancipatória. **Educere et Educare**, v. 6, n. 11, 2011.

GARCIA, A. M. **A Orientação Sexual na Escola: Como os professores, alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola na orientação sexual.** Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2005. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90900>>. Acesso em: 30 agosto de 2021.

GATO, J. Identidade LGBTQIA+: Multidimensionalidade e discriminação ao longo da vida. In: GATO, J. (Coord.). **Manual de Intervenção Psicológica com Pessoas LGBTQIA+ - Uma perspectiva individual, familiar e comunitária.** Lisboa: Factor, 2024. (p.1-28)

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação Sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HILL, M. M; HILL, A. Investigação por questionário. 2a edição. **Lisboa: Edições Sílabo**, p. 52-58, 2016.

HJARVARD, S. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

IBDFAM. **STF extingue definitivamente ação contra Conselho Federal de Psicologia que buscava regularizar a "cura gay"**. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 28 de maio de 2020. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/7315/STF+extingue+definitivamente+a%C3%A7%C3%A3o+contra+Conselho+Federal+de+Psicologia+que+buscava+regularizar+a+%22cura+gay%22%22>>. Acesso em: 21 Jan. 2023.

IEG. Glossário LGBTQIA+. Instituto de Estudos de Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Santa Catarina, 2021. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/noticias/497>>. Acesso em 19 Jan, 2022.

IEPS; UMANE; INSTITUTO VEREDAS. Saúde da População LGBTQIA+. Rio de Janeiro: IEPS, 2023. Disponível em: <https://agendamais.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ieps-boletim03-saude-populacao-LGBTQIA.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2024.

JADEJISKI, R. R.; GOMES, M. V.; LIMA, A. R. Percepções e vivências LGBTQIA+ nas escolas. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 11, n. 23, p. 168-187, 2022.

KETZER, N., VIEIRA, L. B.; SCHNECK, C. A.; MAFFACCIOLLI, R.; STRADA, J.; PATUZZI G.; NORA, C. D. Saúde sexual e reprodutiva na Atenção Primária à Saúde: relatos de mulheres lésbicas. **Rev baiana enferm.** V. 36, 2022.

KIM, S.; FEYISSA, I. Conceptualizing “family” and the role of “chosen family” within the LGBTQ+ refugee community: A text network graph analysis. In: *Healthcare*. MDPI, 2021. p. 369.

KUMPERA, J. A. M. Lesbianidade e branquitude. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 8, 2019.

LESSA, P. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. 2007. 261 f. Tese (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/3411>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

LOPES, F. S. **O estrupo corretivo: as vertentes do preconceito contra as mulheres lésbicas**. (Trabalho de conclusão de Curso). Faculdade de Direito. São Luís: Centro Universitário UNDB, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.undb.edu.br/handle/areas/714>>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LÚCIO, F. P. S.; ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. T.; SOUZA-LEITE, C. R. V. Saúde sexual da mulher lésbica e/ou bissexual: especificidades para o cuidado à saúde e Educação Sexual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1465-1479, 2019.

MAIA, A. C. B. Reflexões sobre a Educação Sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 7, n. 1, p. 35-46, 2001.

MAIA, A.C.B. Orientação Sexual na Escola. In: RIBEIRO, P.R.M. (Org). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: arte & Ciência, 2004, p.153-180.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual. **Psicopedagogia On Line**, 2010.

MAIA, A. C. B, PIERO, M. F. O.; PIERO, A. M. O.; REIS, V. L. & CAPELLINI, V. L. M. F. Sexualidade de estudantes com deficiência: concepções de professores na formação continuada. **Interfaces Críticas**, v. 1, n. 1, p. 7-21, 2015.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. **Revista Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2011.

MAIA, A.C.B.; VILAÇA, T. A proposal for an in-service teacher training course on sexuality and disability based on a review and meta-analysis of intervention studies. In: L. Daniela (Ed.), **Innovations, technologies and research in education**, Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2018, pp.276-291.

MARQUES, A. M.; OLIVEIRA, J. M. de; NOGUEIRA, C. A população lésbica em estudos da saúde: contributos para uma reflexão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.

18, p. 2037-2047, 2013. Disponível em:
<<https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n7/2037-2047/pt>>. Acesso em: 12 Abr. 2024.

MC GOWAN, M. Estamos no mês da visibilidade lésbica e trouxemos um conteúdo muito importante que é a prevenção no sexo lésbico. Magix Portal, **Instagram**, 28 ago 2024. Disponível em:
<https://www.instagram.com/reel/C_N_PV7pFjx/?igsh=MW0wMDhtdzl0Z2t0NQ%3D%3D>. Acesso em 15 set. 2024.

MEDIUM. Quem são as sáficas? O que significa sáfica e porque eu acho que ele deveria ser mais popular no Brasil, 2019. Disponível em:
<<https://medium.com/@asvioletas/quem-s%C3%A3o-as-s%C3%A1ficas-1d85d30979ab>>. Acesso em: 04 Jan. 2023.

MELLO, A. P. L. Panorama da saúde das mulheres lésbicas e bissexuais no país: apresentação de dados existentes e indicadores da saúde (Painel I). In: BRASIL. **Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais**: relatório da oficina "Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais" realizada em Brasília de 23 a 25 de abril de 2014. Brasília, 2014.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. de; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, 2014. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 abri. 2021.

MISKOLCI, R. Comentário. Dossiê: sexualidades disparatadas, **Cadernos Pagu**, v. 28, Jun 2007, p. 55–63. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100004>>. Acesso em 25 Abr. 2023.

MIZAEL, T. M.; BARROZO, S. C. V.; HUNZIKER, M. H. L. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 38, p. 212-239, 2021.

MOCELLIM, A. A questão da identidade em Giddens e Bauman. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 5, n. 1, p. 1, 2008.

MOMBAÇA, J. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.

MORAIS, B. L. Corpos profanos: rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico. **Revista Textos Graduados**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/16378>>. Acesso em: 31 fev. 2023.

MOREIRA-FILHO, F. C.; MADRID, D. M. A Homossexualidade e a sua história. In: **Anais [...] IV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E III ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, v. 4, N. 4, 2008. Disponível em: <

<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1646>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MOTT, L. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOURA, S. L. O.; SILVA, M. A. M. D.; MOREIRA, A. C. A.; FREITAS, C. A. S. L.; PINHEIRO, A. K. B. Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021.

NOGUEIRA, G.; COLLING, L. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 390-395.

NUNES, C.; SILVA, E. **A Educação Sexual da Criança: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 2000.

NÚÑEZ, G. D.; DE OLIVEIRA, J. M.; DE SOUZA LAGO, M. C. Monogamia e (anti) colonialidades:: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, 2021.

OLIVEIRA, C. F. de. A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les Online**, [Lisboa], v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/20169>>. Acesso em: 09 Jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA UNESCO. **Orientação Técnica de Educação em Sexualidade para o cenário Brasileiro: tópicos e objetivos da aprendizagem**. Brasília: DF, 2014.

ORNELAS, C. O. C.; FROIS, J. M. F.; MOREIRA, M. A. N. P. **Saúde mental na população LGBTQIA+: o papel da relação familiar**. 45 folhas. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário UNA Ânima Educação, Betim - Minas Gerais. 2022.

PAES, F.; FREITAS, A. P. C. A mídia e as representações da sexualidade feminina. In: **Anais [...] VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO: letramento e pensamento crítico em comunicação, informação e educação**. 1. ed., Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12^a ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

PASTANA, M.; MAIA, A. C. B. Sexualidade, Gênero e Mídia: Projeto de Educação Sexual com estudantes de Comunicação e Psicologia. **Psicologia.com.pt**, v. -, p. 1--., 2013. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0712>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PEIXOTO, M. F.; CONCEIÇÃO, V. M. D.; SILVA, S. E. D. D.; SANTOS, M. A. D.; NASCIMENTO, L. C.; ARAÚJO, J. S. Compreensões hermenêuticas sobre as vulnerabilidades femininas pertencentes ao coletivo de lésbicas, bissexuais e

transexuais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/tfnRzD3FVNNf5Sh4368mXsJ/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 13 Jun. 2023.

PEREIRA, A. M. **Lesbianidade: um assunto muito familiar!**. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/976>>. Acesso em 20 ago. 2023.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, p. 116, 2018.

PINTO, V. Prevenção às DST/AIDS para mulheres que fazem sexo com mulheres – experiências, desafios e oportunidades In: BRASIL. **Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais: relatório da oficina "Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais"** realizada em Brasília de 23 a 25 de abril de 2014. Brasília, 2014.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.

QUIRINO, G.; DA ROCHA, J. B. T. Sexualidade e Educação Sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, v. 28, n. 43, p. 205-224, 2012.

UNAIDS. Estatísticas. Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). 2023. Disponível em: <<https://unaids.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNAIDS. A urgência do agora: A AIDS frente a uma encruzilhada. Genebra: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS; 2024.

RAMOS, T. M. N. Violência doméstica entre lésbicas e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. In: **Anais [...] 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. Brasília, out. 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1243>>. Acesso em 02 Jan. 2022.

REDAÇÃO; ABRIL. Elástica Explica: Termos Juvêlicos. Elástica. [Online]. Disponível em: <<https://elastica.abril.com.br/especiais/termos-juvelicos-genero-atraca-aquileano-safica/#:~:text=Por%20exemplo%3A%20um%20relacionamento%20entre,pode%20ser%20chamado%20de%20sáfica>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da Educação Sexual no Brasil. Em: RIBEIRO, P. R. M. **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. **Sexualidade e infância**, p. 17-34, 2005.

RIBEIRO, M. **Educação em Sexualidade** - conteúdos, metodologia e entraves. Rio de Janeiro: Wak ed, 2020.

RIBEIRO, M. (Org). **A conversa sobre sexualidade na escola**- da educação infantil ao ensino médio. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021. 300p.

RÜDIGER, F. Elementos para a crítica do jornalismo moderno: Conhecimento comum e indústria cultural. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 17, n. 3, p. 216-227, 2010.

SAHD, L. **Aprenda a se prevenir de ISTs no sexo lésbico**. Clue, 2019. Disponível em:<<https://helloclue.com/pt/artigos/sexo/aprenda-a-se-prevenir-de-ists-no-sexo-lesbico>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. Educação Sexual na escola. **Pediatria**, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39242838/Educacao_sexual_na_escola.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1516716894&Signature=9YYF%2FoKeJ80Shkp9fg80HUCOO84%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEducacao_sexual_na_escola.pdf>. Acesso em 23 Jan 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, V. T. N.; PIRES, R. G.; MACHADO, A. G. Existência invisível: uma revisão narrativa sobre as questões da sexualidade no espaço escolar. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 19, p. 47-69, 2019.

SANTOS, D. N. Formação de professores e homossexualidade: aspectos do e para o trabalho na escola. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília-RIPPMar**, v. 6, n. 2, 2020.

SANTOS, N. C. R.. Lesbofobia intrafamiliar e proteção social. In: **ANAIS [...] 12º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, v. 12, 2021, pp. 1-12.

SANTOS DE OLIVEIRA, J. A. O despertar da consciência da homoafetividade feminina. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDF. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/105/O+despertar+da+consci%C3%Aancia+da+homoafetividade+feminina>>. Acesso em 23 mar. 2023.

SCHWADE, E. Heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano: diálogos. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

SECRETARIA DA SAÚDE. CIDADE DE SÃO PAULO. Saúde Sexual e Reprodutiva. Saúde da Mulher – Atenção Básica, Secretaria da Saúde da Cidade de São Paulo. 2021. Disponível em: <
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/saude_da_mulher/index.php?p=5696#:~:text=Sa%C3%BAde%20sexual%20e%20reprodutiva%20significa,informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20aos%20m%C3%A9todos%20contraceptivos.>. Acesso em 25 Fev. 2022.

SEDGWICK, E. K. **La Epistemología del Armario**. (tradução de Teresa Bladé Costa). Barcelona: Ediciones de la Tempestad, Llibres de l'Índex, 1ª ed., 1998.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 28, p. 19–54, 2016. Disponível em:
 <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 1ª ed. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

SENNA, N. S.; PINHEIRO, M. C. P. Lésbicas. In: DIEHL, A. (Org). **Casos Clínicos LGBTQIAPN+**: diretrizes para o cuidado em saúde mental e sexual. Porto Alegre: Artmed, 2024. p.26-35.

SILVA, A. M. Lésbicas negras, identidades interseccionais. **Periódicus, Salvador**, v. 1, n. 7, p. 117-133, 2017.

SILVA JUNIOR, P. M da. **Corpos, escola & sexualidade: um olhar sobre o programa de orientação sexual**. Porto de Galinhas, 35ª reunião da ANPED, 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnbbkqkcpdlcjbfndkaj/http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5302--Int.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2023.

SILVA, V. C. R. da. **Midiatização da sexualidade: a emergência da narrativa contrahegemônica da assexualidade no ciberespaço**. 2020. 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2020.

SILVA; E. F. V.; SANTOS; I. L. S. Impactos psicossociais da representação LGBTQ+ na mídia: uma revisão sistemática. In: ONE, G. M. C. **Saúde: tecnologia, trabalho e pesquisa**. João Pessoa: IMEA. 2024. Pp. 544-561.

SILVEIRA, P. V. L. da. Mídia e Jornalismo: as representações e os estereótipos simbolicamente mediados. In: **Anais [...] XXI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE**, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, UFMA / Uniceuma / Estácio - São Luís – MX, São Luís – MA, 2019. Disponível em: <
https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/lista_area_IJ08.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

- SOARES, A. C. E. C. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015. p. 248-251.
- SOUZA, C. J. de.; DENARI, F. E.; COSTA, M. P. R. da. O discurso das pessoas com deficiência física sobre a própria sexualidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 2177-2192, out./dez. 2017.
- SOUZA, A. B. de; ALVES, G. D.; SILVEIRA, L. de A.; OLIVEIRA, L. C.; LAZZARETTI, L. N.; BATTISTI, S. C.; CARLESSO, J. P. P. The impacts of social and family prejudice on the mental health of lesbians, gays, bisexuals and transsexuals. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. e34942760, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i4.2760. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2760>>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- SUPLICY, M.; EGYPTO, A. C.; VONK, F. V. V.; BARBIRATO, M. A.; DA SILVA, M. C. P.; SIMONETTI, C.; SCHWARZSTEIN, J. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º Grau**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- SWAIN, T. N. **O que é lesbianismo**. Brasiliense, 2000.
- TAGLIAMENTO, G.; BRUNETTO, D.; ALMEIDA, R. M. **I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil. Relatório Descritivo 1 Etapa (2021-2022)**. Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus. Brasil. 2022.
- TAQUETTE, S. R. **Homossexualidade e adolescência sob a ótica da saúde**. EdUERJ, 2015.
- TEIXEIRA-FILHO, F. S. Shortbus e a Queerização interseccional das Políticas identitárias. In: **Leituras Sobre a Sexualidade em filmes: reflexões sobre estigmas**. Vol. 6. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 223-251.
- THISOTEINE, G. M.; TANAKA, B. S.; NAVEGA, D. A.; DE CARVALHO, L. R. S.; BORTOLOZZI, A. C. Grupo de estudos e pesquisa “sexualidade, educação e cultura” (GPESEC): uma breve cartografia. **Revista Diversidade e Educação**, v. 10, n. 1, p.159-169 2022.
- VASSALO, B. **O desafio poliamoroso**. Por uma nova política dos afetos. **São Paulo: Ed. Elefante**, 2022.
- VIANNA, C.; CAVALEIRO, M. C. Lesbofobia e cotidiano escolar: controle invisível da liberdade de expressão. **Diversidade e Educação**, v. 4, n. 7, p. 40-43, 2016.
- WARKEN, R. L. Internet, Educação Sexual e Poder. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, 2007.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence**. Geneva: WHO, 2003.

ZILLER, J.; BARRETOS, D. C.; XAVIER, K.; HOKI, L.; BODENMÜLLER, L.; DIAS, M. F. Visibilidades lésbicas em plataformas de mídias sociais: heteronormatividade e resistências no YouTube, Instagram e TikTok. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 5, n. 1, 2021.

ZILLER, J.; BARRETOS, D. do C.; XAVIER, K. do C. O papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade. **Esferas**, v. 1, n. 27, p. 1-24, 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E QUESTIONARIO

QUESTIONÁRIO – FAMÍLIA, ESCOLA E MÍDIA: QUE PAPEL OCUPAM NA EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES LÉSBICAS E SÁFICAS?

De Carvalho & Bortolozzi (2023)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Família, escola e mídia: a sexualidade e a educação sexual de mulheres lésbicas e sáficas” sob responsabilidade de Leilane Raquel Spadotto de Carvalho e Ana Cláudia Bortolozzi, vinculadas à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, campus Araraquara). Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara FCLAr – UNESP (CAAE: 60337922.0.0000.5400).

O estudo tem como objetivo investigar como a Educação Sexual (escola, família e mídia) influenciaram e influenciam as práticas sexuais de mulheres que se identificam enquanto lésbicas e/ou sáficas e será realizado por meio de um instrumento de coleta, sendo um questionário com perguntas semiabertas e fechadas que deve ser respondido de maneira online. Você poderá responder o questionário de sua casa, do computador ou celular, sendo que leva em média 20 minutos para responder as questões.

A sua participação nessa pesquisa é totalmente voluntária e não envolve nenhum ônus (custo) para você, nem o ganho de nenhum benefício financeiro/monetário. Você tem o direito de solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos, antes e durante a realização da pesquisa. Toda pesquisa oferece riscos, neste caso os riscos são possíveis desconfortos físicos em relação à luminosidade, temperatura (relacionados ao ambiente físico) e emocionais – as questões podem suscitar emoções desconfortáveis ao serem respondidas. Nesses casos, iremos respeitá-la, acolhê-la e, se desejar, poderá interromper sua participação, sem nenhum prejuízo a você. Para evitar o máximo possível os riscos envolvidos em pesquisas, tomaremos as seguintes precauções: o formulário pode ser respondido no tempo da participante, podendo essa fazer pausas caso sinta necessidade – evitando desconfortos; após a coleta dos dados, esses (assim como os termos de consentimento e assentimento) serão baixados e armazenados em dispositivo eletrônico local e offline (fora da nuvem) e apagados das plataformas online, evitando vazamento de informações; as identidades das participantes (e de seus responsáveis, quando for o caso), será mantida em sigilo, sendo os dados tratados e utilizados de maneira parcial e/ou total, sem citar informações que possam identifica-las.

Sua colaboração é de fundamental importância para aprofundarmos as pesquisas nesta área, para que possam contribuir futuramente para a diminuição de vulnerabilidades na vivência da sexualidade de mulheres lésbicas e no desenvolvimento de práticas de Educação Sexual mais inclusivas e diversas, assim como a elaboração de instrumentos que visem diminuição de desinformação e vulnerabilidades nas relações não-heterossexuais. Ao final da pesquisa, enviaremos uma devolutiva acerca dos resultados finais do estudo.

Os dados resultantes deste estudo serão apresentados em: Tese, Projeto (s), Relatório Atividades/Docente, Eventos científicos, Artigos científicos, entre outros, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo de identidades e discrição.

Após a participação na pesquisa, entraremos em contato via e-mail para coletar sua assinatura digital no Termo de Consentimento (ou Assentimento) Livre e Esclarecido (TCLE/TALE). Você receberá uma via deste termo no qual constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Dessa forma, você foi esclarecida sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Você está ciente do direito assegurado de não participar, ou de interromper a participação no momento que achar necessário, além da garantia de indenização por eventuais danos decorrentes da participação nessa pesquisa, nos termos da legislação civil (Código Civil Lei 10.406 de 10/01/2002).

Pesquisador Responsável: Leilane Raquel Spadotto de Carvalho

E-mail: leilane.spadotto@unesp.br

Comitê de Ética Unesp Araraquara - Localização: Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP Fone: (16) 3334-6263
endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Digite um e-mail pessoal que você utiliza com frequência:*

Caso seja menor de 18 anos, ao entrarmos em contato para assinatura do termo de assentimento de participação, iremos solicitar também assinatura no termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por algum de seus responsáveis legais, como é norma em pesquisas.

2. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e
Marcar apenas uma.

- Aceito participar da pesquisa
- Não aceito participar da pesquisa

I. Caracterização

3. Qual a sua idade?

4. Você se identifica como: (*Cisgênero é o termo usado para designar pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer; Transgênero é o termo que se refere as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento*).

Marcar apenas uma.

- mulher cis
- mulher trans

5. Atualmente você se identifica como:

Marcar apenas.

- Lésbica
- Sáfica

6. Atualmente você se considera:

(*feminilizada*: que "performa" a feminilidade padrão hegemônica;
desfeminilizada: que NÃO "performa" a feminilidade padrão hegemônica).

Marcar apenas uma na escala.

Muito feminilizada 1 2 3 4 5 Muito desfeminilizada

7. Você se considera de qual raça/etnia?

Marcar apenas uma oval.

- branca
- negra
- parda
- indígena
- amarela

8. Qual seu nível de formação mais elevado?

Marcar apenas uma.

- Ensino Fundamental (em curso ou completo)
- Ensino Médio (em curso ou completo)
- Ensino Superior (em curso)
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação (em curso)
- Pós-graduação completa

9. Em caso de graduação e/ou pós-graduação, especifique em qual (is) curso(s)/área

10. Atualmente você reside em qual cidade e estado?

11. Com quem você reside atualmente?

Marcar apenas uma.

- com família nuclear (pais, irmãos)
- com família extensa (tios/as, avós, primos/as)
- com amigos/as
- com minha/s parceira/s
- sozinha
- outro

12. Você se considera hoje:

Marcar apenas uma.

- Monogâmica
- Não-monogâmica

II. Educação Sexual (ES)

As questões desse bloco são sobre os processos de Educação Sexual que você teve (ou não) durante seu desenvolvimento.

Responda da maneira mais sincera possível e com as informações que se recordar.

13. Algum membro da sua família sabe sobre a sua orientação sexual?

Marcar apenas uma.

- Sim
- Não
- Não sei

14. Se sim, quem?

15. Na sua família, qual foi a pessoa mais significativa para lhe transmitir informações sobre sexualidade?

Marcar apenas uma.

- Mãe/Madrasta
- Pai/Padrasto
- Irmão(s)/Irmã(s)
- Primo(s)/Prima(s)
- Avô(s)/Avós(s)
- Tio(s)/Tia(s)
- Outros
- Nenhum

16. Como você avalia que foram transmitidas as informações sobre sexualidade?

Marcar apenas uma oval.

- Muito satisfatório
- Satisfatório
- Neutro
- Insatisfatório
- Muito insatisfatório

17. Justifique sua resposta

18. Dentro de seu contexto familiar, algum desses temas relacionado à sexualidade já foi mencionado? (pode selecionar mais de uma, se desejar)

Marque todas que se aplicam.

- prevenção de gravidez
- prevenção a Infecção sexualmente transmissível (IST)
- uso de preservativos em relações sexuais com homens
- uso de preservativos em relações sexuais com mulheres
- uso de pílula anticoncepcional
- relações afetivas/ relacionamentos
- respeito e/ou cuidados ao corpo
- consentimento
- orientação sexual (hetero, homo, bi, pan, etc.)
- Identidade de gênero (cis, trans, não-binária, etc.)
- nunca foi tratado nenhum desses temas dentro do meu contexto familiar
- outro

19. Caso tenha assinalado alguma opção na pergunta anterior, quem levantou o/s tema/s para discussão e como julga as informações recebidas?

20. Atualmente, com quem você mais conversa sobre temas relacionados à sexualidade?
Marcar apenas uma.

- com minha/s parceira/s afetivas-sexuais
- com minha família nuclear – pai e/ou mãe
- com meu/minha(s) irmã/irmão(s)
- com minha família extensa – tios/as e/ou avós
- com meu/minha(s) primo/a(s)
- com amigos/as e colegas de idade próxima
- com amigos/as e colegas mais velhos/as
- com professores/as
- com membros da equipe escolar – diretor/a coordenador/a, etc.
- com psicólogo/a
- com profissionais da área da saúde: médico/a, fisioterapeuta, enfermeiro/a, farmacêutico/a, etc.
- Outro
- não converso com ninguém sobre esses temas

21. Como foram seus primeiros contatos com temas da sexualidade? (escolha apenas uma opção baseada na lembrança mais marcante que tiver)
Marcar apenas uma.

- Dentro de casa, com a familiares mais velhos (pais, tios/as, avós)
- Dentro de casa, com familiares da mesma faixa etária (primos/as, irmãos/ãs)
- Na escola, com professores/as
- Na escola, com colegas e amigos/as da mesma faixa etária
- Na escola, com colegas e amigos/as mais velhos
- Através de conteúdos midiáticos (séries, filmes, novelas, músicas)
- Através de conteúdos midiáticos (pornografia)
- Através de busca geral na internet (sites, páginas de instagram, youtube, blogs, etc)

22. Você diria que na sua infância/adolescência teve contato com materiais midiáticos (desenhos, séries, filmes, novelas, músicas, etc.) que representassem orientações sexuais **não heterossexuais**?
Marcar apenas uma..

- Muito contato
- Algum contato
- Indiferente
- Pouco contato
- Nenhum contato
- Não me recordo

23. Em relação a resposta da questão anterior, se houve algum contato com os materiais midiáticos em questão, cite quais se lembra e o que pensa sobre eles:

24. Como você considera os modelos que teve de relações afetivas/sexuais e orientações sexuais **não heterossexuais** que teve durante sua vida? (os modelos nessa questão incluem fontes diversas, como familiares, escolares e midiáticos)

Marcar apenas uma.

- Positivos
- Neutros
- Negativos
- Não houve/não me recordo de nenhum modelo

25. Justifique sua resposta:

26. Na sua escola há/haviam casais **não heterossexuais**?

Marcar apenas uma.

- Sim, muitos
- Sim, alguns
- Não
- Nenhum
- Não sei

27. Sua escola tem ou já teve ações que visem/visassem a educação sexual para alunos?

Marcar apenas uma.

- Sim
- Não
- Não sei

28. Se respondeu sim na questão anterior, quais ações foram/são essas? (pode selecionar mais de uma opção, se desejar)

Marque todas que se aplicam.

- Ensino de sistema reprodutor e genital na aula de ciências/biologia;
- Eventos focais (palestras) sobre uso de métodos contraceptivos para prevenção de gravidez;
- Eventos focais (palestras) sobre uso de métodos contraceptivos para prevenção e IST;
- Eventos focais (palestra) sobre diversidade (gênero, orientação sexual, inclusão, respeito, etc.);
- "Falas" e "conversas" sobre temas de diversidade nas aulas em geral;
- "Falas" e "conversas" sobre temas do corpo e prevenção de doença nas aulas em geral;
- "Falas" e "conversas" sobre temas relacionados à sexualidade visando a abstinência (não ter relações sexuais);
- "Falas" e "conversas" sobre temas relacionados à sexualidade, combinados com questões religiosas (pecado, "guarda-se" para o casamento, etc.);
- Deve-se conversar em particular com membro da equipe escolar (diretor/a, psicólogo/a, etc.);
- Outro

29. Se assinalou "outro", especifique:

III. Práticas em Educação Sexual

Essa seção trata sobre suas práticas cotidianas ao se relacionar sexualmente com outras pessoas, tendo em vista fatores como uso de métodos de prevenção.

30. Em sua primeira relação sexual com mulher(es), você utilizou algum método de prevenção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)?

Marcar apenas uma.

- Sim
- Não
- Não me recordo

31. Caso tenha respondido sim na questão anterior, especifique quem decidiu pelo uso de método(s) e qual (is) foi (foram):

32. Atualmente, em suas práticas sexuais cotidianas com mulher(es), você utiliza métodos de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)? (considere aqui todos os tipos de relação sexual)

Marcar apenas uma.

- Sempre
- A maioria das vezes
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

33. Justifique sua resposta da questão anterior sobre o uso ou não de métodos de prevenção em suas relações sexuais (e em caso positivo no uso de métodos, diga quais utiliza):

34. Sobre o uso de métodos de prevenção contra IST nas relações sexuais com mulher(es), você considera que:

Marcar apenas uma.

- Geralmente é proposto por você
- Às vezes é proposto por você
- Sempre é proposto por você (se não proponho, não há uso)
- Geralmente é proposto pela/s parceira/s
- Às vezes é proposto pela/s parceira/s
- Sempre é proposto pela/s parceira/s (se ela/s não propõe/m não há uso)
- Geralmente é proposto por você e pela/s parceira/s – responsabilidade conjunta
- Às vezes é proposto por você e pela/s parceira/s – responsabilidade conjunta
- Sempre é proposto por você e pela/s parceira/s – responsabilidade conjunta
- Não utilizo métodos de prevenção nas relações sexuais

35. Você acredita que a Educação Sexual que teve (independentemente de qual forma de ES), te preparou para realizar sexo seguro com mulheres?

Marcar apenas uma.

- Sim
- Em parte
- Não

36. Justifique sua resposta da questão anterior

37. Você já se relacionou sexualmente pelo menos uma vez com homens?

Marcar apenas uma.

- Sim, com uso de métodos de prevenção (camisinha)
- Sim, sem uso de métodos de prevenção (camisinha)
- Não, nunca me relacionei sexualmente com homens

38. Em caso positivo na questão anterior, você acredita que o uso de métodos preventivos na relação sexual com homens auxiliou/auxilia em pensar nas adaptações para uso de métodos de prevenção nas relações sexuais com mulheres?

Marcar apenas uma.

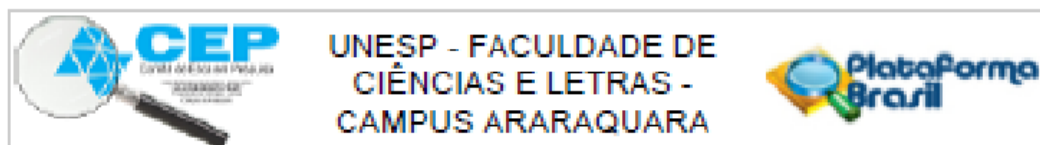
- Sim
- Não
- Em parte
- Não sei

39. Justifique sua resposta

AGRADECEMOS A SUA PARTICIPAÇÃO!

ANEXOS

ANEXO 1- Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FAMÍLIA, ESCOLA E MÍDIA: A SEXUALIDADE E A EDUCAÇÃO SEXUAL DE MULHERES LÉSBICAS

Pesquisador: LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 60337922.0.0000.5400

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.574.100

Apresentação do Projeto:

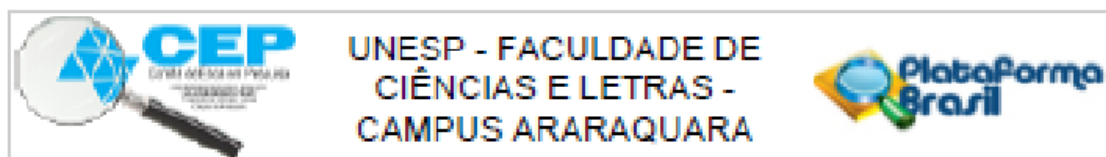
De acordo com as informações apresentadas pela pesquisadora no documento: "Informações Básicas do Projeto", a presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo descritiva. Possui como objetivo verificar como Educação Sexual -escola, família e mídia - influenciaram e influenciam as práticas sexuais de mulheres que se identificam enquanto lésbicas.

Tal pesquisa, será dividida em duas partes: sendo a primeira com uso de questionário e a segunda com uso de entrevista. Na parte do questionário, estima-se a participação de pelo menos 50 mulheres. Na parte da entrevista, as participantes serão 15 mulheres cisgênero lésbicas, sendo: 5 mulheres entre 14 e 16 anos; 5 mulheres entre 26 a 30 anos; 5 mulheres entre 40 a 42 anos.

A pesquisadora pontua que poderão participar da pesquisa na fase 1: mulheres de todas as idades, que se identifiquem como lésbica; e na fase 2: mulheres das idades selecionadas que identifiquem-se enquanto lésbicas.

Os dados das questões semi abertas do questionário, assim como os dados das entrevistas serão organizadas em categorias temáticas. Segundo a pesquisadora, espera-se com esse projeto compreender como é realizada a Educação Sexual de mulheres lésbicas (se houver) e como essa impacta nas práticas sexuais das mesmas em prol da prevenção de vulnerabilidades, para que assim seja possível refletir e elaborar estratégias para minimização de riscos nas vivências da

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
 Bairro: CENTRO CEP: 14.800-001
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3334-6487 E-mail: comitedeetica.fclet@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.574.100

sexualidade dessas mulheres, consequência do apagamento de suas identidades e preconceito social voltado a essa população.

Sobre a forma de convite a pesquisadora informa que: "Para convite das participantes no questionário, serão procurados coletivos, ativistas e páginas em redes sociais (Facebook e Instagram) voltadas ao público LGBTQIA+ - mais especificamente o público lésbico – para ampla divulgação da pesquisa e recrutamento de participantes. O questionário será divulgado e mulheres de todas as idades e regiões do país poderão participar. Os dados serão coletados online através de Google Forms, sendo estimado o tempo de 3 meses de abertura do questionário para retorno das respostas. Para a entrevista, por se tratar de gerações específicas, serão selecionadas participantes que responderem ao questionário e assinalem o aceite de participar da segunda parte da pesquisa e/ou poderá ser realizado o método "bola de neve", em que uma participante de cada geração poderá indicar outra que atenda aos critérios da pesquisa, e assim por diante"

Objetivo da Pesquisa:

No documento: "Informações Básicas do Projeto" a pesquisadora aponta como objetivo geral da pesquisa: verificar como Educação Sexual (escola, família e mídia) influenciaram e influenciam as práticas sexuais de mulheres que se identificam enquanto lésbicas.

Já como objetivos secundários, destaca: levantar as percepções de mulheres lésbicas sobre a influência (ou não) da família, escola e mídia em seu processo de educação sexual; analisar os modelos sexuais identificados por mulheres lésbicas ao longo de seu desenvolvimento (orientação sexual, afetividade, identidade e expressão de gênero); verificar se na ES dessas mulheres prevaleceram modelos de relações heteronormativas e se essa auxilia nas práticas preventivas em prol da saúde sexual dessa população e identificar se há diferença geracional nos modelos de ES apontados por mulheres lésbicas e quais são eles (se houver).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No documento: "Informações Básicas do Projeto" a pesquisadora aponta como Riscos, "[...] Os danos envolvidos na pesquisa envolvem possíveis desconfortos físicos em relação à luminosidade, temperatura (relacionados ao ambiente físico) e emocionais – as questões podem suscitar emoções desconfortáveis ao serem respondidas. Nesses casos, iremos respeitar, acolher e, se participante desejar, poderá interromper sua participação, sem nenhum prejuízo[...]".

Já como Benefícios, a pesquisadora aponta: "[...]Tendo em vista que a sexualidade é parte

Endereço: Rodovia Araraquara- Jaú Km1 - sala 105	
Bairro: CENTRO	CEP: 14.600-001
UF: SP	Município: ARARAQUARA
Telefone: (16)3334-6487	E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



Continuação do Parecer: 5.574.100

Integrante e fundamental da vida de todos os seres humanos e que o seu desenvolvimento saudável implica em aspectos para a personalidade e qualidade em vários âmbitos da vida na idade adulta, faz-se necessário que as vivências de sexualidade de mulheres que se relacionam com mulheres sejam levada em conta.

Uma falta de ES específica, assim como de métodos de prevenção pensados para essa população faz com que haja grande vulnerabilidade de violências e contágio por ISTs. A falta de representatividade na mídia faz com as relações lésbicas muitas vezes reproduza modelos heterossexuais, em que cada membro do casal (monogâmico) deve desempenhar um papel socialmente esperado, trazendo um grande apagamento da identidade lésbica, idelas muitas vezes reforçadas na Educação Sexual formal que é feita nas escolas, e informalmente pela sociedade e suas instituições...A família como local primo de socialização e ES informal também desempenha seu papel na formação de identidade das mulheres. O Conhecimento e a aceitação (ou não) da orientação sexual pelos membros da família influencia no tipo de ES que será realizada direta ou indiretamente naquele contexto[...]

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências ou Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências ou Lista de Inadequações".

Recomendações:

1) Consultar documento orientador da CONEP para verificar detalhes sobre forma de convite, coleta e armazenamento de dados online: <https://www.fclar.unesp.br/Home/ComitedeEtica/oficio-circular-02-2021orientacoes-p-ara-pesquisas-em-ambiente-virtual.pdf>

2) Indicar forma de armazenamento de dados sem uso de nuvens e consultar modelo de TCLE do site de Comitê de Ética da FCLAr: <https://www.fclar.unesp.br/#/comite-de-etica/analise-etica--orientacoes/>

Destaca-se que a pesquisadora atendeu as recomendações acima, a partir do seguinte parágrafo, apresentando no TCLE: "Para evitar o máximo possível os riscos envolvidos em pesquisas, tomaremos as seguintes precauções: o formulário e/ou a entrevista pode ser respondida no tempo da participante, podendo essa fazer pausas caso sinta necessidade – evitando desconfortos; após a coleta dos dados, esses (assim como os termos de consentimento e assentimento) serão baixados e armazenados em dispositivo eletrônico local e offline (fora da nuvem) e apagados das plataformas online, evitando vazamento de informações; as identidades das participantes (e de

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105

Bairro: CENTRO

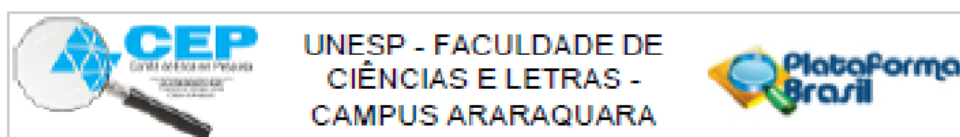
CEP: 14.800-001

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3334-6487

E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.574.100

seus responsáveis, quando for o caso), será mantida em sigilo, sendo os dados tratados e utilizados de maneira parcial e/ou total, sem citar informações que possam identificá-las. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1) Revisar o TCLE de acordo com a resolução 510 indicando possibilidade de indenização. A partir do parágrafo abaixo, apresentado pela pesquisadora no TCLE:

"Dessa forma, você foi esclarecida sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Você está ciente do direito assegurado de não participar, ou de interromper a participação no momento que achar necessário, além da garantia de indenização por eventuais danos decorrentes da participação nessa pesquisa, nos termos da legislação civil (Código Civil Lei 10.406 de 10/01/2002)". - ATENDIDO

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da FCLAr/Unesp, reunido em 10/08/2022, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** do protocolo de pesquisa proposto. O relatório final deverá ser entregue até 06 (seis) meses após a data de finalização da pesquisa, conforme projeção do cronograma constante do projeto aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1942865.pdf	20/07/2022 10:38:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclepalsfclarrevisado.pdf	20/07/2022 10:35:22	LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	taiefclarrevisado.pdf	20/07/2022 10:35:11	LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleparticipantefclarrevisado.pdf	20/07/2022 10:34:55	LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado	projeto_tese.pdf	13/05/2022	LEILANE RAQUEL	Aceito

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105

Bairro: CENTRO

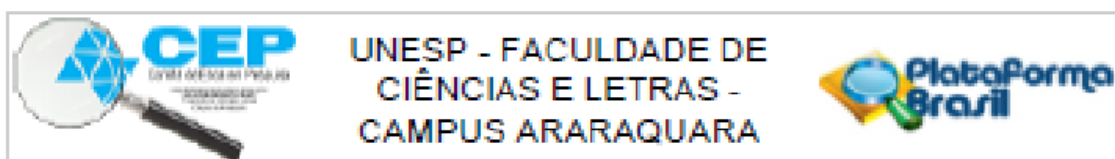
CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3334-8487

E-mail: comitedeetica.fclar@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.574.100

/ Brochura Investigador	projeto_tese.pdf	11:52:25	SPADOTTO DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	13/05/2022 11:50:55	LEILANE RAQUEL SPADOTTO DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARARAQUARA, 10 de Agosto de 2022

Assinado por:
Luclana Maesi
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú Km1 - sala 105
 Bairro: CENTRO CEP: 14.800-001
 UF: SP Município: ARARAQUARA
 Telefone: (16)3334-6487 E-mail: comitedeetica.fclet@unesp.br

